

*Trabalho e desemprego na Argentina (1996-2007):
constituição da subjetividade e da ação política dos
grupos subalternos*

Dissertação de mestrado: *Trabalho e desemprego na Argentina (1996-2007): constituição da subjetividade e da ação política dos grupos subalternos*

Autora: Renake Bertholdo David das Neves

Data de defesa: 23/03/2009

Orientador: Norberto Osvaldo Ferreras

Banca examinadora: Norberto Osvaldo Ferreras (presidente)

José Ricardo Ramalho (UFRJ)

Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Resumo

Esta dissertação pretende apresentar alguns aspectos da constituição da subjetividade da classe trabalhadora no capitalismo contemporâneo tomando como objeto de análise a fração dos grupos subalternos que constitui o Movimento de Trabalhadores Desempregados na Argentina. Após uma contextualização socioeconômica, procedemos a um exame da formação das organizações piqueteiras nos bairros pobres da Grande Buenos Aires, tentando mostrar como, de maneira geral, estas requalificaram o fenômeno de “inscrição territorial” que vinha se desenvolvendo desde os anos 1980, dentro de um processo de repolitização dos grupos subalternos nos grandes centros urbanos do país. A politicidade constituída por estes movimentos permitiria que os trabalhadores sumamente precarizados possam se organizar como classe, legando-lhes ferramentas para que lutem contra as tentativas das classes dominantes de estimular ações pautadas no nível mais imediato da consciência política, o econômico-corporativo. Também constatamos, no caso das organizações piqueteiras mais críticas às formas de expressão política representada pelos partidos políticos tradicionais e os sindicatos burocratizados, algumas transformações significativas na relação entre indivíduo e comunidade. A última parte de nosso trabalho se dedica a algumas considerações sobre a construção da consciência de classe, a importância do trabalho na edificação de identidades, e as contribuições de certas formas de organização dos MTDs para a militância da classe trabalhadora no capitalismo contemporâneo. A teoria do estranhamento tal como debatida no campo do marxismo nos é fundamental para apreender todo o processo que exposto nessa dissertação.

Palavras-chave: Estranhamento – Luta de classes – Capitalismo contemporâneo

Abstract

This dissertation has the purpose to present some aspects of the constitution of the working class subjectivity in the contemporary capitalism having as analysis object the fraction of the subaltern groups that constitutes the Unemployed Workers Movement in Argentina. After a socioeconomical contextualization, we proceed to an exam of the *picketeers* organizations formation in the Great Buenos Aires poor neighborhoods, trying to show how, as a whole, they re-qualified the “territorial inscription” phenomenon that have been developing since the 1980’s, inside a re-politization process of the subaltern groups in the urban centers of the country. The politicity constituted by theses movements would allow the extremely precariously workers to organize themselves as a class, demising them tools to fight against the dominant classes attempts of stimulation of actions anchored in the most immediate level of political conscience, the economical-corporative one. We also verified, in the case of the organizations that are more critical about the traditional political parties and bureaucratized trade unions, some meaningful transformations in the individual-community relation. Our work last part is dedicated to point out some considerations about the working class conscience construction, the importance of labor in building identities and the contributions of some of the MTDs organizations forms to the contemporary working class militancy. The alienation theory as how it is discussed in the Marxist filed is fundamental to apprehend all the socio-historical process exposed in this dissertation.

Keywords: Alienation – Class struggle – Contemporary Capitalism

L'effort humain porte un bandage
herniaire
et les cicatrices des combats
livrés par la classe ouvrière
contre un monde absurde et sans lois
Jacques Prévert, *L'effort humain*

O almejado período de prosperidade reluta em voltar; quando acreditamos divisar os sinais que o anunciam, começam eles a desaparecer. Entrementes, em cada inverno, renova-se a pergunta: “O que fazer com os desempregados?” Enquanto se avoluma, a cada ano, o número deles, não há ninguém para responder a essa pergunta; e quase podemos prever o momento em que os desempregados perderão a paciência e encarregar-se-ão de decidir seu destino, com suas próprias forças.
Friedrich Engels, *Prefácio à primeira edição inglesa d' O Capital*

Índice

| | |
|--|-----|
| Introdução..... | 6 |
| Capítulo 1. Desemprego e outros demônios..... | 18 |
| Capítulo 2. De vizinhos a piqueteiros..... | 64 |
| Capítulo 3. Que classe de gente é essa?..... | 108 |
| À guisa de conclusão (ou Perda e recuperação do cabelo)..... | 133 |
| Anexo..... | 137 |
| Siglas..... | 142 |
| Agradecimentos..... | 144 |
| Referência bibliográfica..... | 145 |

Introdução

Certamente, o mundo do trabalho adquiriu nestas últimas três décadas uma morfologia distinta daquela predominante no século XX. A reestruturação produtiva empreendida desde o início dos anos 70 e a aplicação de políticas neoliberais por parte dos Estados constituem os pilares da reação do capital à crise de lucratividade que se enfrenta há cerca de quarenta anos. O modelo de *acumulação flexível*, como parte de um projeto hegemônico, se consolida através da dissolução do Estado de bem-estar social como um todo, recorrendo principalmente à flexibilização e à desregulamentação geral do mercado de trabalho, à redução dos encargos sociais por parte do Estado e à exclusão sistemática dos sindicatos de toda participação política, constituindo em torno da atuação destes uma série de barreiras legais.

A deterioração do mundo do trabalho é tão intensa que até se travestiu na afirmação gnosiológica que atesta o fim da sociedade do trabalho, ou, simplesmente, o *fim do trabalho* – assertiva apoiada na tese do definhamento ou desaparecimento da classe trabalhadora. Esse tipo de constatação acaba por reduzir a existência da classe trabalhadora a uma instância jurídica, desconsiderando o estatuto empírico da enorme parcela da humanidade que se encontra compelida a vender sua força de trabalho para poder sobreviver.

Falar em classe operária, proletariado, tornou-se impróprio, quase tabu, como salientam Michel Pialoux e Stéphane Beaud, que chamam a atenção para o deslocamento que a questão operária vem sofrendo no debate político enquanto novas categorizações em termos de oposição como “excluídos” e “incluídos” se impõem.¹

Esta dissertação tem por escopo contribuir com os estudos acerca da reconfiguração que o conflito entre o capital e o trabalho vem sofrendo ao largo das últimas três décadas, tributária do aprofundamento das contradições estruturais do sistema do capital, visível no esgotamento do padrão de acumulação baseado na organização taylorista / fordista da produção e no Estado de bem-estar social. Para tanto, consideramos oportuna a escolha como objeto de análise os movimentos de trabalhadores desempregados desenvolvidos na Argentina desde meados dos anos 1990.

¹ Cf. Michel Pialoux & Stéphane Beaud, *Retour sur la condition ouvrière: Enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*, 2004.

Reconhecer as formas que podem assumir hoje os conflitos entre capital e trabalho em sua totalidade requer compreender quem são os sujeitos que constituem a classe trabalhadora neste período pós-fordista.

Para entender essa nova configuração é importante identificar as novas clivagens que incidem no interior do processo de trabalho, buscar uma série de dados que dizem respeito aos padrões de vida do trabalhador (salário, consumo, habitação, acesso a saúde, saneamento, previdência social e educação etc.), a distribuição absoluta e percentual da PEA nos distintos segmentos da economia, as taxas de atividade, de desemprego, subemprego, trabalho informal, examinar os documentos oficiais do Estado que estejam ligados ao tema, legislação... Nós escolhemos dar prioridade a outra perspectiva, para nós tão importante quanto as primeiras citadas neste parágrafo, focando-nos em fontes que detalhem *experiências* de vida que permitam articular as interações entre as relações de produção e a consciência de classe.

Subjetividade e estranhamento

A subjetividade não é autônoma, mas determinada social e historicamente, devendo ser analisada em termos de limites e potencialidades.

As tensões que se operam na constituição da subjetividade da classe trabalhadora pautam-se na intrincada e complexa relação dialética entre os novos projetos hegemônicos de sociabilidade burguesa e as tentativas de resistência e adequação a tais projetos.

Como esses novos grupos de trabalhadores que surgiram ao longo dos últimos 30 anos entendem os novos tempos, a nova situação laboral? Como a situam em relação à memória que carregam da situação laboral prévia? Que tensões se operam nessa relação no que diz respeito à construção das representações sociais dessa classe trabalhadora multifacetada?

Nossa preocupação com a construção da subjetividade e nossas intuições sobre como deve ser abordada é tributária do fato de encontrar no pensamento marxiano a maneira mais eficaz de entender a relação entre sujeito e objeto. Marx opera com uma relação sujeito-objeto derivada da filosofia hegeliana. Esta relação sempre constituiu a base de reflexão epistemológica para a busca do conhecimento pelo pensamento humano e até a revolução inaugurada por Hegel, essa relação era vista de forma dicotômica. A filosofia hegeliana coloca em xeque essa diferenciação entre sujeito e

objeto justamente ao assumir como um dado essa oposição. A questão a respeito dessa relação se expressa, então, não por meio de formulações como qual a capacidade de o sujeito apreender o objeto ou até que ponto o segundo determina ou é determinado pelo primeiro, mas através de uma indagação de outra natureza: quais os motivos para que sujeito e objeto apareçam diferenciados e contrapostos?

Para responder a essa questão, Hegel introduz no pensamento filosófico a idéia de trabalho, abrindo caminho para uma nova noção de historicidade – o conceito de trabalho permitirá a redefinição da relação sujeito-objeto, na medida em que revela uma situação sócio-histórica em que os homens produzem a realidade inconscientemente e não se reconhecem, i. e., não reconhecem as relações sociais humanas que perpassam todas as ações e produtos destas ações perpetradas pelo *homo sapiens*. Desta forma, ao lado do conceito de trabalho, introduz-se o de estranhamento (*Entfremdung*) / alienação (*Entäusserung*).²

O trabalho configura-se como categoria central na obra marxiana, da juventude à maturidade, e esta categoria está indissoluvelmente ligada a outra, que é a de estranhamento. E o tratamento dado a essas categorias em Marx é tributário da reflexão sobre a relação sujeito-objeto, como já sugerido mais acima. O trabalho é a categoria responsável pela compreensão da maneira como se conformou e se conforma toda a história humana. Traço fundante da sociabilidade humana, necessidade natural eterna, o trabalho assegura a mediação do intercâmbio entre homem e natureza, i. e., a própria condição de existência dos homens (enquanto produtor de valores-de-uso, quer dizer, trabalho concreto).

² Aqui cabem duas ressalvas: 1. Na tradição marxista, muitas vezes *Entäusserung* e *Entfremdung* foram tomados como sinônimos, traduzidos para o português como alienação, portando significado negativo, referente a uma situação aviltante para os indivíduos decorrente das relações sociais implicadas pelo desenvolvimento da divisão do trabalho e da propriedade privada. Algumas correntes dentro do pensamento marxista, no entanto, defendem que *Entäusserung* e *Entfremdung* exprimem fenômenos sociais distintos, embora se combinem em uma unidade, devendo ser traduzidos, respectivamente, por alienação e estranhamento. Alienação “tem o significado de *remissão para fora, extrusão, passagem de um estado a outro* qualitativamente diferente, *despojamento, realização de uma transferência*. (...) carrega o significado de *exteriorização*, um dos momentos da objetivação do homem que se realiza através do trabalho num produto de sua criação. *Entfremdung* (Estranhamento) tem o significado de real objeção social à realização humana, na medida em que historicamente veio a determinar o conteúdo das exteriorizações por meio tanto da apropriação do trabalho como da determinação desta apropriação pelo surgimento da propriedade privada (...)” [Jesus Ranieri, *A Câmara Escura*, p. 24]. 2. O conceito de alienação tem uma larga história e pertence a uma vasta e complexa problemática, que expressa preocupações presentes desde a tradição religiosa judaico-cristã até tratados sobre direito, filosofia, psicologia, refletindo tendências objetivas do desenvolvimento histórico das sociedades européias, desde a escravidão. Cf. István Mészáros, *Marx's Theory of Alienation*, 1972 e Jesus Ranieri, *A Câmara escura: Alienação e estranhamento em Marx*, 2001.

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade -, é necessidade natural e eterna do intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.³

Mãos que se movem, no entanto, por meio de um processo teleológico – i. e., o resultado que emerge no fim do processo de trabalho estava desde o início presente de forma ideal – o que distingue a espécie humana de todas as outras.

Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. (...) Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade.⁴

A essência do trabalho especificamente humano é ultrapassar a competição *biológica* dos seres vivos com seu meio-ambiente. O momento separatório fundante se dá com o salto teleológico do trabalho – não se deve à mera fabricação de produtos, mas ao papel decisivo da consciência, que deixa então de constituir um simples epifenômeno da reprodução biológica e passa a constituir um momento ativo e essencial da vida cotidiana.⁵ E por mais que o progresso das forças produtivas faça recuar as barreiras naturais, essas são inelimináveis ao fim e ao cabo.

As outras espécies animais não se distinguem de sua atividade vital. “O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente”.⁶

O homem em busca de sua realização – enquanto indivíduo e também ser humano-genérico – encontra no trabalho a primeira forma para exteriorizar suas potencialidades (mais uma vez, tanto individuais quanto coletivas).

³ Karl Marx, *O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I: O processo de produção do capital, vol. I*, 2002, p. 64

⁴ Karl Marx, *idem*, 2002, pp. 211-2.

⁵ Cf. Lukács, *Los fundamentos ontológicos del pensamiento y de la acción humanos* In: *Ontología del ser social (Textos inéditos en castellano)*, 2004.

⁶ Karl Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos*, 2004, p. 84.

Se uma vida plena de sentido encontra seu primeiro momento de realização no âmbito do trabalho, isso não significa que esta vida cheia de sentido resume-se única e exclusivamente ao trabalho. As artes plásticas, a literatura, a música, o teatro, momentos de invenção durante o tempo livre, etc. são fundamentais na realização das mais altas potencialidades do homem.

Se o trabalho se torna autodeterminado, autônomo e livre, e por isso dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo.⁷

O surgimento da divisão do trabalho na história humana é remotíssimo, mas adquiriu novas conformações no curso da história, que obedeceram a um grau crescente de complexificação. O fenômeno do estranhamento é resultado direto das formas que a divisão do trabalho foi adquirindo e do fato de a riqueza social produzida ser apropriada por uma parcela da sociedade diferente daquela encarregada por sua produção⁸. Cada vez mais insubordinados aos desejos dos produtores diretos, numa ação que separou auto-atividade (trabalho) e produção da vida material e em que a primeira aparece como meio e a última como finalidade, o processo de trabalho humano é então heterodeterminado.

O trabalho (heterodeterminado) das sociedades capitalistas, para aquele que exerce a atividade produtora de uma mercadoria qualquer, perde o caráter de satisfação de uma carência individual e coletiva, e se lhe afigura apenas como um meio para satisfazer necessidades fora do âmbito do trabalho – em geral, no mercado. Nesse sistema, o trabalho proporciona realização ao trabalhador quando lhe permite tornar-se um cidadão-consumidor; não através de sua atividade e do produtos desta, mas por meio dos bens (do molho de tomate ao calendário com reproduções de pinturas de Gustav Klimt, passando pela “casa própria” e ingressos para uma exposição de Klimt) que devem ser adquiridos no mercado, mediante determinada quantia de dinheiro que pode

⁷ Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, 206, p. 143.

⁸ Cf. Karl Marx & Friedrich Engels, *A Ideologia Alemã*, 2007, p. 37: “(...) divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade”.

ser retirada do salário que recebe em troca da força de trabalho que emprega na produção de mercadorias com os meios de produção que são propriedade do capitalista.

No capitalismo, o estranhamento atinge um grau – qualitativa e quantitativamente falando – que permite se pensar pela primeira vez numa forma positiva para sua suprassunção (*Aufhebung*), que engloba a superação histórica e social da tríade indissolúvel de mediações de segunda ordem: divisão do trabalho – mercado – propriedade privada. Se o trabalho, mediação de primeira ordem na relação homem-natureza, constitui a forma essencial de externalização das potencialidades humanas (não a única, nem mais a importante numa escala hierárquica, porém, fundamental) – e o produto do trabalho é a extensão objetiva de uma existência subjetiva –, o estranhamento originado pela interposição de mediações de segunda ordem é um fenômeno que obstaculiza essa externalização, ao reificar as relações entre 1) o homem e sua atividade produtiva; 2) entre o homem e o produto desta atividade; 3) entre o homem e sua espécie (humano-genérico); e 4) entre o homem e outro homem enquanto indivíduos pessoais, restando apenas existir como indivíduo *contingente*.

O estranhamento não permanece, no entanto, um fenômeno restrito ao trabalho, estendendo-se a toda série de relações sociais e atividades humanas, das mais cotidianas àquelas que requerem uma suspensão do pragmatismo da vida cotidiana, como a ciência ou a arte.

Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de expandir valor e em objetos de fruição do capitalista. Por outro lado, o trabalhador sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal de riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho durante o processo de produção, ao mesmo tempo, processo de consumo de força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que utilizam os produtores. O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente riqueza objetiva, mas sob a forma de capital, uma força que lhe é estranha o domina e explora. E o capitalista produz também constantemente a força de trabalho, mas sob a forma de uma fonte subjetiva de valor, separada dos objetos sem os quais não se pode realizar, abstrata, existente apenas na individualidade do trabalhador, em suma, o capitalista produz o trabalhador sob a forma de trabalhador assalariado. Essa reprodução constante, essa

*perpetuação do trabalhador é a condição necessária da produção capitalista.*⁹

*Quanto menos comeres, beberes, comprares livros, fores ao teatro, ao baile, ao restaurante, pensares, amares, teorizares, cantares, pintares, esgrimires etc., tanto mais tu poupas, tanto maior se tornará o teu tesouro, que nem as traças nem o roubo corroem, teu capital. Quanto menos tu fores, quanto menos externares a tua vida, tanto mais tens, tanto maior é a tua vida exteriorizada, tanto mais acumulas da tua essência estranhada. (...) Ao trabalhador só é permitido ter tanto para que queira viver, e só é permitido querer viver para ter.*¹⁰

A categoria de estranhamento permite observar como a formação da subjetividade está plasmada por uma série de “relações sociais alicerçadas na objetividade”¹¹. Começa a se configurar em Marx, a partir de *A ideologia alemã*, a proposta de analisar a expressão dessa subjetividade interpretando-a e analisando-a através das lutas de classes, que são decisivas para pôr em marcha as transformações sociais ao largo da história humana.

O fenômeno do estranhamento conserva as características fundamentais a que nos referimos muito brevemente, mas ao longo da história do capitalismo tende a se expressar sob algumas formas diferentes (mas sob o mesmo conteúdo), operando certas modificações em nossa subjetividade, transformações tributárias da dinâmica histórica do antagonismo entre capital e trabalho.

Se mais acima dissemos que a nossa subjetividade deve ser entendida a partir do estabelecimento de limites e potencialidades, parece-nos lógico que a compreensão do desenvolvimento histórico da unidade da relação formada entre a exteriorização das potencialidades humanas e o estranhamento constitui um empreendimento fundamental para nossos objetivos na pesquisa, i. e.: apreender alguns aspectos da reconfiguração do conflito entre capital e trabalho na contemporaneidade a partir das formas por que se constitui a subjetividade da classe trabalhadora.¹²

Por que o movimento piqueteiro?

⁹ Karl Marx, op. cit., 2002, pp. 665-6.

¹⁰ Karl Marx, op. cit., 2004, p. 148. Grifos do autor.

¹¹ Jesus Ranieri, op. cit., p. 157.

¹² Outras considerações teóricas a respeito da constituição da subjetividade e do estranhamento serão feitas ao longo de toda esta dissertação.

Optamos por analisar o movimento piqueteiro porque num contexto histórico em que o contingente da superpopulação relativa adquire dimensões impactantes é necessário repensar essa categoria como subjetividade residual na luta de classes.

Aqui não se trata, portanto, de examinar a categoria desempregado apenas da perspectiva das peripécias que sofrem eles e suas famílias dos pontos de vista econômico, afetivo, social, psicológico etc. Sobretudo, interessa-nos examinar como se constroem as subjetividades desses trabalhadores desde uma perspectiva política, mas que articule o cotidiano com a práxis política.

Apesar de avaliarmos certos aspectos tentando levar em conta o universo heterogêneo das organizações de desempregados, algumas das análises aqui presentes referem-se apenas a uma parcela desse movimento, o que iremos indicar prontamente ao longo do texto.

Para os fins que desejamos alcançar, nossa abordagem se insere mais dentro daquela sobre constituição da classe trabalhadora do que dentro das teorias sobre constituição de movimentos sociais.

A subjetividade de classe que foi se conformando ao longo da até aqui breve história do movimento está inscrita num processo bem específico, que é a situação de desemprego ou de precarização extrema do trabalho, mas que se alicerça também em experiências de sociabilização que são compartilhadas ao mesmo tempo por todos aqueles que necessitam concorrer ao mercado de trabalho para conseguirem seu sustento (a classe-que-vive-do-próprio-trabalho). A luta *construída* desses trabalhadores desempregados não pode ser considerada apenas como uma luta marginal, passageira, e a subjetividade que se produziu até aqui a partir dessa luta é ao mesmo tempo específica e geral, e nos fala não apenas da esfera restrita da produção de valor, mas remete ao processo mais amplo da subsunção real do trabalho ao capital, e todas as formas de estranhamento que se pode experimentar sob esse sociometabolismo.

O primeiro capítulo dessa dissertação se dedica a fazer uma contextualização do surgimento das organizações piqueteiras, mas que não se restringe à década de 1990, mas recua até fins dos anos 1960 para entender melhor a dinâmica que envolvem os projetos de sociabilidade por parte das classes dominantes e os mecanismos de resistência e adaptação por parte dos grupos subalternos. Tentamos articular os casos gerais e o caso específico argentino dentro dessa dinâmica a fim de proporcionar uma

visão mais totalizante desse processo histórico de transformações nas relações de força entre trabalho e capital.

Os dois capítulos seguintes serão dedicados a expor algumas reflexões sobre alguns aspectos do movimento piqueteiro que nos parecem fundamentais para entender a construção de uma identidade piqueteira inscrita dentro de uma identidade maior, que é a identidade de classe.

No segundo capítulo, procedemos a uma análise da repolitização dos grupos subalternos nesse contexto de reconfiguração da arena da luta de classes, com as mudanças no papel do Estado e na organização das formas de produção capitalistas. Focamo-nos nas frações dos grupos subalternos que enfrentam as condições de vida mais precárias, justamente os que vêm a conformar as fileiras das organizações piqueteiras. Nesse exame, o bairro se configura como espaço chave dessa repolitização. Nosso objetivo foi mostrar como se organiza a vida social dos sujeitos que militam em organizações piqueteiras por meio da experiência destes expressa em seus relatos de história de vida¹³. Compomos um quadro que, esperamos, possa permitir a comparação entre sua experiência de sociabilização antes e depois do ingresso no movimento, a fim de delinear as tensões na composição do sujeito das classes subordinadas na dialética estabelecida entre os projetos hegemônicos de sociabilidade burguesa e as tentativas de resistência a esses projetos. Consideramos que os movimentos de trabalhadores desempregados na Argentina ressignificam a relação entre desemprego e estranhamento e seus âmbitos de sociabilização permitiram uma mudança de perspectiva na relação entre indivíduo e comunidade entre as organizações mais críticas às formas pelas quais vinham se desenvolvendo as tradicionais instituições de representação da classe trabalhadora.

O último capítulo versa sobre a questão da constituição da subjetividade dos piqueteiros enquanto classe trabalhadora dentro do debate sobre a centralidade do trabalho na contemporaneidade. Utilizamos tanto das entrevistas de história de vida quanto de documentos escritos de organizações piqueteiras diversas para abordar como. Em conjunto com o exposto no capítulo anterior, as considerações realizadas neste capítulo almejam analisar algumas manifestações de consciência de classe no seio dos movimentos de trabalhadores desempregados. Encerramos este terceiro capítulo

¹³ Também nos auxiliaram fontes escritas que relatam entrevistas ou textos de caráter diversos que expressam testemunhos de experiências pessoais.

alertando para as contribuições que as organizações piqueteiras podem dar à militância geral da classe trabalhadora em seu conjunto, baseando-nos nas análises apresentadas ao longo desta dissertação.

Pequena esclarecimento sobre as fontes

A investigação empírica desta pesquisa se baseou, sobretudo, no exame de fontes que forneçam dados qualitativos. Em primeiro lugar, por meio de entrevistas – utilizando a metodologia da História Oral de corte biográfico – com militantes dos seguintes movimentos de trabalhadores desempregados: Movimento Teresa Rodríguez (MTR), MTD Almirante Brown e MTD Lugano, estes dois últimos integrantes da Frente Popular Darío Santillán (FPDS). Suas posições no interior do movimento piqueteiro ficarão mais claras ao longo da dissertação. Em segundo lugar, nos utilizamos de documentos escritos – manifestos, declarações, resoluções assembleárias, panfletos etc. – produzidos por organizações piqueteiras de forma geral, a fim de aprofundar nossa apreciação da questão da construção da identidade coletiva, do projeto sociopolítico e cultural, das práticas, das redes de articulações e opositores, entre outros elementos.

As trajetórias de vida se encaixam perfeitamente dentro de nossa proposta de utilizar como fonte dados de caráter mais subjetivo para avaliar os processos de conformação da classe trabalhadora no capitalismo contemporâneo e lidar com trajetórias implica entrar no terreno da memória.

São muitos os que ainda criticam o uso de fontes que tenham como base a memória, com dois questionamentos principais: “como checar a veracidade dos fatos que o indivíduo relata” e “qual a representatividade dos indivíduos (ou do indivíduo, caso se trabalhe com uma biografia única) escolhidos para exporem seus relatos diante de qualquer grupo maior da sociedade”?

Em relação à questão da representatividade, podemos dizer que, a princípio, a memória nos parece um fenômeno individual, porém, Maurice Halbwachs¹⁴ chamou a atenção para o fato de que a memória é muito mais um fenômeno coletivo do que próprio a um indivíduo singular. A reconstrução de um fato do passado requer dados ou noções comuns a um grupo - só podemos nos recordar quando nos situamos em relação

¹⁴ Cf. Maurice Halbwachs, *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 e também *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925). La Haye: Mouton, 1976

ao ponto de vista de um ou mais grupos e de nos posicionarmos novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo.

Sobre o primeiro aspecto, podemos dizer que mais importante que a fonte, é saber se aproximar dela, isto é, indagar as perguntas certas, sejam as fontes escritas ou orais, de caráter objetivo ou subjetivo, pertencentes ao século XII ou à década em que vivenciamos. Acercar-se de uma fonte que traga um relato de vida requer do pesquisador uma determinada hermenêutica, que implica, por exemplo, reconhecer as fronteiras entre o dizível e o indizível; saber como são construídas e qual a função das memórias coletivas - ou enquadradas, como prefere Michael Pollak – (quais os quadros de referência, as exigências de justificação, os elementos constitutivos); identificar as relações entre memória e identidade... Se se recorre à história oral – terreno que era especialidade do próprio Pollak – há ainda outras exigências específicas, como saber conduzir a entrevista com o informante.¹⁵

Procederemos a duas citações que considero precisas a respeito das críticas à veracidade e / ou à representatividade – a primeira é de um antropólogo, Sidney Mintz, que empreendeu um trabalho de biografia da vida de um trabalhador dos canaviais em Porto Rico; a segunda, de um grupo de historiadores - John Burnett, David Vincent e David Mayall – que organizaram uma coletânea bibliográfica a respeito de autobiografias de trabalhadores.

*Como tentei deixar claro em meus comentários ao livro, Taso não é, a meu ver (e nem ao seu próprio, acredito) representativo de Porto Rico, de trabalhadores, ou mesmo da classe trabalhadora rural de Porto Rico – se o que “representatividade” significa é “média”. Taso se destaca de seus semelhantes por sua inteligência e articulação extraordinárias. Contudo, eu insistiria em que Taso é representativo de seu tempo, de seu lugar e de seu povo, precisamente porque sua narrativa pessoal, enriquecida por sua perspicácia incomum, incorpora a experiência de uma comunidade, uma região e um país, sendo que em cada uma delas em níveis de realidade e de abstração algo diferentes.*¹⁶

Every autobiography needs to be set in the context of the aggregate characteristics of the genre as a whole, but each must be read on its own terms. Comparison and contrast should be employed to understand rather than discount the subjectivity of the individual

¹⁵ Cf. Michel Pollak, “Memória, esquecimento e silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, CPDOC, 1989 ; “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, nº 10, CPDOC, 1992 e “Le témoignage” In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 62-63, jun. 1986.

¹⁶ Sidney Mintz, “Encontrando Taso, me descobrindo” In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 27, no. 1, 1984, p. 55. O livro de sua autoria a que Mintz se refere é *Worker in the cane: a Puerto Rican life history*, Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1974.

*account. It is precisely the element of personal interpretation which affords the deepest gratification to the historian (...). The autobiography presents not just a record but an evaluation, of experience. Its writer faces the task of measuring the impact in his growing personality of the events through which he has lived. His principal concern is not with his life or with his times, but with the connection between them. (...) As he selects, organizes and weighs his memories, he seeks to establish the intricate relationship between his own life-cycle and the history of the period covered by his account.*¹⁷

¹⁷ John Burnett, David Vincent e David Mayall (org.), *The Autobiography of the Working Class: An Annotated, Critical Bibliography*, Brighton: The Harvester Press, 1984, 3v, pp. XX-XXI. Tradução própria: “Toda autobiografia precisa ser colocada no contexto das características agregadas do gênero como um todo, porém, cada uma deve ser lida em seus próprios termos. Comparação e contraste devem ser empregados para entender e não subtrair a subjetividade do relato individual. É precisamente o elemento pessoal da interpretação que proporciona ao historiador a mais profunda gratificação (...). A autobiografia apresenta não apenas um relato, mas uma avaliação da experiência. Seu escritor encara a tarefa de medir o impacto em sua personalidade em desenvolvimento dos eventos que viveu. Sua principal preocupação não é com sua vida ou com sua época, mas com a conexão entre eles. (...) Enquanto ele seleciona, organiza e pesa suas memórias, procura estabelecer a intrincada relação entre seu ciclo de vida e a história do período coberto por seu relato.”

Capítulo 1. Desemprego e outros demônios

I. Argentina, ano 2001

No início da década de 1990, a Argentina fora incensada pelos *think tanks* afinados com a ideologia neoliberal como o exemplo a ser seguido pelos países periféricos na reestruturação de sua economia, num mundo em que a globalização e a plena liberdade dos mercados “vieram para ficar”.

Em 2001, ano em que o país amargou uma crise econômica sem precedentes e assistiu ao agravamento do descontento dos setores médios e populares com a situação socioeconômica que estavam atravessando, comentaristas “especialistas” e o círculo dos organismos financeiros multilaterais culpavam a Argentina por não ter implementado as contra-reformas neoliberais de forma contundente.

Uma alta especulação financeira pontuou toda a gestão de Domingo Cavallo à frente do ministério da Economia naquele ano. Desde o início de 2001, foram evadidos US\$ 25 bilhões em reservas e depósitos. No dia 30 de novembro, houve uma fuga do sistema bancário de 1 bilhão; o recorde até então era de uma evasão de US\$ 976 milhões há quase cinco meses antes, em um 12 de junho. As ações, nesse dia 30, enfrentaram uma queda de três por cento e o “risco país” atingira 3573 pontos.

Os poupadores, em meio aos rumores de um congelamento dos depósitos, correram aos bancos e formaram longas filas para sacar seu dinheiro. O governo pediu calma à população, anunciando que durante aquele fim de semana divulgaria medidas para fortalecer o sistema financeiro.

O ministro da economia garantiu a intangibilidade dos depósitos e a paridade entre o peso e o dólar. O novo pacote econômico foi tornado público no dia seguinte, estabelecendo importantes modificações nos movimentos de fundos e nas operações financeiras. A medida de maior impacto entre a população foi a da restrição dos saques de dinheiro a 250 pesos / dólares por semana, por conta bancária (o famigerado *corralito*); os compromissos restantes deveriam ser realizados por meio de cheques, cartões de débito ou crédito e cheques de cancelamento bancário. Além disso, não haveria concessões de empréstimos em pesos, apenas em dólares; os créditos vigentes

poderiam ser convertidos em dólares no câmbio 1 a 1 e os vencimentos fixos poderiam ser renovados em pesos ou em dólares, mas a taxa de juros em pesos não poderia ser superior àquela que se pagava em dólares. A partir da segunda-feira seguinte, dia três de dezembro, estas medidas entrariam em vigor por 90 dias.

Para complicar a situação do governo, no dia cinco o FMI anunciou que não desembolsaria os 1,2 bilhão de dólares que esperava o ministério da Economia, colocando o país em virtual *default*. O Fundo declarou que não daria um dólar a mais para aquele que fora seu aluno exemplar durante uma década até que ele definisse um novo programa econômico “sustentável”. Cavallo logo depois iria a Washington para reuniões com a instituição, em que esta colocou ao ministro duas escolhas: abandono da convertibilidade ou corte no orçamento estatal. O ministro optou pela segunda. Justificando o *corralito* e os ajustes que viriam para o orçamento de 2002, o ministro declarou: “La única verdad es la realidad y tenemos que seguir los dictados de la realidad. Es muy importante que los argentinos nos mantengamos unidos para dar una batalla que estamos por ganar.”¹⁸

A fim de alcançar o “déficit zero”, o projeto de orçamento do ministério previa um ajuste fiscal para os governos federal e provinciais de 9,2 bilhões de pesos, entre aumentos de impostos e cortes de gastos (previstos em torno de quatro bilhões), além da economia de 5,5 bilhões para pagar os juros da dívida externa. Uma das propostas que Cavallo colocou para os congressistas foi a seguinte opção: eliminar o décimo terceiro salário dos funcionários públicos e aposentados ou rebaixar entre 13 e 21% os vencimentos destes. Afinal, a turba pode ficar nervosa, mas os mercados, jamais.

A Confederação Geral do Trabalho (CGT) “oficial” (ou “dialoguista”), que tinha por secretário geral Rodolfo Daer, e a CGT “dissidente” (ou “rebelde”), cujo secretário geral era Hugo Moyano, fecharam acordo para convocar o que viria a ser a sétima paralisação geral em dois anos do governo da Aliança, embora se desentendessem a respeito de que forma se conduziria, se com mobilização nas ruas – como desejava a central de Moyano – ou não – postura defendida pela central de Daer. A paralisação realizar-se-ia no dia 13, que contaria também com a participação da Central de Trabalhadores Argentinos (CTA) – cuja secretaria geral estava sob o comando de Victor De Gennaro –, e apoiou-se na adesão quase total do setor de transportes e da

¹⁸ Según Cavallo, “estamos por ganar la batalla” In: *Página 12*, 12/12/2001. www.pagina12.com.ar. Acessado em 31/03/2006. Essa é uma alusão a um famoso discurso de Domingo Perón.

administração pública. De acordo com os dirigentes das duas CGTs e da CTA, a paralisação obteve quase 100% de efetividade. O governo, que criticou a convocação por parte das centrais sindicais, alegando que era uma medida de força “política”, quando o que o país precisava era de “unidade” para tentar sair da crise, estimou que a adesão não ultrapassara os 59%.

A CTA e a CGT de Moyano organizaram mobilizações que apesar de discretas e com participação reduzida em seus atos centrais contou com grande difusão em todo o território nacional. Trabalhadores desempregados organizados bloquearam estradas e ruas em Tucumán, Jujuy e na Cidade de Buenos Aires e pequenos proprietários rurais fizeram o mesmo em Rio Negro; funcionários públicos manifestaram pelas ruas e apedrejaram bancos e a sede de um jornal em Córdoba; em Pergamino, manifestantes invadiram o edifício da prefeitura; funcionários públicos e trabalhadores desempregados em Neuquén se manifestaram, apedrejaram e tentaram incendiar edifícios públicos, bancos, empresas estrangeiras e a sede de um jornal. A CGT liderada por Daer foi contra a mobilização conduzida pelas outras duas centrais alegando que a manifestação poderia ser entendida como um ato político com vistas a desestabilizar o governo De la Rúa.

No dia 12 foi organizada uma manifestação com “panelaços”, “bozinaços” e um “apagão” pela Coordenadora de Atividades Mercantis Empresárias (CAME), à qual se juntaram espontaneamente vizinhos de classe média, base eleitoral da Aliança em 1999.

Na noite do dia 13 também se iniciou uma onda de saques que teve início em Mendoza e se alastrou pelo país: Rosário (Santa Fé), Concórdia, Concepción del Uruguay e Gualeguaychú (Entre Ríos), Avellaneda, Quilmes, San Martín, Boulogne, San Miguel, Lanús, Lomas de Zamora, Ciudadela e Moreno (Grande Buenos Aires – GBA), a Capital Federal, San Juan, Santiago del Estero, Neuquén, Córdoba e Cipolletti (Rio Negro). Estima-se entre 800 e mil o número de saques. Em sua maior parte, os saques se dirigiram num primeiro momento aos grandes supermercados, mas também se realizaram contra pequenos estabelecimentos comerciais e registraram-se até mesmo invasões em domicílios de bairros vizinhos aos de origem dos saqueadores.

A Frente Nacional Contra a Pobreza (Frenapo) realizou entre os dias 14 e 17 de dezembro uma votação de consulta popular em que se deveria posicionar a favor ou contra três instrumentos que em conjunto deveriam constituir um “salário cidadania”: 1) um designado “seguro de emprego e formação”, para cada chefe de família

desempregado; 2) um vencimento de 60 pesos por mês para cada filho(a) de até 18 anos; 3) outro vencimento de 150 pesos para os maiores de 65 anos que não recebessem aposentadoria ou qualquer tipo de pensão. O objetivo da proposta era que nenhum lar argentino se situasse abaixo da linha de pobreza¹⁹. A consulta surpreendeu até os organizadores: foram contabilizados mais de 2,7 milhões de votos, a imensa maioria a favor das medidas.

A Frenapo, que se assumia como um movimento político, mas não partidário – constituído por um alto número de organizações empresariais, universitárias, de trabalhadores, de direitos humanos, culturais, artísticas, personalidades a título individual e também representantes de partidos políticos (Frepaso, ARI, PJ e UCR) –, nasceu em 14 de julho de 2001, sobre a base do que havia sido o Movimento pela Consulta Popular, que no ano anterior apresentara uma petição em apoio a essa mesma proposta com 700 mil assinaturas.

Como nem o Poder Executivo, nem o Legislativo, convocaram a consulta popular prevista pela constituição reformada em 1994, a Frente decidiu assumir a convocação por conta própria. A Frenapo sustentava que o que desejavam não era mostrar que podiam representar os argentinos melhor do que o faziam os partidos políticos, mas instigar a participação ativa ao invés da delegação do poder de decisão e fazer ver que “não se pode separar o social do político”. Diante do expressivo número de votantes, a Frente realizaria assembléias em todo o país e apenas recontados os votos pediriam entrevistas em todas as instâncias nacionais, provinciais e municipais, com o fito de que todos os níveis de governo recebessem a reivindicação de que não se aprovasse o Orçamento de 2002 proposto por Cavallo e se derogasse a lei de déficit zero.

No dia 18, De La Rúa convocou uma reunião de seu gabinete para discutir o descontentamento social, especialmente no que se referia aos saques, fenômeno que os argentinos já presenciaram em 1989, no governo do também radical Alfonsín, e que contribuiu para que este deixasse o cargo de presidente seis meses mais cedo do que o previsto. A preocupação do governo recaía não tanto na magnitude dos saques, mas na origem espontânea destes – à diferença de conflitos como os piquetes, não se tratava de cidadãos enquadrados num movimento político ou sindical, e, dessa forma, não havia

¹⁹ De acordo com cálculos do INDEC, em 2001, estavam abaixo desta linha as famílias de até dois filhos que recebessem menos do que 500 pesos por mês.

um interlocutor com quem se podia negociar. No dia seguinte, o governo federal decretou estado de sítio, ordenou o aquartelamento das Forças Armadas do Estado – que obedeceram à ordem, mas informaram que não interviriam – e através de um discurso presidencial conclamou os argentinos a que tivessem calma, mais uma vez.

Eles não responderam ao apelo – tinham direito a ficar nervosos assim como os mercados da era neoliberal. As medidas tomadas pelo governo apenas acirraram a tensão social e desataram uma manifestação espontânea com adesão massiva da classe média, que golpeava suas panelas na mesma noite do anúncio das medidas. Concentradas em vários pontos das cidades de Buenos Aires, La Plata, Rosário, Córdoba, Mar del Plata e outras, ecoava-se o grito que virou uma palavra de ordem: “*¡Que se vayan todos!*”, “*¡Que no quede ni uno solo!*”. “Todos”: a classe política. As concentrações mais simbólicas ocorreram na Plaza de Mayo e em frente ao Congresso Nacional. Os slogans políticos tradicionais, do tipo “el pueblo unido / jamás será vencido”, foram abafados por uma enxurrada de palavrões, como considerações desairosas a respeito das mães dos políticos, madrugada adentro. Menem, De La Rúa e Cavallo foram os principais alvos da ira contra o sistema político.

No correr da manhã do dia 20, militantes de diversas organizações, algumas antagônicas, junto a um bom número de jovens não filiados a quaisquer organizações, ocuparam a Plaza de Mayo em protesto. Após a chegada das Madres, houve uma primeira repressão policial aos dois grupos. Mais tarde, uniram-se aos manifestantes trabalhadores da região do microcentro portenho que estavam na rua para o horário de almoço e outras pessoas que assistiam a repressão policial pela TV e resolveram ir à Praça munidas de suas panelas. A espontaneidade do descontentamento argentino com a situação econômica, política e social do país parecia tomar as imediações da Casa Rosada até que a polícia voltou a reprimir a multidão com gases lacrimogêneos, balas de borracha e de chumbo e cercou toda a Plaza de Mayo. A luta entre manifestantes e policiais para dominar a praça se deu pelo resto do dia. Durante esse dia também foram realizados vários *escraches*²⁰ em frente à casa de vários políticos, inclusive na quinta

²⁰ Os *escraches* constituem uma forma de protesto iniciada por filhos de desaparecidos durante a última ditadura militar na Argentina – organizados no movimento HIJOS (Hijos por la identidad y la justicia) e se caracterizam por atos surpresas em frente a residências particulares dos repressores que a justiça argentina deixou em liberdade, a fim de por em evidência e repudiar a impunidade, de acordo com a idéia de que “se não há justiça, há escrache”. Em *lunfardo*, gíria portenha, *escrache* significa “escancarar”, “pôr em evidência”. Este tipo de manifestação se estendeu também contra aqueles que cumprem ou cumpriram funções governamentais, sendo, de forma geral, levados a cabo de maneira espontânea e

presidencial de Olivos. Às 16h, De La Rúa pronunciou um discurso pela TV e voltou a convocar uma unidade nacional, pedindo ao peronismo que oferecesse uma resposta para armar uma coalizão, que retribuiu com uma negativa. Por volta das 19h, quando a violência recrudescia nas ruas argentinas e as centrais sindicais iniciavam uma paralisação por tempo indeterminado, o presidente da República apresentou sua renúncia. No dia seguinte, registravam-se 25 mortos e mais de 400 feridos nos intensos protestos que tomaram as ruas do país ao longo dos dias 19 e 20 de dezembro.

María Cotarelo e Nicolás Iñigo Carrera assinalam que os acontecimentos de dezembro de 2001 seriam um marco de um ciclo de enfrentamentos sociais que, desde 1989, tomaram corpo na Argentina, seja no plano local ou nacional – com momentos ascendentes e descendentes –, e que entre os dias 12 e 20 de dezembro de 2001 podemos encontrar todas as formas de mobilização e insurreição populares que ocorreram no país ao longo de doze anos: revoltas, motins, greve geral, saques, tomada e defesa com barricadas de uma posição...²¹

O *Argentinação* exprimiu um questionamento às instituições tradicionais da democracia representativa burguesa e às formas de relação de poder que sustentam esse modelo de organização política em tempos de extrema privatização do público e publicização do privado e proporcionou o desenvolvimento de um novo tipo de movimento social, as assembléias de bairro, herdeiras diretas do questionamento implícito nas palavras de ordem “*¡que se vayan todos!*” que ecoaram nas ruas nos dias 19 e 20 daquele mês.

As jornadas de 2001 também fortaleceram movimentos que já vinham se desenvolvendo desde meados dos anos 90, no contexto de extrema precarização do mercado de trabalho na Argentina, como os Movimentos de Trabalhadores Desempregados (MTDs) e os de Fábricas e Empresas Recuperadas por seus trabalhadores.

Estes últimos representam uma resposta daqueles trabalhadores que se encontravam frente ao iminente fechamento das empresas em que trabalhavam e que enfrentavam processos de falência (muitos destes fraudulentos), convocatória de

autoconvocatória por pessoas que não se enquadram em nenhuma organização social ou política. Cf. Luis Menéndez & Nestor López, *La insumisión de la utopía (Acerca del ¡que se vayan todos!)* In: *Herramienta*, no 24.

²¹ Nicolás Iñigo Carrera e María C. Cotarelo, *Argentina, diciembre de 2001: hito en el proceso de luchas populares* In: José Seoane, *Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina*, 2004, pp. 212-213.

credores, ou simplesmente que foram abandonadas por seus proprietários. A crise nessas empresas se iniciava, de maneira geral, com a ruptura de contratos de trabalho, expressa principalmente na diminuição dos salários ou na descontinuidade dos pagamentos. De norte a sul e de leste a oeste do país, organizados de maneira relativamente autônoma, estes trabalhadores ocuparam suas empresas e assumiram eles próprios a gestão dos negócios, sendo distintas as formas jurídicas que substituem o regime de propriedade anterior, embora predominem as cooperativas.²²

Por sua vez, os movimentos de trabalhadores desempregados, os *piqueteiros*, dos quais nossa dissertação se ocupa, nascem entre o crescente contingente de trabalhadores que se tornara parte da superpopulação relativa por períodos cada vez mais longos na Argentina.

A partir de 1994, as taxas de desemprego no país se mantiveram sempre na casa dos dois dígitos. No ano de 2001, quando se deu a explosão da crise econômico-social que desembocou na convulsão social e acabou por forçar a renúncia do presidente Fernando De la Rúa, o desemprego no país alcançava o alarmante índice de 18,3% da População Economicamente Ativa (PEA)²³. Às vésperas dos acontecimentos de dezembro deste ano, o INDEC divulgou informe à imprensa que revelava que em um ano, crescera em 720 mil o número de pessoas com problemas de inserção no mercado de trabalho, aumentando para quatro milhões o total de argentinos que enfrentavam problemas de inserção no mercado de trabalho, contando desempregados e subempregados. Nos centros urbanos foram destruídos 380 mil postos de trabalho. Entre os chefes de família, o desemprego cresceu 40%. Em um ano, o número de desempregados aumentou em 500 mil, atingindo então em 2001 2,5 milhões. No ano seguinte, 22% da força de trabalho na Argentina se encontrava desempregada, além de outros 19,3% em condições de subemprego. (ver quadros I, II e III)²⁴.

Seis anos após os acontecimentos de 2001, a “retomada” do crescimento da economia argentina fez com que o mercado de trabalho conseguisse absorver boa parte

²² Cf. Héctor Palomino, Los sindicatos y los movimientos sociales emergentes del colapso neoliberal en Argentina In: De la Garza Toledo (org.), *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina*, 2005; Gabriel Fajn (org.), *Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*, 2003; e Cooperativa de Trabajo Lavaca, *Sin Patrón: Fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores. Una historia, una guía*, 2004.

²³ Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos Argentina (INDEC), www.indec.mecon.ar, acessado em 27/04/2006.

²⁴ Aqueles que recebem subsídios de desempregados não figuram nas estatísticas oficiais enquanto tais.

dessa população economicamente ativa excedente para o capital, e no segundo trimestre de 2007 o índice de desemprego rondava a casa dos 8,5% (ver quadro IV). Aliás, na América Latina, segundo dados da Organização internacional do Trabalho (OIT), a tendência na queda da taxa de desemprego vem sendo constante desde 2002, quando esteve ao redor dos 11,4%. No ano seguinte, o índice registrado foi menor em 0,1%, entretanto, o número absoluto de pessoas desempregadas cresceu meio milhão, nível mais alto já registrado²⁵. O relatório sobre desemprego de 2007 divulgado pela OIT constata que em uma década o desemprego na região caiu 3% e que para 2008 a tendência é que fique em torno de 7,9% (ver quadro V). Jean Maninat, diretor da OIT para a América Latina e o Caribe, advertiu que apesar das perspectivas de uma leve queda do desemprego urbano, haverá um alto grau de incerteza devido à volatilidade da situação econômica internacional e às previsões de desaceleração e mesmo de recessão²⁶. Diante desse quadro, aqueles que são obrigados a vender sua força de trabalho devem rezar para que os mercados não fiquem muito nervosos.

Porém, uma abordagem sobre a questão do desemprego que pretenda ser mais do que meramente fenomênica não deve se contentar em mostrar os crescimentos e quedas das taxas de desemprego em virtude dos bons ou maus momentos de conjuntura econômica. Os altos índices de desemprego são a face mais dramática de um processo de precarização das condições de trabalho que está em curso como parte essencial de um projeto de redefinição do padrão de acumulação que vem ocorrendo tanto no centro quanto na periferia do capitalismo desde fins da década de 1960.

II. O capitalismo e as crises

Na Europa, o período que vai desde mais ou menos o segundo pós-guerra até a década de 1970 foi de taxas de desemprego quase inexistentes e o parco número de trabalhadores momentaneamente desempregados encontravam assistência do Estado para manter níveis de vida dignos, isto é, pagar suas contas de luz e água, fazer compras no supermercado, além de ter acesso a bons serviços de saúde e educação públicos e gratuitos. Foi uma época que, segundo o historiador Eric Hobsbawm, os primeiros

²⁵ Fonte: *Press Release do Global Employment Trends 2003* da OIT, www.oitbrasil.org.br, acessado em 12/04/2008.

²⁶ Fonte: *Press Release do Global Employment Trends 2007* da OIT, www.oitbrasil.org.br, acessado em 12/04/2008.

versos d' *A Internacional* não faziam o menor sentido para o trabalhador das economias centrais. Esses “anos gloriosos do capitalismo”, em que as taxas de crescimento econômico atingiram níveis recordes, contudo, não duraram mais do que 30 anos, pois a dinâmica que sustentava esse crescimento entrou em séria crise. As mudanças que vêm sendo operadas no modelo de acumulação argentino desde meados da década de 1970 seguem uma tendência mundial, resguardando suas peculiaridades sócio-históricas, obviamente, mas não devem ser entendidas como transformações meramente técnicas que fazem parte de um progresso inexorável do *homo economicus*. Tais alterações devem ser compreendidas no âmbito maior de uma reestruturação na ordem da luta de classes no capitalismo para substituir aquela dinâmica de relações de classes que sustentara o modo de acumulação capitalista hegemonicamente desde o segundo pós-guerra, que dava sinais de claro esgotamento.

Compartilhamos de um ponto de vista que compreende as manifestações de crise como tendência inevitável de um modo de produção da vida (em suas diversas instâncias de relações sociais) que se erige sobre a *des-articulação* das relações sociais estabelecidas a partir da dominação do capital sobre o trabalho. Aparentemente conjunturais, as crises do sistema capitalista refletem sua contradição orgânica, ou seja, o conflito entre trabalho e capital que sustenta a produção e a reprodução deste último.

John Holloway expõe em termos bastante diligentes como se dá a conformação de uma crise, sustentando que esta é tributária da “dinâmica centrífuga” das relações sociais capitalistas. Todas as sociedades baseadas na dominação de classe são instáveis uma vez que as classes dominantes dependem das classes subordinadas. “Si los explotados no trabajan, entonces los explotadores dejan de existir como clase dominante, como explotadores, y ya que probablemente no saben ni siquiera cocinar, dejan de existir totalmente”.²⁷ As classes dominantes, portanto, para existirem devem conter esta instabilidade inscrita na domesticação do trabalho pela lei do valor, e historicamente vêm lançando mão de mecanismos de coerção e consenso para alcançar esse objetivo, além de inversões maciças de capital para converter trabalho-vivo em trabalho-morto. Estabelece-se uma relação de “mútua fuga” entre capital e trabalho.

²⁷ John Holloway, *Valor, crisis y lucha de clases* In: *Revista Herramienta*, n. 15, 2001, p. 10. A respeito das análises de autoria de Holloway sobre as crises capitalistas, ver também: *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*, 2003, e *¿Dónde está la lucha de clases?* In: John Holloway (org.), *Clase ≡ Lucha: antagonismo y marxismo crítico*, 2004.

*O capital, por sua própria definição, foge do trabalho insubordinado em busca de mais e mais riqueza, mas nunca pode escapar de sua dependência em relação à subordinação do trabalho. O trabalho, desde o começo, foge do capital em busca de autonomia, de comodidade, de humanidade, mas só pode escapar em relação à sua dependência e à sua subordinação ao capital destruindo-o, só destruindo a apropriação privada dos produtos do trabalho.*²⁸

O desenvolvimento do capitalismo equilibra-se na dialética entre a resistência dos produtores diretos à subordinação e os esforços do capital para minar essa resistência. A crise de um determinado padrão de acumulação vem à tona quando a luta entre trabalho e capital chega a um ponto em que o lucro auferido por este vê-se seriamente afetado. Pelo processo de crise, o capital procura reorganizar sua relação de mútua fuga e dependência com o trabalho como contratendência à tendência decrescente da taxa de lucro. Os expedientes do capital para realizar tal façanha residem no incremento da taxa de exploração, na eliminação da concorrência, isto é, de uma quantidade de capitais que, de outra forma, participariam na distribuição de mais-valia social total, no investimento maciço em trabalho-morto em detrimento do trabalho-vivo, etc. Os resultados geralmente compreendem desemprego, arrochos salariais, precarização das condições de trabalho para os que permanecem empregados, cortes estatais nas áreas sociais, intensificação dos acirramentos entre Estados...

O capitalismo, historicamente, vem alternando crises de lucratividade com crises de legitimidade, isto é, há uma tendência a um movimento oscilatório entre fases históricas em que num momento vai-se em direção a uma “desmercadorização” do trabalho, estabelecendo-se novos pactos sociais, e que num outro momento vai-se em direção a uma “remercadorização” do trabalho, em que se tenta romper antigos pactos sociais.²⁹

A globalização dos mercados experimentada no final do século XIX e início do século XX, calcada na ideologia dos “livres mercados irrestritos”, produziu uma forte reação dos trabalhadores e no lastro de duas guerras mundiais e da Grande Depressão, pactos sociais que uniam trabalho, capital e Estado foram estabelecidos a fim de proteger, até certo nível, os trabalhadores de um mercado global desregulamentado.

²⁸ John Holloway, 2003, op. cit, p. 267.

²⁹ Cf. Beverly Silver, *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*, 2005.

Esse caminho rumo a uma *desmercadorização relativa* do trabalho oferece, no entanto, uma solução instável em uma sociedade que subordina o valor de uso ao valor e esse “compromisso” que, aparentemente, contentou a ambos os lados da contenda inerente ao sistema capitalista, não poderia ir longe. Em fins da década de 1960, os altos salários dos trabalhadores – e mais uma série de conquistas que os arautos do neoliberalismo ou da terceira via gostam de chamar de “benefícios” – já não eram compatíveis com os lucros embolsados pelo capital. No capítulo sobre a lei geral da acumulação capitalista de *O Capital*, Marx afirma que:

Nas condições de acumulação até agora admitidas, as mais favoráveis aos trabalhadores, sua relação de dependência para com o capital se reveste de formas suportáveis ou, conforme diz Édén, “cômodas e liberais”. Essa submissão, em vez de mais intensa, se torna mais extensa ao crescer o capital, que amplia seu campo de exploração e de domínio com as próprias dimensões e com o número de seus vassalos. Estas recebem, sob a forma de meios de pagamento, uma porção importante do seu próprio produto excedente, que se expande e se transforma em quantidade cada vez maior de capital adicional. Desse modo, podem ampliar seus gastos, provendo-se de melhor roupas, móveis etc. e formar um pequeno fundo de reserva em dinheiro. Roupas, alimentação e tratamento melhores e maior pecúlio não eliminam a dependência e a exploração do escravo, nem as do assalariado. Elevação do preço do trabalho, em virtude da acumulação do capital, significa que a extensão e o peso dos grilhões de ouro que o assalariado forjou para si mesmo apenas permitem que fique menos rigidamente acorrentado. Nas controvérsias sobre o assunto, omite-se, em regra, o principal, o caráter específico da produção capitalista. (...) Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção.

(...) A elevação do preço do trabalho fica, portanto, confinada em limites que mantêm intactos os fundamentos do sistema capitalista e asseguram sua reprodução em escala crescente. A lei da acumulação capitalista (...) na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. E tem de ser assim, num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador.³⁰

O esgotamento desse ciclo econômico no final da década de 1960 foi acompanhado de um recrudescimento das lutas de classes. As lutas do proletariado à essa época não são apenas defensivas ou imediatamente econômicas, no sentido de

³⁰ Karl Marx, *O Capital*, livro I: *O processo de produção do capital*, vol II, 2003, pp. 721-722 e 724.

manter os pactos sociais conquistados ou de aprofundamento dos direitos sociais e maior acesso ao consumo, de acordo com as especificidades históricas de cada país. Também vêm a questionar o capitalismo em si, na medida em que se rebelavam contra a organização da produção taylorista-fordista e seu “operário-massa” ou rechaçavam o status de subordinação ao capital imperialista. A contestação dos trabalhadores se estendeu à organização e atuação política dos sindicatos burocráticos e dos partidos políticos que supostamente os deveriam representar.

Na Argentina, 1969 marcou o início de um ciclo de lutas sociais que sacudiram o país em meio a uma intensa dificuldade dos setores dominantes em disputa para construir uma hegemonia efetiva. Neste ano, uma série de mobilizações populares, unificando operários, estudantes e demais setores subalternos, ganhou corpo em todo o território nacional, sendo o *Cordobaço* o ponto mais alto dessa série, abrindo-se um período de intensos combates postos em marcha pela classe trabalhadora, que alcançaram seu auge com as coordenadoras interfabris realizadas entre junho e julho de 1975. Este período se caracterizará por ser rico em lutas por empresa, com forte conteúdo questionador das práticas da burocracia sindical e que acabou por conformar novas formas organizativas, assim como a revitalizou antigas. As mobilizações das classes subordinadas à essa época também expressaram um nítido questionamento à inserção do país na divisão internacional do trabalho, isto é, do lado que sempre perde, como já expressou Eduardo Galeano ao mostrar as veias abertas da América Latina.

Em várias partes do mundo, todo um padrão de sociabilidade estruturante das relações para que a produção e da reprodução do capital fosse assegurada agonizava. As tensões na composição do sujeito das classes subordinadas na dialética estabelecida entre os projetos hegemônicos de sociabilidade burguesa e as tentativas de resistência a esses projetos por parte dos trabalhadores chegavam a um estágio paroxístico.

O capital, para sobreviver, deve então reestruturar sua relação de mútua fuga e dependência com o trabalho, explorando-o de outras maneiras. Nos interstícios do Estado, tratava-se de implementar políticas regressivas para expulsar a “multidão” que no pós-guerra havia sido então “incorporada ao coração do capital” a fim de se evitar um grande confronto com o trabalho enquanto os lucros auferidos pelo capital fossem “estimulantes” – o que já não era mais o caso.

Nos corações e mentes, através de diversos canais de construção de consenso, trabalhou-se o mito do “mercado livre” que conduziria a uma “sociedade civil livre”; o

desenvolvimento de uma participação política que ora pauta pelo absentéismo, ora é estimulada apenas no nível das satisfações mais imediatas; a convicção de que o capitalismo é o único destino possível da humanidade; a crença no fim da classe trabalhadora e de seu potencial de agente da transformação social.

No chão da fábrica, o capital recorreu principalmente à “solução tecnológica/organizacional” em seu conflito estrutural com o trabalho, abandonando os padrões de organização de produção vigentes no auge do fordismo e adotando, por exemplo, a produção flexível e a “líofilização organizacional” e toda uma nova forma de comportamento do trabalhador em sua relação com o trabalho e a empresa. A busca pela constante inovação tecnológica visando o fim de incrementar o trabalho-morto não é nenhuma novidade do capitalismo contemporâneo :

*A máquina não é apenas o concorrente todo-poderoso, sempre pronto a tornar ‘supérfluo’ o assalariado. O capital, aberta e tendenciosamente, proclama-a o poder inimigo do trabalhador, manejando-a em função desse atributo. Ela se torna a arma mais poderosa para reprimir as revoltas periódicas e as greves dos trabalhadores contra a autocracia do capital. Segundo Gaskell, a máquina a vapor foi, desde o início, antagonista da ‘força humana’, tendo capacitado o capitalista a esmagar as exigências crescentes dos trabalhadores que ameaçavam lançar em crise o sistema fabril que nascia. Poder-se-ia escrever toda uma história das invenções feitas a partir de 1830 com o único propósito de suprir o capital com armas contra as revoltas dos trabalhadores”.*³¹

É importante assinalar que as transformações no local de trabalho mencionadas logo acima se referem aos segmentos mais avançados da economia e é fato que a maioria das pessoas não trabalha em empresas dessa natureza. Mas como bem pontua Richard Sennett, esta pequena fatia da economia possui um impacto no capitalismo contemporâneo que vai muito além dos valores numéricos que expressa, exercendo “profunda influência moral e normativa, funcionando como padrão avançado da maneira como deve evoluir a economia de maneira geral”.³²

Nesse ínterim, é premente destacar o *revival* de situações laborais típicas da época da subsunção formal do trabalho ao capital. Na verdade, seria mais correto falar em uma explosão e conseqüente visibilidade maior destes mecanismos de exploração do que de um *revival*, porque se o capitalismo central desconheceu esses dispositivos

³¹ Karl Marx, 2002, op. cit., pp. 496-7.

³² Richard Sennett, *A cultura no novo capitalismo*, 2006, p. 18.

durante boa parte do século XX, na maioria dos países periféricos estes foram extremamente funcionais para manter a dinâmica do capitalismo interno. Um bom exemplo é a situação dos trabalhadores em domicílio hoje: se alguns ficam em casa a controlar pelo computador alguma função na empresa que pode ser regulada a distância ou a se postar diante de telefones para vender quaisquer bugigangas para o mundo todo, algo inimaginável até meados do século XX, o velho trabalho de confecção de roupas e venda por peça para o contratador do serviço a preços ridiculamente baixos é uma das mais antigas.

Uma tese interessante postulada por David Harvey é a de que o novo padrão de sociabilidade que vem se configurando desde a década de 1970 tem como uma de suas características fundamentais a “acumulação por despossessão”, que constituiria a continuação e a proliferação de práticas de acumulação que Marx designara como “primitiva” durante a fase de ascensão do capitalismo, i. e., ainda na fase de subsunção formal.

These include the commodification and privatization of land and the forceful expulsion of peasant populations (...); conversion of various forms of property rights (common, collective, state, etc.) into exclusive private property rights (...); suppression of rights to the commons; commodification of labour power and the suppression of alternative (indigenous) forms of production and consumption; colonial, neocolonial and imperial processes of appropriation of assets (including natural resources); monetization of exchange and taxation, particularly of land; the slave trade (which continues particularly in the sex industry); and usury, the national debt and, most devastating of all, the use of the credit system as a radical mean of accumulation by dispossession.³³

O capital também adquiriu uma “hipermobilidade” que veio a incrementar sua “solução espacial” e também não podemos deixar de mencionar a “solução de produto”, dando maior vigência à lei do valor ao extrair sobretrabalho de diversas áreas: além das fábricas, na educação, na saúde, nos serviços mercadorizados etc. Sem falar na “solução financeira”: a migração do capital do comércio e da produção para as finanças e a especulação³⁴.

³³ David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism* 2005, p. 159.

³⁴ Cf. Beverly Silver, 2005, op. cit. Neste livro, a autora identifica quatro tipos de solução – ou respostas estratégicas recorrentes – do capital frente a movimentos trabalhistas fortes: a “solução tecnológica/organizacional” – introdução de novas tecnologias a fim de diminuir a mão-de-obra, reestruturação das organizações corporativas; a “solução de produto” – deslocamento do capital para diferentes linhas de produção; a “solução espacial” – relocação geográfica da produção; e a “solução

III. Da ditadura militar à ditadura do mercado

Os rumos neoliberais e as transformações na estrutura produtiva na sociedade argentina têm início com um golpe de Estado civil-militar em 1976. De fato, Chile e Argentina foram laboratórios de políticas extremamente regressivas, coadunadas com o ideário neoliberal, para com as classes subordinadas, num contexto de brutal coerção física – tanto no campo político, quanto civil –, sem a mínima pretensão de qualquer amparo na legalidade.

Quando a Junta Militar composta pelo tenente general Jorge R. Videla, o almirante Emilio E. Massera e o brigadeiro Orlando R. Agosti assume o poder Executivo do país por meio do golpe de Estado, subscreve-se uma ata em que se determinavam os propósitos do chamado “Processo de Reorganização Nacional”. O documento assinalava que os objetivos da nova fase consistiam em dar fim ao “desgoverno”, à corrupção e ao “flagelo subversivo”, restituir os valores que fundamentariam a condução integral do Estado – amoralidade, a idoneidade, a eficiência – e promover o desenvolvimento econômico “da vida nacional” baseado no “equilíbrio e participação responsável” dos distintos setores da sociedade.

Logo após o golpe, o direito de greve foi proibido, a atividade sindical foi suspensa, várias plantas industriais foram ocupadas pelas forças combinadas de segurança, centenas de entidades sindicais foram postas sob intervenção, numerosos dirigentes e ativistas foram detidos ou seqüestrados ou assassinados clandestinamente, enquanto as empresas despediam trabalhadores envolvidos em atividades de greve. Apesar das imensas restrições, o movimento operário ensaiou várias reações diante da perda de conquistas sociais históricas e da deterioração do padrão de vida num contexto de aprofundamento da desigualdade de renda em níveis nunca antes experimentados pela sociedade argentina.

Além das dificuldades enumeradas logo acima, as mobilizações do movimento operário esbarravam na divisão organizativa deste. De acordo com Mario Rapoport, a ação sindical se pautou pela dualidade – uma parte se inclinou por uma postura mais

financeira”, já explicitada. Essas estratégias, contudo, também são armas de competição entre os próprios capitalistas.

combativa, outra parte optou pela negociação com os militares³⁵. Todos os sindicatos, no entanto, foram acusados de estabelecer relações com a ditadura. A partir de 1981 o confronto com o governo se intensificou e uma CGT reconstituída – CGT-Brasil, por funcionar em um local da Avenida Brasil, na capital federal – convocou a primeira manifestação massiva no dia 7 de novembro, que contou com a repressão policial de costume. A convocatória da CGT contou com a adesão de vários partidos políticos – os justicialistas, os comunistas e diferentes segmentos da esquerda, os democratas-cristãos – e vários setores da população se sentiram incluídos pelas consignas da mobilização. A jornada de lutas encabeçada pela CGT de 30 de março de 1982 constituiu-se em outro marco do enfrentamento entre o movimento operário e o governo militar, cujo aparelho repressivo já não aprecia suficiente para abafar as manifestações. Todavia, é impossível não assinalar a notória debilitação do movimento sindical ao fim deste período; enfraquecimento que prosseguiu, de formas distintas, com a “redemocratização” do país, a partir de 1983.

Outro fator tão importante quanto os outros dois citados no início do parágrafo anterior como obstáculos à ação dos movimentos da classe trabalhadora foi a política econômica de reestruturação da indústria levada a cabo desde o princípio do regime ditatorial inaugurado em 1976.

A pasta do Ministério da Economia ficou a cargo de José A. Martínez de Hoz, representante do liberalismo econômico, cujo plano econômico atrelava seu êxito à preservação do modelo político burocrático-autoritário. Martínez de Hoz e sua equipe consideravam a distorção dos preços relativos internos, tributária do modelo de industrialização por substituição de importações e o sobredimensionamento do Estado como raízes dos problemas enfrentados pela economia argentina. Sua política econômica prometia girar em torno de três eixos: estabilidade de preços, crescimento econômico e distribuição de renda “adequada”. Para alcançar seus objetivos, destaca a necessidade de abertura da economia, com redução gradativa dos impostos de importação; supressão de subsídios a exportações não-tradicionais (automóveis, alumínio) e a prestações sociais deficitárias (saúde, habitação); aumento das tarifas de serviços públicos; controle da inflação; estabelecimento de um novo nível de equilíbrio de salários, inferior ao existente.

³⁵ Mario Rapoport, *Historia Económica, Política y Social de la Argentina (1880-2000)*, 2001.

Um mês após o golpe, o embaixador estadunidense à época, Robert Hill, levava um documento secreto ao Departamento de Estado dos EUA, em que analisava o novo plano econômico. Destacando o propósito deste de liberalizar e abrir a economia argentina, tecia considerações sobre a provável hostilidade dos trabalhadores e de setores com convicções nacionalistas, inclusive dentro das Forças Armadas. Apreciando que a liberalização da economia tal como proposta pela equipe de Martínez de Hoz ia ao encontro dos interesses do Estado norte-americano, o embaixador propôs o apoio do *Eximbank* e o respaldo para reprogramação da dívida externa argentina. Este apoio não demorou, contrastando com as negociações penosas enfrentadas pelo governo anterior, de Isabel Perón, que não conseguira modificações na atitude reticente do Fundo Monetário Internacional (FMI).³⁶

Um balanço geral da situação econômica sob gestão dos militares golpistas mostra que o crescimento do produto interno bruto (PIB), em oito anos, foi de míseros 2,3% – uma drástica queda de riqueza *per capita*. A desarticulação do processo de industrialização por substituição de importações mostrava-se já adiantado, desaparecendo ramos inteiros do setor secundário do país. Colocada em curso uma brutal concentração das atividades econômicas, do capital e da receita, observou-se uma grande redução salarial e uma considerável compressão do mercado interno. O país havia contraído uma dívida externa vultosa que o condenava a décadas de esforço para quitar seus compromissos, a uma posição delicada na balança de pagamentos e a uma autonomia reduzida na hora de definir seus programas econômicos, que deveriam estar sujeitos à aprovação da banca credora. O controle da inflação e das contas públicas ficaram longe de ser alcançados (ver quadros VI e VII).

A política econômica de abertura dos mercados sobre os trabalhadores acabou por provocar uma significativa queda do salário real e reduzir a participação dos trabalhadores na renda nacional em patamares nunca antes vistos 40 anos antes. Em apenas um ano, 1976, o salário real decresceu em 37% em relação ao valor vigente em 1974-1975; a participação do salário na receita do país caiu de 45 para 27% no período que se estende entre 1974 e 1983. A modificação na estrutura ocupacional acarretou numa queda de 10% do emprego assalariado no setor industrial entre 1974 e 1985.³⁷

³⁶ Cf. Mario Rapoport, op. cit., 2001, p.740.

³⁷ Dados extraídos de Mario Rapoport, op.cit.

Os objetivos implícitos de transformar a dinâmica econômico-social de maneira a favorecer um novo padrão de acumulação, liderado por um reduzido conjunto de grupos financeiros, no entanto, foram exitosos. O economista Eduardo Basualdo destaca a importância da repressão aos opositores às novas políticas econômicas desta primeira fase de instauração do novo modelo de acumulação instaurado na Argentina, designado por ele de “valorização financeira”.

No se trata únicamente de la enorme rentabilidad que obtienen los bancos o el sistema financiero en general, sino también de la renta financiera que perciben los capitales oligopólicos líderes en las restantes actividades económicas, entre las que se cuenta la producción industrial, agropecuaria y, más recientemente, los servicios públicos privatizados. Esto es posible por que la tasa de interés supera la rentabilidad de las otras actividades económicas, se registra una notable concentración del ingreso y la deuda externa opera como una fenomenal masa de recursos pasibles de ser valorizados en la economía interna por parte del sector más concentrado del capital, sobre la base de las notables diferencias que presenta la tasa de interés interna respecto a las vigentes en el mercado financiero internacional.

Sin duda, el nuevo patrón de acumulación trajo aparejado un claro predominio del capital sobre el trabajo, que se expresa en una manifiesta regresividad de la distribución del ingreso y en un nivel de exclusión social que ponen de manifiesto retrocesos que no tienen antecedentes en la Argentina. Estas tendencias fueron el resultado de la convergencia de un salto cualitativo en el nivel de explotación de los trabajadores, con una severa y sostenida expulsión de mano de obra que, al afectar a millones de asalariados, dio como resultado una inédita tasa de desocupación y subocupación.³⁸

O período de redemocratização, que teve início com a ascensão do radical Raúl Alfonsín em 10 de dezembro de 1983, vencendo as eleições sobre o peronista Italo Luder por maioria absoluta de votos, ocorreu em meio a uma grande crise da dívida externa na América Latina, tendo como marco a declaração de moratória do México e se distinguiu por uma sistemática escassez de financiamento externo para os países da região.

O processo econômico gerido pelo padrão de acumulação instaurado com a ditadura militar se consolida sob o controle dos grupos econômicos locais, os conglomerados estrangeiros e a banca credora, com predomínio dos dois primeiros

³⁸ Eduardo Basualdo, Sistema Político y Modelo de Acumulación en la Argentina (1976-2001), 2002, p. 13.

sobre esta última. Constitui-se o começo do que Basualdo definiu como “transformismo argentino”. Sob um regime constitucional, os setores dominantes devem enfrentar o desafio de levar adiante o desenvolvimento do novo modelo de acumulação iniciado com a ditadura precedente. Construir amplo consenso com um projeto tão concentrador e excludente constitui uma tarefa bastante difícil, de modo que a fração local dos setores dominantes se articulam com setores do partido do governo pondo em marcha um processo de cooptação ideológica no interior do sistema político e da sociedade civil.

A primeira gestão econômica, sob o controle de Bernardo Grinspun, orientou-se por tentar uma renegociação da dívida externa com os organismos internacionais e credores que permitiria minimizar o que, de acordo com a interpretação governista, era o principal entrave à economia argentina: o pagamento dos juros da dívida. Essa interpretação negligenciava, porém, uma questão fundamental acerca da situação econômico-social do país: a ditadura havia quebrado o modelo de substituição de importações, modificando estruturalmente o funcionamento da economia argentina.

Sobre essa base, a política econômica encabeçada por Grinspun incluía gerar na economia interna uma determinada distribuição de renda a favor dos assalariados que proporcionasse uma reativação da produção interna, controlando a inflação por meio do controle de preços chaves do processo econômico, além de redefinir o poder sindical que era, naquele momento, um bastião central do partido peronista. O plano fracassou.

Em 1985, assumiu a pasta da Economia Juan Sourrouille, que iniciaria uma gestão radicalmente diferente da primeira, mas insistindo no diagnóstico estrutural inicial. A superação da dívida externa, que se cria ser o principal problema da economia do país, dar-se-ia pondo em marcha um modelo exportador e reativando o investimento. As primeiras medidas da nova equipe econômica recaíram em recompor as receitas públicas e aprofundar a inserção exportadora através de reajustes do tipo de câmbio e das tarifas públicas. Logo, mediante um decreto de necessidade e urgência, iniciou-se o Plano Austral, de caráter heterodoxo e que impunha um ajuste forte, ainda maior do que o solicitado pelo FMI, objetivando evitar a hiperinflação. A pauta do plano deveria ser alcançada por meio de um corte nos gastos públicos, maior arrecadação e financiamento através de novos créditos externos. De início, o plano obteve êxito, incluindo o aumento das exportações, da arrecadação de impostos e tarifas e a desaceleração inflacionária. A falta de um programa de longo prazo minaria os êxitos iniciais do plano, que escondiam as debilidades estruturais do mesmo, ao não estabelecer objetivos reais de reativação do

crescimento econômico. A estrutura de preços relativos começou a sofrer distorções e o plano não contemplava saídas para corrigi-las. Veio uma série de ajustes que, no entanto, não desafogou a Argentina de uma situação crítica na área econômico-social.

Dois anos mais tarde, finalmente o diagnóstico governista sobre as dificuldades da economia argentina sofreria uma mudança drástica. Ao anunciar o “Programa de Julho”, Sourrouille atribui os obstáculos ao desenvolvimento da economia nacional à crise de “un modelo populista y facilista, de un modelo cerrado, en fin, de un modelo centralizado y estatista”.³⁹ Podemos imaginar, pelo discurso e pelo contexto histórico, em que consistia a solução para o detectado problema: reestruturar o Estado, principalmente por meio da privatização das empresas estatais, e abrir a economia argentina às importações. Essa virada na condução da política econômica atendia, sobretudo, à outra fração dos setores dominantes, os credores externos, a parte menos favorecida até então da mudança no modelo de acumulação implementado na Argentina. A pressão internacional do FMI se fazia através do estabelecimento do Plano Baker, que aludia às reformas estruturais do Estado que deveriam empreender os países devedores, a fim de atender às exigências dos credores externos, que recaíam no pagamento não apenas dos juros, mas também do capital devido na raiz do endividamento externo.

A origem das privatizações das empresas públicas latino-americanas, parte do programa da (contra)reforma do Estado “sugerido” pelos órgãos de financiamento externo, encontra-se nesse processo. Na Argentina, as privatizações em massa ocorrerão no mandato presidencial seguinte. Ainda sob o governo radical, os credores externos encontrariam dificuldades de impor suas exigências devido à capacidade de influência do capital concentrado interno, assim como pelas disputas travadas entre o FMI e o Banco Mundial com respeito às diretrizes que deveriam ser tomadas pelos países devedores em relação às suas dívidas. Com o alçamento de George Bush à presidência dos EUA, ficava estabelecido que tanto os “desejos” do FMI quanto os do Banco Mundial deveriam ser satisfeitos: a normalização dos pagamentos e as reformas estruturais, respectivamente.

A crise hiperinflacionária de 1989, que acabou por desembocar numa crise social e institucional, com a saída antecipada de Alfonsín da presidência, deve ser

³⁹ *La Nación*, 21/07/1987, citado por Carlos Acuña e Laura Golbert, “Empresarios y política (parte II). Los empresarios y sus organizaciones: ¿que pasó con el Plan Austral?”, *Boletín Informativo Techint*, **263**, 1990, Apud: Eduardo Basualdo, op. cit., 2002.

entendida como uma forma de remover os entraves estruturais que impediam o desenvolvimento e a consolidação do modelo de acumulação sustentado no neoliberalismo, principalmente a favor dos credores externos. Esta crise foi desatada por uma corrida cambiária iniciada pelos bancos estrangeiros depois das reiteradas advertências do FMI ao governo argentino para que retomasse os pagamentos aos bancos credores.

Um novo ponto de equilíbrio entre o capital concentrado interno (os grupos econômicos locais e os conglomerados estrangeiros) e os credores externos exigiu, além da reestruturação do aparelho estatal, o aprofundamento da desigualdade da distribuição de renda, dentro do marco da reestruturação fundamental da relação entre trabalho e capital.

O governo do justicialista Menem inicia sua gestão acordando com os grupos econômicos locais e centra os esforços de sua política econômica em estabilizar as contas públicas e a situação do setor externo, sem prever, num curto prazo, a implementação de (contra)reformas estruturais. Pouco tempo depois, entretanto, cedendo à pressão da banca credora, recorre-se a uma série de reformas que objetivavam modificar radicalmente a estrutura do setor público e a orientação das transferências dos recursos estatais. A irrupção de uma outra hiperinflação em dezembro de 1989 marca o fim daquela primeira etapa e o início de uma complexa transição que culminaria em março de 1991 numa nova mudança ministerial.

1991 representa um marco da submissão argentina às diretrizes do Consenso de Washington, quando Domingo Cavallo, outrora presidente do Banco Central da República Argentina (BCRA) no período da ditadura militar, é chamado a assumir a pasta do Ministério da Economia e lança o Plano de Convertibilidade, que implicou na fixação do tipo de câmbio, sem limite de tempo, de 10.000 austrais por dólar, a fim de conseguir uma estabilidade de preços a longo prazo⁴⁰. A convertibilidade fez parte de um conjunto de medidas que buscavam reduzir o campo de ação do Estado, identificado como a principal fonte de instabilidade do processo econômico. O plano contemplava ainda, no marco da implementação efetiva do neoliberalismo na Argentina, a maior abertura econômica, buscando disciplinar o setor privado produtivo – inibindo-o de aumentar seus preços em virtude da competitividade externa – e a reforma do Estado,

⁴⁰ Cf. Mario Rapoport, op. cit. No início de 1992, estabelece-se o peso como moeda de curso legal, equivalente a 10.000 austrais, fixando-se então o tipo de câmbio de 1 peso por dólar.

principalmente através da privatização de empresas públicas, a fim de equilibrar as contas fiscais, reduzir o gasto público e aumentar o fluxo de investimentos. Essa fase também assinala um abrandamento do conflito entre o capital concentrado interno e os credores externos.

A desregulamentação dos mercados submeteu o conjunto das atividades produtivas à competitividade externa sob o discurso de que essa condição induziria um aumento da qualidade dos produtos argentinos que os levariam a conquistar novos mercados, ampliando as exportações, consideradas a chave do crescimento econômico. O que ocorreu foi o aprofundamento da desindustrialização, que combinada ao processo de privatização das empresas estatais e de redução do quadro de funcionários públicos tanto no nível provincial quanto no nível federal, acarretou no aumento do desemprego.

Paralelamente a esse fenômeno, as classes dominantes, como um todo, pressionaram pela *flexibilização* das leis trabalhistas, que deveria se não eliminar, pelo menos reduzir amplamente a “rigidez” do mercado de trabalho a fim de tornar as empresas mais competitivas, o que também supostamente contribuiria para diminuir o desemprego. Por “rigidez”, entenda-se: as conquistas trabalhistas efetuadas pela pressão do movimento operário com o objetivo de limitar as possibilidades do capitalista dirigir a força de trabalho empregada de acordo com as conveniências do processo produtivo. Portanto, o que as classes dominantes reivindicavam era a precarização das relações trabalhistas com o intuito de reduzir o valor da força de trabalho e aumentar a intensidade de trabalho que esta cede ao capital.

O projeto de flexibilização foi facilitado pela desmobilização social gerada pela situação de recessão e hiperinflação do final do governo Alfonsín⁴¹ e pela cooptação de uma fração importante de líderes sindicais que faziam parte do Partido Justicialista. O governo Menem lançou mão da distribuição de incentivos como a direção da ANSSAL (Administração Nacional do Seguro de Saúde), organismo arrecadador de fundos da previdência social ou de posições de poder que conferia abundantes recursos para pagar

⁴¹ Importante salientar como a situação de recessão e alta inflação herdada da década de 1980 – a “década perdida” – serviu como um mecanismo de indução do consenso das classes subordinadas na América Latina às políticas regressivas do neoliberalismo, que prometiam a medicina deflacionária, nos anos 90, época em que os governos adeptos da ideologia neoliberal tomaram a região. Cf. Perry Anderson, Balanço do neoliberalismo In: Emir Sader & Pablo Gentili (org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, 2003; Sebastián Salvia & Axel Frydman, *Argentina: Modo de acumulación y relaciones de fuerza entre capital y trabajo en la Argentina de los noventa* In: *Herramienta*, n° 26, 2004, www.herramienta.com.ar, acessado em 17/09/2005, e ainda Adrián Piva, Algunas hipótesis sobre la relación entre modo de acumulación y hegemonía débil en Argentina In: Ernesto Villanueva & Astor Massetti (org.), *Movimientos sociales y acción colectiva en la Argentina de hoy*, 2007.

indenizações, aposentadorias voluntárias, assim como incorporou dirigentes em processos de negociações e de licitações das privatizações. A várias organizações operárias foi outorgada uma participação acionária de 10% nas empresas privatizadas. Esses programas de propriedade participada, inspirados no governo de Thatcher, como era de se esperar, nunca se traduziu na participação de representantes dos trabalhadores na direção das empresas ou no controle e distribuição dos benefícios.

A imposição de condições de trabalho precarizadas instituiu-se progressivamente, conformando-se através de sucessivas normas que limitaram os aumentos salariais, implementaram contratos de trabalho temporários, permitiram o fracionamento das férias e do décimo terceiro, a redução do valor de indenizações por acidente de trabalho ou demissão etc. A partir de 1994, a política trabalhista procurou se articular em torno de acordos entre a UIA, a CGT, representantes das PyMES e o governo, antes das iniciativas serem enviadas ao Congresso.

O empresariado, no entanto, não estava satisfeito com os rumos da flexibilização do mercado de trabalho, por não ter se avançado demasiado numa (contra) reforma integral – as “reformas” foram direcionadas de acordos com os distintos setores. Diversas empresas transnacionais assinaram convênios com sindicatos argentinos para flexibilizar as condições de trabalho, à margem dos convênios coletivos nacionais de trabalho, como a General Motors, a FIAT e a Toyota com o sindicato SMATA (Sindicato de Mecânicos e Afins do Transporte Automotor).

Mario Rapoport sustenta que as organizações sindicais, de maneira geral, não foram aptas em articular uma oposição consistente e unificada às (contra)reformas do governo peronista de Menem. Podia-se observar no sindicalismo argentino do período três posicionamentos⁴²:

- 1) Vários sindicatos assumiram uma postura de colaboração com os planos “reformistas”, defendendo que o modelo social, econômico e político populista encontrava-se esgotado. Influenciados por ideologias provenientes da Europa e dos EUA, incorporadas em cursos de formação sindical, certos setores sindicais desacreditavam os métodos tradicionais de pressão do movimento trabalhista – greve, sindicalismo por ramo de produção – estavam fadados ao fracasso diante da globalização. De uma entidade de defesa e representação dos trabalhadores, os sindicatos deveriam se tornar provedores de serviços para seus afiliados.

⁴² Cf. Mario Rapoport, op. cit, 2001.

- 2) Um segundo grupo do sindicalismo argentino se pautou por uma política de negociação mais dura, que visava certa distância do poder oficial, preservando autonomia suficiente e capacidade para “golpear e negociar”.
- 3) A outra parte caracterizou-se pela oposição frontal às (contra)reformas levadas a cabo pelo governo. Esta fração do sindicalismo era representada, sobretudo, por funcionários públicos e operários de determinados setores industriais, enormemente afetados pelas políticas de privatização de empresas públicas e pela desregulamentação do mercado. Todavia, os setores sindicais que adotavam esta postura não conseguiram capitanear o descontento com a política econômica do governo e construir, assim, um movimento amplo de resistência, em grande parte devido à cooptação mencionada logo acima. Os principais representantes do novo “núcleo duro” da oposição sindical foram a CTA, o CCC (Corriente Clasista Combativa) e o MTA (Movimiento de Trabajadores Argentinos).

A constituição da CTA em dezembro de 1991 seria um dos grandes marcos na história do sindicalismo argentino nos anos 90, desenvolvendo uma estrutura organizativa e construindo uma base de representação em termos distintos dos da tradicional CGT, aceitando trabalhadores desempregados, informais, temporários, e a filiação de agrupações minoritárias dentro de certos sindicatos, de comissões internas e de trabalhadores individuais, desvinculando-se da idéia de central sindical composta por confederação de entidades de base, assim como de sindicatos paralelos, quebrando o princípio de unidade sindical.

À cooptação de dirigente sindicais por meio da distribuição de incentivos de diversas naturezas – aliás, uma constante no exercício da dominação das frações das classes dominantes que punham em marcha o novo padrão de acumulação, ampliada no governo Menem – juntaram-se outros recursos para neutralizar as resistências às (contra)reformas, que se estenderam desde mecanismos que visavam aumentar as divisões no cenário sindical à negociação sob medidas de força, tornando ilegais as greves dos funcionários públicos, retendo os fundos sindicais, apresentando denúncias penais contra dirigentes sindicais... Menem também soube contrapor a legitimidade das reivindicações setoriais ao consenso conseguido em cima da sociedade como um todo no lastro do ciclo expansivo do consumo interno que atingiu diversas camadas sociais.

Entre 1992 e 1994, o novo modelo de acumulação registra uma etapa de crescimento econômico baseado na sincronia do sistema político e da valorização financeira e os setores dominantes que sustentam este padrão de acumulação adquirem uma homogeneidade inédita, tributária, em grande parte, do processo de privatizações.

Por parte del Estado, esta integración capitalista fue establecida como requisito mediante una ley, de manera que las empresas privatizadas contaron con la siguiente conformación: una empresa local (proveedora del poder de lobby en el sistema político), un banco internacional (proveedor financiero de la operación) y una empresa extranjera especializada en el servicio correspondiente (que aportaba el "know how" del servicio). Esta política del gobierno peronista creaba una identidad objetiva de intereses entre el capital local concentrado y los acreedores externos, cuya disputa por el plusvalor había llevado a la crisis hiperinflacionaria de 1989, al asociarlos en el mismo proceso productivo en el mismo proceso de valorización del capital y garantizándoles una tasa de ganancia superior al resto de la economía. El Estado asumió el costo del despido de una enorme masa de trabajadores de estas empresas, lo que significó una mayor producción de plusvalor por la vía absoluta mediante la intensificación del trabajo del personal reducido.⁴³

Essa também foi a época em que se obteve maior consenso social em torno do modelo econômico neoliberal, no contexto da superação da inflação, de um novo ciclo de endividamento externo e da expansão do crédito interno, que contribuíram para um ciclo expansivo do consumo interno que incorporou vastas camadas sociais. Porém, em 1993, o desemprego supera os níveis historicamente conhecidos na Argentina, atingindo a taxa de 9,3%.

Essa fase “dourada” seria interrompida pela crise mexicana, que teve início em fins de 1994, e provocou uma retirada maciça de fundos internacionais da Argentina – facilitada pela Lei de Convertibilidade, diga-se de passagem. No segundo mandato de Carlos Menem, a vulnerabilidade econômica do país se fazia evidente com o agravamento do déficit fiscal, o surgimento da recessão e o avanço do desemprego, que alcançava então mais de 17% da População Economicamente Ativa em 1996⁴⁴ e desde 1994, manter-se-ia sempre na casa dos dois dígitos. O país reagiu de imediato graças ao apoio consistente do FMI e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A receita, claro, consistiu em minimizar ainda mais o Estado (para as classes subordinadas): cortes no orçamento, redução de salários no setor público, aumento na

⁴³ Sebastián Salvia y Axel Frydman, op. cit., 2004.

⁴⁴ Fonte: Indec, *Encuesta Permanente de Hogares (EPH): Total Aglomerados Urbanos – Mayo 2002*, acessado em 30/04/2006.

carga impositiva garantiram uma rápida, porém breve, retomada do crescimento. Os problemas estruturais do programa econômico implementado já não encontravam válvulas de escape suficientes e a deterioração das condições sociais dos argentinos fazia-se notória. Inclusive, a já aludida homogeneidade entre as frações dos setores dominantes conquistada no primeiro quinquênio começava a ruir.

De acordo com análise da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), a partir da década de 1990, na Argentina combinaram-se um acentuado crescimento do PIB por habitante, uma forte queda da inflação, um elevado desemprego e um aumento da pobreza. A economia, entre 1989 e 1999, cresceu 50% – principalmente na primeira metade dos anos 90, como já pudemos observar – e a PEA, 30%. Contudo, o número de desocupados incrementou-se em 146%⁴⁵. (ver quadros VIII e IX)

Nas eleições presidenciais de 1999, a oposição “Aliança”, com discurso anti-neoliberal, formada pela União Cívica Radical (UCR) e pela Frente País Solidário (Frepasso), venceu com 48% dos votos a chapa justicialista composta por Eduardo Duhalde e Ramón Ortega, que obteve 38%. Em terceiro lugar, alcançando 10%, ficou Domingo Cavallo, pelo partido Ação pela República. Logo, porém, a gestão da Aliança seguiria uma política econômica ortodoxa que não conseguiu tirar o país do marasmo econômico e em pouco tempo aprofundou a deterioração das condições de vida da população.

A nova pugna que se estabeleceria entre as frações das classes dominantes que conduziam o desenvolvimento do novo padrão de acumulação na Argentina giraria em torno de dois projetos alternativos à Conversibilidade: um calcado na dolarização da economia, sustentado pelo setor vinculado ao capital estrangeiro; e outro que objetivava a desvalorização do peso, defendido pelos grupos locais e alguns conglomerados estrangeiros.

Em dois anos à frente do poder Executivo, o governo da Aliança experimentou três trocas sucessivas de ministros, até a renúncia do presidente radical Fernando De La Rúa, em 20 de dezembro de 2001. A primeira gestão ficou a cargo de José Luis Machinea, economista que já fora chefe de assessores do Instituto de Investigações da UIA, e procurou adotar políticas que privilegiassem a fração local do poder econômico. O esgotamento dessa gestão fez com que assumisse a pasta do Ministério da Economia Ricardo López Murphy, que adotou um ajuste ortodoxo, seguindo uma lógica não muito

⁴⁵ Fonte: Mario Rapoport, op. cit., 2001, p. 1020.

diferente daquela adotada por Machinea e sua equipe, mas que continha novos componentes que visavam satisfazer os interesses do setor vinculado ao capital externo. O rechaço à política proposta por Murphy deu lugar à última mudança ministerial, em março de 2001 e Domingo Cavallo foi chamado novamente a ocupar o cargo.

Seu papel consistia em conciliar os interesses de ambas as frações em contenda como meio para superar a recessão econômica. Inicialmente, seu plano postulava a necessidade de reativar a produção como uma forma de melhorar a situação fiscal num médio prazo; ao mesmo tempo em que elevava as tarifas alfandegárias e de políticas setoriais para alcançar este fim, aumentava a pressão tributária mediante o imposto aos débitos e créditos bancários para recompor, em curto prazo, as contas públicas, afastando a possibilidade de deixar os mercados “nervosos”, isto é, de não cumprir os “compromissos” da dívida com a banca credora. O setor financeiro, no entanto, não encontrou nas primeiras medidas empreendidas pelo ministro Cavallo o calmante de que precisava, reavivando a crise e fazendo com que o governo incorporasse o corte nos gastos públicos como parte da nova política econômica⁴⁶.

E dezembro chegou...

IV. Mercado de trabalho e desemprego

Não há uma interpretação unânime a respeito do caráter do mercado de trabalho na Argentina entre 1945 e 1976. Uma vertente de análise sustenta que a modernização do país não conseguiu absorver mão-de-obra de maneira adequada no setor secundário, situação que teria levado a consideráveis índices de desemprego aberto e determinado volume de subemprego invisível, apresentando como consequência uma ação debilitada por parte dos sindicatos e um baixo crescimento de salários.

Porém, a maior parte das análises sobre o caso, embora tendo em consideração que o mercado de trabalho argentino teve dificuldades de absorção da oferta de trabalho – que poderiam ser indicadas pela importância crescente do setor de serviços, das atividades informais e da empregabilidade em certas áreas do setor público –, salienta que, ao contrário de outros países latino-americanos, a oferta excedente estrutural de mão-de-obra não foi de grande magnitude. O país conviveu com taxas relativamente baixas de desemprego e subemprego abertos e embora a subutilização da mão-de-obra estivesse presente na realidade do mercado de trabalho argentino, não recobrou

⁴⁶ Cf. Eduardo Basualdo, op. cit., 2002.

importância em nível nacional. Os autores que compartilham desse ponto de vista enfatizam que os salários seguiram a evolução da demanda de trabalho de uma maneira geral e apontam a força da pressão do movimento operário na Argentina.

Luis Beccaria e Néstor López argumentam que a diferença entre essas duas posições não deve ser por demais enfatizada, pois a primeira reconhece que a situação argentina possuía diferenças significativas em relação a de outros países periféricos, sobretudo no que diz respeito às magnitudes da subutilização da mão-de-obra e que em conjunturas favoráveis foi possível pressionar por um aumento dos salários reais. A outra visão, por sua vez, não nega a subutilização da mão-de-obra. Beccaria e López apontam que a diferença entre ambas as concepções estariam referidas ao entendimento que cada uma possui acerca do que representam as atividades informais na economia argentina: enquanto o primeiro ponto de vista julga que toda atividade informal carrega consigo uma baixa taxa de produtividade, que se refletiria em rendas parcas, a outra vertente chama a atenção para o fato de que a produtividade desse segmento na Argentina permitia a geração de rendas minimamente “adequadas”, constatação que poderia ser inferida pela distribuição de renda relativamente equilibrada – em relação aos países da periferia – e pela baixa incidência da pobreza. Esse nível de renda também pôde se manter devido às políticas de preços relativos a favor dos setores urbanos que foram implementadas ao longo de grande parte desse período. Dessa forma, ainda que entre 20% e 30% dos empregos constituísse atividades informais, estas não adquiriram a característica de “refúgio”, como na maioria dos países periféricos.⁴⁷

Vale fazer menção ao trabalho de Adriana Marshall, de 1978, sobre o mercado de trabalho na Argentina entre 1950-1970, correspondente à segunda etapa da industrialização por substituição de importações⁴⁸, período imediatamente anterior às transformações econômicas que iniciam o novo modelo de acumulação baseado na valorização financeira. Para levar a cabo a análise proposta, a autora busca entender a relação entre migração e oferta e demanda de força de trabalho a fim de estabelecer a geração e formas de utilização desta mão-de-obra, detendo-se sobre a região metropolitana que compreende a Capital Federal e demais municípios da Grande Buenos Aires, a área mais dinâmica da economia argentina.

⁴⁷ Luis Beccaria & Néstor López, *Notas sobre el comportamiento del mercado de trabajo urbano* In: Luis Beccaria & Néstor López (org.) *Sin trabajo: las características del desempleo y sus efectos en la sociedad argentina*.

⁴⁸ Adriana Marshall, *El mercado de trabajo en el capitalismo periférico: el caso de Argentina*, 1978.

A incipiente industrialização observada em fins do século XIX, quando o setor agroexportador era o carro-chefe da economia no país, absorveu mão-de-obra em grande parte proveniente da Europa, sobretudo Espanha e Itália. A partir dos anos 30 do século seguinte, quando passa a vigorar no país o modelo de acumulação baseado na industrialização por substituição de importações, a industrialização na GBA cresce vertiginosamente e a classe trabalhadora aumenta em números absolutos e relativos, assim como sofre importantes alterações em relação às origens de seus integrantes.

Se em 1914, 47% da população ocupada na indústria era formada por estrangeiros, em 1947 essa proporção cai para 22%, e as migrações internas acabam por desempenhar o papel que fora da imigração durante a primeira etapa da industrialização argentina como provedora de mão de obra. Na Capital, os nativos originários do interior do país passam a conformar 32% da população em 1947, quando em 1914 esse percentual atingia tímidos 9%; em contrapartida, a proporção de estrangeiros baixava de 49 para 27% no mesmo período.⁴⁹

Entre 1965 e 1970, período analisado por Marshall, a GBA recebe 825.550 migrantes, sendo que 87% destes são internos, com pouco mais de 20% originários da província de Buenos Aires. Por volta de 70% do incremento da PEA entre 1960 e 1970 deve-se ao fluxo migratório que se destina à GBA. Tal fluxo migratório, como era de se esperar, foi composto em sua maior parte por integrantes dos grupos subalternos, que por sua vez foram absorvidos, prioritariamente, pelo setor secundário. 50% dos operários da GBA era constituído por migrantes provenientes do interior do país.

Marshall entende que ainda que um terço do desemprego anual durante a década de 1960 se deva à admissão de migrantes, este ingresso supera em muito o volume global de desemprego, mesmo quando suas taxas atingem seus pontos máximos. O crescimento da oferta da força de trabalho tributária das migrações com destino à GBA foi capaz de atender à demanda por mão-de-obra adicional em diversas atividades econômicas e de prover uma reserva de força de trabalho requerida pelas variações conjunturais da produção, sobretudo na construção civil e nas atividades manufatureiras.

Os migrantes recentes se incorporam ao mercado de trabalho freqüentemente realizando tarefas pouco ou não qualificadas, sendo que aqueles com maior tempo de permanência passavam a desempenhar ofícios mais qualificados, como trabalhadores

⁴⁹ Cf. Hugo del Campo, *Sindicalismo y peronismo: los comienzos de un vínculo perdurable*, 2005, e Gabriela Delamata, op. cit., 2004.

manuais, majoritariamente assalariados. Migrantes e *porteños* não competiam igualmente pelos mesmos postos de trabalho.

Ainda que reconheçamos um setor desfavorecido na disputa no mercado de trabalho, é equivocado afirmar que esse setor foi enquadrado de forma “marginal” na estrutura econômica da Argentina, considerando “marginal” aqui como sinônimo de setor informal com características de refúgio.

Ni la inserción de los migrantes en las actividades económicas y en el mercado de trabajo, ni la leve incidencia diferencial del desempleo a favor de los nativos parecen indicar que los trabajadores migrantes se concentren predominantemente en actividades ‘marginales’ a la estructura económica del Gran Buenos Aires. Se emplean, junto a los nativos, en la gran mayoría de las tareas industriales, pero se encuentran especialmente en el sector de la construcción (hombres) y en el servicio doméstico (mujeres). Aún en este último caso no se trata de una actividad ‘marginal’, como lo indica la demanda pre-existente por el servicio doméstico. (...) son fundamentalmente trabajadores manuales asalariados y van constituyendo la clase obrera metropolitana”.⁵⁰

Podemos dizer que na Argentina se conseguiu articular em torno da condição de trabalhador assalariado uma inserção na sociedade considerada digna e a constituição de uma rede de direitos e proteção social à semelhança do que Robert Castel designou de “sociedade salarial” na análise da realidade europeia durante maior parte do século XX, sobretudo francesa.⁵¹

Para os defensores das diretrizes neoliberais e da reestruturação produtiva, o desemprego é tributário da rigidez do mercado de trabalho, da ação dos sindicatos, da falta de qualificação / adequação do trabalhador, de causas, enfim, externas ao modo de organização de produção da vida material imposta pelo capitalismo. No entanto, a precarização das relações de trabalho e o desemprego que vêm grassando tanto nas áreas periféricas como centrais do capitalismo fazem parte de um projeto de restauração de poder de classe e de manutenção de taxas de lucro em um nível viável para a sobrevivência do sistema capitalista. Os altos índices de desemprego são tributários em grande parte do investimento em trabalho morto em detrimento do trabalho vivo. Como já expusemos anteriormente neste capítulo, a procura por tornar a parte do capital fixo maior do que aquela representada pelo capital variável na composição orgânica do

⁵⁰ Adriana Marshall, op. cit., 1978, pp. 125-126 e 129.

⁵¹ Robert Castel, *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, 1998.

capital faz parte da luta contínua dos capitalistas para se tornarem menos dependentes dos trabalhadores assalariados, e é tendência da lei geral da acumulação de capital.

Os capitais adicionais que se formam no curso da acumulação normal servem preferentemente de veículo para explorar novos inventos e descobertas, para introduzir aperfeiçoamentos industriais em geral. Mas também o capital velho chega, com o tempo, ao momento de renovar-se, de mudar de pele e de renascer com feição técnica aperfeiçoada, que reduz a quantidade de trabalho e põe em movimento maior quantidade de maquinaria e de matérias-primas.⁵²

A acumulação capitalista, portanto, produz sempre uma população trabalhadora relativamente supérflua, que excede as necessidades médias da expansão do capital. Ao mesmo tempo, a produção de uma superpopulação relativa torna-se a alavanca da acumulação de capital e condição de existência do modo de produção capitalista. O progresso da acumulação origina uma massa de riqueza social sobeja e que pode ser transformada em capital adicional, e para tanto, deve ser invertida tanto nos ramos antigos de produção – se o mercado se amplia subitamente – ou nos novos ramos de atividade. Uma população de trabalhadores excedente forma um “exército industrial de reserva” disponível para as necessidades variáveis de expansão do capital, pronta para ser absorvida pelos ramos decisivos sem comprometer a escala de produção nos outros ramos.

O crescimento da extensão e da eficácia dos meios de produção torna-os em menor grau meios de emprego dos trabalhadores expropriados e à medida que aumenta a produtividade do trabalho, o capital aumenta sua obtenção de trabalho mais rapidamente que sua procura por trabalhadores. “O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital”.⁵³

Marx, na segunda metade do século XIX, época em que o capitalismo se encontra já consolidado como modo de produção específico, constata que todo trabalhador faz parte da superpopulação relativa durante o tempo que está desempregado ou subempregado e identifica seis formas de existência desse exército de reserva, que variam em grau de acordo com a dinâmica histórica da luta de classes. Essa

⁵² Karl Marx, op. cit., 2003, p. 731.

⁵³ Karl Marx, op. cit., 2003, pp. 739-40.

população excedente produzida pela dinâmica estrutural do sistema capitalista pode surgir de forma aguda, em períodos de crise, ou de forma crônica, nas recessões. Pode assumir também a forma flutuante, quando os trabalhadores são ora repelidos, ora extraídos em quantidade maior, de maneira que cresce o número dos empregados em seu conjunto, mas em proporção decrescente ao aumento da escala de produção. Uma população supérflua latente é aquela que, diante da introdução capitalista maciça na agricultura e do êxodo para as cidades que aquela provoca, permanece no campo cujo rendimento salarial é reduzido ao nível mínimo e “está sempre com um pé no pântano do pauperismo”. A quinta categoria da superpopulação relativa é a estagnada, que abarca os trabalhadores na ativa mas com ocupações irregulares e bastante precárias. A condição de vida dessa parcela da classe trabalhadora encontra-se abaixo do nível médio normal, tornando-se base ampla de ramos específicos de exploração pelo capital. “Duração máxima de trabalho e o mínimo de salário caracterizam sua existência”. O trabalho em domicílio, de acordo com Marx, seria sua configuração principal. Por fim, há aquela camada da superpopulação relativa que “vegeta no inferno da indigência, do pauperismo”. Excetuando-se “os vagabundos, os criminosos, as prostitutas, o rebotalho do proletariado, em suma”, poder-se-ia subdividir este segmento em três categorias: 1) os aptos para o trabalho, cujo número, nas estatísticas inglesas da época, aumentava em todas as crises e diminuía quando os negócios recobravam ânimo; 2) os órfãos e filhos de indigentes e 3) aqueles incapazes de trabalhar – “são (...) os indivíduos que sucumbem em virtude de sua incapacidade de adaptação, decorrente da divisão do trabalho; os que ultrapassam a idade normal de um trabalhador; e as vítimas da indústria, os mutilados, enfermos, viúvas etc. (...). O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva”.⁵⁴

Desta forma, a produção de um enorme contingente de desempregados também contribui com um papel decisivo para o aprofundamento da precarização das condições de trabalho, constituindo um mecanismo disciplinador do movimento operário, contribuindo para que os trabalhadores aceitem salários que não cobrem um consumo mínimo, subordinem-se à flexibilização de tarefas no local de trabalho e recorram a um segundo, terceiro emprego, muitos no setor informal, o que acaba por colaborar ainda mais para a redução do valor da força de trabalho.

⁵⁴ Karl Marx, op. cit., 2003, pp. 747-8.

O desemprego, portanto, é um fantasma sempre a rondar a classe trabalhadora, que precisa se inserir no mercado de trabalho para garantir seu sustento. Adquire diferentes formas de acordo com o rumo da luta de classes e os projetos burgueses para se posicionar neste embate da melhor maneira possível a não perder o controle da sociedade. Toda a configuração do mercado de trabalho sofre transformações históricas, mas que obedecem no essencial à lei geral da acumulação capitalista, a qual não pode prescindir da extração do mais-valor e, conseqüentemente, da domesticação do trabalho pela via do assalariamento.

O novo modelo de organização produtiva que vem a ultrapassar o fordismo caracteriza-se pela chamada *acumulação flexível*. Esse novo caráter da produção capitalista repousa num maciço investimento em tecnologias que visa a uma crescente racionalização do *modus operandi* das empresas⁵⁵. Essa racionalização se opera através da intensificação do processo da já mencionada *liofilização organizacional*; do aumento da exploração da dimensão subjetiva do trabalho e também de sua dimensão intelectual; da ampliação generalizada de trabalhadores terceirizados, subcontratados, num metabolismo social que requer cada vez menos trabalho estável e cada vez mais trabalho parcial (part-time).⁵⁶ Essas mudanças no chão da fábrica se articulam com uma solução espacial que permite ao capital uma mobilidade sem precedentes, que inclui a desconcentração da produção e uma organização de tempo flexível – *flexitempo* – que permitiria ao trabalhador organizar seu próprio horário.

A fórmula da acumulação flexível só é possível com a introdução de formas avançadas de gestão do trabalho e do uso de computadores. Essa forma de organização produtiva tem como principal modelo o *toyotismo* (modelo japonês), que se caracteriza, sobretudo, por uma produção heterogênea, bastante vinculada à demanda, *just in time* (produção sincronizada); pelo trabalho em equipe; pela operação de várias máquinas; trabalho com estoques mínimos (reposição *kaban*); pela estrutura horizontalizada, com

⁵⁵ É importante lembrar o papel das estratégias técnicas e organizacionais ao longo da história do capitalismo que o capital adota em seu conflito perene com o trabalho. “A indústria moderna nunca considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é revolucionária, enquanto todos os modos anteriores de produção eram essencialmente conservadores. Por meio da maquinaria, dos processos químicos e de outros modos, a indústria moderna transforma continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho.” (Karl Marx, op. cit, pp. 550-551).

⁵⁶ Cf. Ricardo Antunes, *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*, 2005.

ampla utilização da terceirização; pelos Círculos de Controle de Qualidade⁵⁷. As empresas mantêm um número cada vez menor de operários nas suas plantas, muitas vezes mais qualificados do que aqueles do modelo fordista, exercendo diversas funções.

Na disputa para se tornar uma empresa *enxuta*, estende-se cada vez mais o número de trabalhadores terceirizados, subempregados, contratados temporários, e claro, desempregados, em todas as formas possíveis de existência da superpopulação relativa.

V. Surgimento do movimento piqueteiro

A substituição do padrão de acumulação baseado na industrialização por substituição de importações e no Estado de bem-estar social populista pelo modelo da valorização financeira imprimiu um processo de erosão de toda uma rede de estabilidade trabalhista e de proteção social na Argentina, que começa a se erigir nos anos 30 do século passado e se solidifica a partir da década seguinte. A construção dessa nova hegemonia no país sustentou-se prioritariamente num processo de cooptação e pouco se moveu no sentido da construção de um compromisso mínimo com as classes subordinadas. O Estado argentino, agente fundamental (como todos os outros Estados nacionais que se tornaram “mínimos” para a classe trabalhadora e “máximos” para o capital)⁵⁸ da desarticulação do mercado de trabalho, pouco fez para construir redes de contenção para os resultados desse processo. As políticas públicas mantidas pelos Estados europeus constituíram medidas para promover um mínimo de consenso frente às outras políticas tão regressivas em relação ao mercado de trabalho e à seguridade social efetivadas por estes mesmos Estados. Os principais sindicatos, em sua maioria, não apenas não acompanharam seus afiliados lançados na precarização trabalhista, como também coadunaram com o programa de (contra) reformas implementadas, como já mencionado anteriormente neste capítulo.

O surgimento do movimento piqueteiro, como já mencionamos no início deste capítulo, faz-se nesse contexto de intensa precarização do mundo do trabalho. Emersos em meados da década de 1990, a partir do segundo mandato de Carlos Menem como

⁵⁷ Cf. Ricardo Antunes, *Os Sentidos do Trabalho*, 2001. Sobre os CCQs, Antunes considera que estes organismos permitem a apropriação “do *savoir fare* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava” (p. 55).

⁵⁸ Cf. Emir Sader, *Estado e democracia: os dilemas do socialismo na virada de século* In: Emir Sader e Pablo Gentili (org.), *Pós-Neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?*, 1999 e David Harvey, op. cit., 2005.

presidente, suas primeiras manifestações ocorrem em localidades do interior da Argentina reivindicando “trabalho” e denunciando a corrupção e a falta de honestidade dos políticos, particularmente nas áreas que foram centros da indústria petrolífera, privatizada e reestruturada em profundidade pelo governo justicialista. A primeira manifestação de trabalhadores desempregados por meio de um piquete realizou-se na estrada que ligava os povoados de Cutral-Có e Plaza Huincul, província de Neuquén, um dos redutos de exploração da YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales). A privatização da estatal, realizada no período 1991-1992, implicou na demissão de cerca de 90% de seu quadro de empregados⁵⁹ e em junho de 1996, quando se produziu esta manifestação que se estendeu ao longo de vários dias, essa cidade de 50 mil habitantes possuía oito mil desempregados⁶⁰. Antes de poder negociar, primeiramente com um juiz, depois com as autoridades do executivo, os piqueteiros tiveram que lidar com a contenção policial. Alguns meses depois, mais uma manifestação piqueteira ocorre em uma área petrolífera, desta vez na província de Salta, na cidade de General Mosconi.

Os bloqueios ao trânsito em estradas e ruas – os piquetes – já haviam sido um expediente utilizado no início dos anos 90 por grupos minoritários formados por ex-empregados de empresas estatais que lutavam por barrar os processos de privatização e a consequente demissão devida aos “reajustes” por que passariam essas empresas depois que passassem a ser gerenciadas pelo capital privado. Os piquetes tornam-se para aquela parte da classe trabalhadora alijada dos espaços produtivos formais o recurso de que dispõem para criar um espaço de negociação, para que suas demandas ganhem visibilidade.⁶¹

Logo, as organizações de trabalhadores desempregados começam a se estender também a bairros populares periféricos de grandes cidades – Rosario, Santa Fé, Córdoba – e a partir de 1998 e com força crescente no ano 2000 até 2002, instala-se nos bairros populares e favelas da Grande Buenos Aires⁶².

De maneira geral, a bibliografia que se debruça sobre o movimento piqueteiro assume que na até agora breve história destas organizações podemos distinguir pelo

⁵⁹ Cf. Maristella Svampa, Organizaciones de trabajadores desocupados: El modelo General Mosconi. Un estudio de caso, In: Inés González Bombal (org.), *Nuevos movimientos sociales y ONGs en la Argentina de la crisis*, 2003.

⁶⁰ Cf. Raúl Zibechi, *Genealogía de la revuelta – Argentina: la sociedad en movimiento*, 2003.

⁶¹ Cf. Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op.cit., 2004.

⁶² Cf. Pablo Bergel, Nuevas formas asociativas: asambleas vecinales y movimientos de trabajadores desocupados In: Inés González Bombal (org.), op. cit., 2003.

menos dois momentos significativos, embora tendam a divergir na hora de apontar delimitações temporais mais estreitas ou de atribuir sentidos a alguns desdobramentos históricos⁶³. O primeiro momento caracterizar-se-ia pelo vigor de numerosos piquetes levados a cabo no interior do país, sobretudo em Salta, Jujuy e Neuquén, localidades amplamente afetadas pelas privatizações e pela redução do quadro dos funcionários públicos empreendidas durante o primeiro governo de Carlos Menem. Nessas regiões, o desemprego se abateu, notoriamente, sobre trabalhadores que construíram suas trajetórias de vida amparados em uma carreira estável, que em determinados casos ultrapassava gerações numa mesma família.

Neste primeiro momento, vai se consolidando um vínculo com o Estado, que responde ao movimento alternando uma repressão direta, através dos aparelhos de polícia, e indireta (por meio de processos jurídicos contra dirigentes e manifestantes das organizações, acusados pelo delito de bloquear o trânsito) e também multiplicando seus modos de intervenção por meio da concessão dos subsídios estipulados nos programas assistenciais.

O segundo momento é marcado pela proliferação das ações piqueteiras nos espaços tradicionais da política nacional, isto é, os grandes centros como Rosário e Córdoba, e, sobretudo, a Capital Federal e Grande Buenos Aires. É a partir daí que o movimento desenvolve uma ação de crescente autonomia. A constituição do movimento nessa área se dá num contexto de desestruturação social um pouco distinto, que vem se operando desde meados da década de 1970 com o processo de desindustrialização, de alterações nas relações de trabalho, de crescimento da concentração de renda e de aumento da pobreza a que foi submetida a classe trabalhadora argentina, tanto nos setores mais populares quanto nos de rendimento médio. O setor informal de trabalho torna-se cada vez mais um refúgio, à maneira do que sói acontecer em outros países latino-americanos, assumindo um caráter diferente do que possuía até então na Argentina, como já observamos mais acima.

Uma importante ação de ocupação de terras em bairros populares ou favelas dos grandes centros urbanos começa a tomar corpo a partir do fim da ditadura militar e se intensifica durante o governo de Alfonsín, decorrente da pauperização das classes subalternas. Denis Merklen sustenta que os assentamentos formados por essas

⁶³ Cf. Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004, Astor Massetti, *Piqueteros: Protesta social e identidad colectiva*, 2004; ou Denis Merklen, *Pobres Ciudadanos: las clases populares en la era democrática [Argentina, 1983-2003]*, 2005.

ocupações assinalam uma nova estrutura de relações políticas no seio da classe trabalhadora em seus segmentos mais subalternos, mais afetados pela precarização do mercado de trabalho.⁶⁴ Como consequência desse fenômeno, o bairro surge como espaço vital de ação e organização desses setores populares.

De esta manera, como saltará a la vista en los años sucesivos, en la medida que se agraven las condiciones de vida de las clases populares y se acentúe la distancia con el mundo del trabajo formal, la militancia territorial va a revestirse de nuevas dimensiones (...). La experiencia de las organizaciones de desocupados se inscribe en un modelo de acción territorial que, en algunos casos, remite a una historia previa, ligada a la lucha por la propiedad de la tierra y a la organización de la vida del barrio alrededor de los servicios básicos (calles, agua, energía eléctrica, la sala de salud, entre otros).⁶⁵

Esse segundo período da trajetória do movimento é marcado também pela busca de uma unidade das organizações e representou para a Federación de Tierra y Vivienda (FTV – Federação de Terra e Habitação) e pela Corriente Clasista y Combativa (CCC), as duas correntes mais massivas, uma possibilidade de consolidar suas lideranças sobre o movimento unificado. Em julho e setembro de 2001, duas assembleias nacionais piqueteiras foram realizadas em La Matanza com o intuito de juntar esforços nesse sentido. Todavia, as duas assembleias não tiveram sucesso e colocaram em primeiro plano as grandes divergências de objetivos e expectativas entre as organizações, que impossibilitaram (e seguem impossibilitando) a unificação do movimento.

Pese esse entrave, em 2002 os piqueteiros foram os atores sociais mais ativos do cenário político argentino, e os dois meses que se seguiram às jornadas de dezembro de 2001 registraram um pico de efervescência de protestos. Todavia, a repressão a uma manifestação de algumas organizações piqueteiras na Ponte Pueyrredón, em 26 de junho desse mesmo ano, marcou um ponto de inflexão nesse ciclo de protestos iniciados no final de 2001. A investida policial contra os manifestantes resultou diretamente em 70 feridos, 200 detentos e no assassinato de dois piqueteiros, Maximiliano Kosteki e Darío Santillán, e incitou a realização uma série de marchas de distintos setores da sociedade argentina em repúdio ao massacre. O acontecimento desgastou a imagem do governo provisório do peronista Eduardo Duhalde, que se viu constrangido a antecipar a

⁶⁴ Cf. Denis Merklen, op. cit., 2005. O primeiro trabalho do autor, no entanto, a chamar atenção para o fenômeno é publicado em 1991, em pesquisa de campo realizada em La Matanza, zona oeste da GBA, *Asentamientos en La Matanza*.

⁶⁵ Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004, p. 39.

conclamação das eleições presidenciais. O segundo semestre de 2002 conheceu uma baixa no número de protestos, embora o movimento piqueteiro tenha aumentado sua capacidade de pressão através da ação direta (piquetes, acampamentos, *escraches* etc.) e adquirido frente à opinião pública um efetivo grau de respeitabilidade.

As classes médias mobilizadas em dezembro de 2001 e que conformaram um movimento de assembléias de bairro logo após a rebelião dos dias 19 e 20, marcados pela consigna “¡Que se vayan todos!”, ao longo de 2002 flertaram com o movimento piqueteiro, numa época em que o desemprego havia se escancarado escandalosamente. A preocupação com o tema pode se encontrar expressa na convocação por parte das assembléias para que os vizinhos se juntassem às marchas e participassem de Congressos realizados pelos trabalhadores desempregados organizados (piqueteiros) e / ou apoiassem os processos de recuperação de fábricas que entraram em processo de falência por parte de seus trabalhadores, além de convidar esses grupos a participarem das assembléias de bairro. Nesse sentido, também podemos citar as declarações que reivindicavam tarifas de serviços públicos essenciais gratuitas para famílias com um chefe de família desempregado e salários de seguro desemprego que se situassem entre 450 e 600 pesos. A preocupação com o desemprego também está posta na tentativa tanto de estender a rede de clubes de troca solidária⁶⁶ quanto de organizar jornadas eventuais para que os vizinhos desempregados desses bairros pudessem desenvolver microemprendimentos como uma forma de enfrentar o problema. O questionamento ao abismo social aberto pela implementação das políticas neoliberais esteve na base da identificação entre os dois setores.

Um relato de um militante do MTD Almirante Brown ilustra bem a mudança de atitude para com os piqueteiros e seus bloqueios ao trânsito de veículos:

⁶⁶ Os “clubes de troca” constituem espaços que surgiram há poucos anos e começaram como uma opção entre os desempregados em diferentes bairros e cidades a fim de reativar o trabalho e a criatividade e em que não se usa dinheiro, nada se compra ou se vende – todos entregam alguma coisa (comidas, roupas, artesanato entre uma diversidade de produtos e mesmo de serviços, como cortes de cabelo ou atendimento odontológico) e recebem em troca um bilhete “que nunca se desvaloriza” para adquirirem outra coisa qualquer. De acordo com fundadores da Rede Global De Troca, de outubro a dezembro, esses clubes haviam aumentado seu número de 2200 para 3000, reunindo 700 mil pessoas de norte a sul do país. Registrou-se, sobretudo, o incremento da participação da classe média nas feiras e até de empresários, que ofereciam apartamentos, pacotes turísticos etc. Numa feira de troca do bairro portenho de San Telmo, os organizadores estimavam que o número de participantes, desde o início do *corralito* até a terceira semana de dezembro, crescera em 20%.

Si vos no te paras adelante de la columna en una hilera de palos, los automovilistas no comprenden que no pueden pasar. Y pica con sus autos por encima de la gente, casi como si fuéramos transparentes.

Depois de dezembro de 2001...

Los mismos autos, la misma ruta y manos desde afuera saludándonos como si fuéramos héroes, mientras los volantes doblaban dóciles, replegándose. La policía quedó preocupada: la gente formaba un cordón protector del corte y esa trayectoria de apoyo humano les molestaba.⁶⁷

O lema “¡Piquete y cacerola, la lucha es una sola!”, entretanto, não iria ecoar como consenso por muito tempo entre as classes médias e o namoro foi rompido. Já no início do ano de 2003, nota-se uma demanda crescente por “normalidade institucional”, em que pese o descrédito dos partidos tradicionais. Svampa e Pereyra observam que a demanda por “normalidade” fez com que se tendesse a naturalizar o abismo instaurado pelo modelo neoliberal.

En el límite, en nombre de una división entre ‘los que trabajan’ (para un país en serio) y ‘los que no trabajan (y son asistidos por el Estado), se les ordena que vuelvan al barrio y se resignen a ocupar el lugar que les ha tocado en suerte dentro de este modelo (...). Todo ello aparece patentizado en un discurso social y periodístico estridente que ha actualizado una cierta lectura cultural-política, que manifiesta un amplio desprecio por lo plebeyo tanto como acentúa el temor a las “clases peligrosas”.⁶⁸

A política estabelecida para lidar com o movimento piqueteiro pelo justicialista Néstor Kirchner, que vencera o pleito presidencial em 2003, conforma-se, portanto, em meio a esse clima político desfavorável ao movimento piqueteiro em termos de consenso em torno de suas lutas. Foram postas em prática uma série de estratégias a fim de integrar ao projeto governista uma série de organizações piqueteiras, assim como outras táticas com o intuito de disciplinar, especialmente pelo isolamento, grupos piqueteiros mais contestadores à ordem do capital. O ano de 2003 é um ano chave de extrema fragmentação do movimento e de refluxo de seu protagonismo na política argentina, em comparação com os dois anos precedentes.

⁶⁷ Sonia Villella, *De la olla al piquete: mujeres organizadas del Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD)*, 2007, pp. 126-7.

⁶⁸ Maristella Svampa e Sebastián Pereyra, op. cit., 2004, pp. 210-11. Grifos da autora.

Os sucessivos governos vêm construindo diferentes políticas em relação ao movimento, desde o surgimento das primeiras organizações em meados dos anos 90, mas alternando sempre negociação, cooptação e repressão.

VI. Piqueteiros além dos piquetes

A variedade das correntes políticas no seio do movimento de trabalhadores desempregados argentino é notória. Os estudos sobre piqueteiros tendem a eleger certos critérios para classificar as diferentes organizações em grupos que tenham algumas afinidades de ação política.

Svampa e Pereyra apontam três “lógicas” principais entre as diversas organizações que se conformaram ao longo dos últimos anos: 1) lógica sindical: organizações assinaladas por um intenso vínculo com sindicatos, seja por meio da intervenção direta destes, seja pela presença de referenciais dentro destas organizações que possuíram uma trajetória de militância sindical; 2) lógica político-partidária: movimentos que se caracterizam por uma organização tributária de aportes estruturais de partidos políticos de esquerda, em que a política no sentido institucional e eleitoral aparece como um objetivo claro a ser alcançado; 3) lógica de ação territorial: movimentos que se organizaram em torno de lideranças de bairro que, pese os antecedentes militantes, não mantiveram vinculação com as lógicas sindicais e partidárias.⁶⁹ Tais orientações organizativas, no entanto, destacam os autores, não seguem divisões estanques e muitas vezes também se observam mescladas nos diferentes movimentos.

Astor Massetti, por sua vez, identifica como base para a distinção entre as concepções organizativas as seguintes inspirações: 1) O modelo horizontalista do tipo difundido pelos zapatistas, com sua idéia de contra-poder e de democracia participativa direta; 2) O modelo vanguardista tradicional comunista e 3) Um modelo “movimentista”, que não pertenceria a uma tradição teórica “compacta como o marxismo”, mas que possuiria raízes no imaginário político nacional argentino, especialmente o peronismo.⁷⁰

Já a caracterização de Miguel Mazzeo a respeito da fragmentação e heterogeneidade do movimento assinala uma diversidade que se estruturaria em torno

⁶⁹ Cf. Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004.

⁷⁰ Cf. Astor Massetti, op. cit, 2004.

de: 1) o eixo: sociedade (ou povo) – partidos ou movimentos políticos – representação – poder do Estado, cuja principal linha de ação seria garantir algum nível de mobilização social frente ao governo, sem nenhum questionamento ao marco estatal; 2) o eixo: classe operária (ou povo) – vanguarda – revolução – poder do Estado, que partem da premissa do papel protagonista e exclusivo da vanguarda do partido políticos nos confrontos entre capital e trabalho e 3) concepções que são tributárias justamente de críticas às maneiras de fazer política que implicam os dois eixos anteriores, tradicionais, e entendem que o objetivo da transformação social não deve se construir no futuro, mas começa desde o momento em que se organiza a luta e assim tentam construir laços sociais de sociabilidade alternativa na cotidianidade no contexto de extrema degradação dos laços que organizavam a vida social no país antes da implementação do neoliberalismo e da reorganização produtiva.⁷¹ Mazzeo chama a atenção para o fato de que nos três eixos propostos, pode-se encontrar de posições abertamente pró-governo até aquelas marcadamente oposicionista, e reconhece as limitações e insuficiências dos tradicionais critérios de classificação das teorias sobre movimentos sociais par dar conta da realidade do processo argentino.

No fundo, os delineamentos diversos que estes autores (e outros tantos que deixamos de apresentar neste breve espaço) oferecem sobre a questão da heterogeneidade do movimento podem ser complementares uns ao outros e definitivamente são bastante elucidativos para se pensar a diversidade de projetos de organização e de ação política.

Cabe aqui fazer menção às organizações piqueteiras que mais se destacaram no cenário político argentino desde meados dos anos 90, adicionada de uma brevíssima caracterização de cada um desses movimentos.

A UTD (União de Trabalhadores Desempregados) General Mosconi é uma das primeiras organizações piqueteiras a se conformar, em 1997, na cidade que empresta-lhe o nome e constitui reduto petrolero, na província de Salta, e sua estruturação enquanto movimento tornou-se referencial para os demais MTDs, por mais distintas que sejam suas lógicas de construção políticas. Além dos constantes piquetes reclamando postos de trabalho, apostam no trabalho territorial e nesse sentido desenvolveram importantes projetos produtivos autogestionáveis que almejam ao mesmo tempo suprir algumas necessidades básicas de seus integrantes e desenvolver a consciência política e

⁷¹ Cf. Miguel Mazzeo, *Piqueteros: notas para uma tipologia*, 2004.

a construção do poder popular⁷². Seu principal referente, “Pepino” Fernández, calcula que quatro mil famílias compõem a UTD atualmente⁷³.

A FTV, agrupação setorial da CTA, constituiu-se a partir das necessidades e demandas que emanam dos bairros e assentamentos dos grandes centros urbanos e também àquelas que se referem aos povos indígenas e camponeses do interior. No início o tema do desemprego não era central, porém, com o desenvolvimento dos piquetes na GBA, passou mesmo a definir a identidade deste movimento. Desde sua constituição adotou táticas moderadas, dentro dos limites da democracia representativa e da propriedade privada. O governo de Néstor Kirchner criou através de um decreto, em 2006, a Sub-secretaria de Terras para o Hábitat Social (sob a órbita do Ministério do Planejamento), cuja direção coube ao dirigente da FTV, Luis D’Elía.

A CCC, ligada ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), de tendência maoísta, possui três vertentes: uma sindical, uma de aposentados e a de desempregados, que toma forma em 1998, e ao lado da FTV, constitui a corrente mais massiva do movimento piqueteiro. Também com fortes tendências à negociação e à institucionalização, coordenou várias atividades em conjunto com a FTV, mas em 2003, com a ascensão do governo Kirchner, essa coordenação se encerrou, uma vez que ao contrário da antiga aliada, a CCC se estabeleceu como oposição a este governo.

Barrios de Pie, organização piqueteira vinculada ao movimento político Patria Libre, nasce no fim do ano de 2001, construindo um movimento que deveria ser centrado na luta contra a fome e a pobreza e às medidas governamentais que se submetam ao FMI para construir uma Argentina com justiça social, com base na luta e unidade do setores populares. Possui um nítido caráter nacionalista de esquerda e em junho de 2004 conformou com a FTV e diversos pequenos grupos uma frente piqueteira em apoio ao governo Kirchner. Jorge Ceballos, líder deste movimento, assumiu a direção da Subsecretaria de Organização e Capacitação popular, do Ministério de Desenvolvimento Social, em julho de 2005, sendo que desde junho do ano anterior Ceballos era diretor da Assistência Comunitária, dentro do mesmo Ministério.

⁷² Cf. Daniel Campione & Beatriz Rajland, Piqueteros y trabajadores ocupados en la Argentina de 2001 en adelante: novedades y continuidades en su participación y organización en los conflictos In: Gerardo Caetano (org.), *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*, 2006.

⁷³ Dado, Cf. LAVACA – Cooperativa de trabajo, *Esquivando la cárcel y las 4x4: Al revés del Pepino*, www.lavaca.org.ar, acessado em 01/08/2008.

A Frente Popular Darío Santillán (FPDS) é um movimento social político, multi-setorial e autônomo e nasce em 2004 congregando diversos tipos de movimentos (estudantis, direitos humanos, e majoritariamente MTDs), que não necessitam coincidir ideologicamente de forma estrita, embora o anti-capitalismo, o antiimperialismo e a construção do poder popular sejam premissas necessárias para aderir à Frente. Importantes organizações piqueteiras o integram, grande parte delas pertencentes ao MTD Aníbal Verón, que reunia MTDs com perfil autonomista e de intenso desenvolvimento do trabalho territorial, como o MTD Almirante Brown e o MTD Lanús, da zona sul da GBA, e o MTD Lugano, um dos pouquíssimos MTDs que se desenvolveram na Capital Federal.

O MTD Solano nasce também na zona sul da GBA e se destaca pela radicalidade de suas posições autonomistas. Integrou o MTD Aníbal Verón até 2003 e assim como seus antigos companheiros rejeita a participação em quaisquer disputas eleitorais. Aposta na criação de formas de sociabilidade alternativas, a partir de intenso trabalho no bairro, formando uma espécie de sociedade paralela que de pouco a pouco avance minando as relações sociais estranhadas capitalistas. Suas posições políticas possuem muita afinidade com o situacionismo e as teorias que defendem o contra-poder e o anti-poder.

O Movimento Teresa Rodríguez (MTR) se constitui em 1997 a partir de núcleos formados em Mar Del Plata e Florencio Varela, esta, cidade da zona sul da GBA, região onde o movimento é mais forte; Roberto Martino, seu principal referente, teve um papel de destaque nas origens dos MTDs nessa área. Reconhece-se como guevarista-leninista e é independente de organizações sindicais e partidos políticos, o que não os impede de articular acordos ou alianças pontuais ou de conjuntura. O MTR, a UTD General Mosconi, o MTD Solano e os MTDs que integram a FPDS são os principais grupos piqueteiros que não aderiram em apoio ao governo de Néstor Kirchner.

O PO (*Polo Obrero* - Pólo Operário) é uma ramificação piqueteira do *Partido Obrero* (Partido Operário), de orientação trotskista, e foi fundado em 2000, após o Congresso do partido realizado em dezembro daquele ano. De fato, o Partido Obrero se manifestou desde o princípio contra a relação das organizações piqueteiras com os planos assistenciais para desempregados do governo, mas no referido congresso o partido reconsiderou sua posição, valorizando o movimento piqueteiro como “uma grande reação da classe operária por se reconstituir” e passando, inclusive, a lutar pelos

planos dentro de uma valoração política tática⁷⁴. Também se posicionaram contra o governo Kirchner.

A heterogeneidade no seio deste movimento não se refere apenas à divergência entre as linhas de ação política das organizações, mas diz respeito também às bases sociais que as compõem. De fato, parte significativa dos que conformam estas organizações é de jovens que muitas vezes nunca tiveram oportunidade de acesso ao trabalho formal e de mulheres que até então apenas conheciam o trabalho doméstico. Ademais, entre os não tão jovens, há também diferenças importantes na maneira em como estes se inseriram no mercado de trabalho e esses contrastes podem variar muito de acordo com as zonas geográficas a que pertencem suas vivências. As experiências distintas de degradação da situação laboral que podemos observar comparando o interior argentino com os grandes centros urbanos já foram mencionadas por nós anteriormente.

Temos que destacar ainda as diferenças de experiência que se operam dentro dos próprios grandes centros, que possuem históricos diferentes de urbanização. Na zona sul da GBA, podemos encontrar um município como Florencio Varela, com um grande número de habitantes com experiências de trabalho precarizado de mais longa data, e na zona Oeste, por exemplo, há um município como La Matanza, que concentrou um respeitável número de fábricas e oficinas que contribuiu para a formação de parte importante da classe trabalhadora no país e sentiu pesadamente a fase de desindustrialização da década de 1990.⁷⁵

Em meio a esse crisol de trajetórias laborais e políticas, as organizações piqueteiras conseguiram construir uma experiência que acabou por definir um repertório de ação comum, segundo Svampa e Pereyra, erigido em torno de quatro eixos: os próprios piquetes; a dinâmica decisória de assembléia; a inscrição territorial e as *puebladas* (mobilizações massivas das comunidades onde se assentam os movimentos como forma de pressão contra o Estado). Ainda assim, cada um desses eixos adquire algumas características específicas importantes que assinalam as diferentes concepções políticas que grassam entre o movimento.

⁷⁴ Cf. Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004.

⁷⁵ Sobre os dados presentes especificamente neste parágrafo, ver Svampa & Pereyra, op. cit., 2004; Denis Merklen, op. cit., 2005 e Marco Fernandes, Quando o desemprego dignifica o homem e a mulher: Lições piqueteras sobre a difícil arte de organizar movimentos populares nas metrópoles neoliberais (mimeo).

As demandas através dos *piquetes* são por alimentos, planos de emprego, subsídios de desemprego, manutenção dos serviços básicos de gás e luz para desempregados e aposentados, isenção de impostos.

Os piquetes, no entanto, também assumem uma significância para a luta desses grupos que vai além do reivindicativo e da força de seu poder de barganha, pois durante os bloqueios à circulação de veículos motorizados, ou de acesso a empresas, ou ainda os acampamentos diante de edifícios onde funcionam órgãos do governo, que podem durar vários dias, também possibilitam uma vida comunitária intensa. No piquete concentram-se famílias inteiras, com filhos pequenos e até animais de estimação, com suas cadeiras, colchões, cobertores, painéis. Durante o tempo do piquete, cuida-se das barricadas de pneus inflamados, monta-se guarda, assim como se cozinha, come-se, promovem-se rodadas de mate⁷⁶...

*Los piquetes, las movilizaciones y acampes, son una parte fundamental de nuestras organizaciones. Porque a través de la lucha conseguimos los alimentos para nuestros comedores, subsidios y herramientas para los proyectos productivos, y otras demandas de carácter político (como la libertad de compañeros presos, o el repudio a la Deuda Externa). Pero también porque en la lucha nos conocemos con nuestros compañeros. Además luchando podemos distinguir mejor quienes nos apoyan y a quienes tratan de reprimirnos (como la tele y la radio). La lucha alimenta nuestra conciencia, así como las cocinas de nuestros comedores alimentan nuestro cuerpo.*⁷⁷

Astor Massetti também chama a atenção para outro aspecto do piquete: se no interior ele representa a capacidade de emergência simbólica de ações políticas a partir de pequenos povoados do interior argentino, nos grandes centros urbanos ele traveste o outro lado do caráter de inscrição territorial, ao qual fizemos menção anteriormente, ao romper a “muralidade” imposta ao grupos subalternos que habitam as vilas de emergência e bairros pobres das cidades. Estes sujeitos intervêm no espaço urbano adquirindo visibilidade e gerando um feito político em si.⁷⁸

O desenvolvimento do movimento piqueteiro, porém, foi muito além dos piquetes. É certo que num primeiro momento, as organizações de desempregados

⁷⁶ Cf. Francisco Ferrara, *Más allá del corte de rutas: la lucha por una nueva subjetividad*, 2003, sobre a função de sociabilização do piquete.

⁷⁷ MTD Aníbal Verón, na FPDS, *Cambio Social*, 24/11/2004, extraído de Nexos, nexos.unq.edu.ar, acessado em 13/03/2006.

⁷⁸ Cf. Astor Massetti, op. cit., 2004, e também Alberto Bialakowsky et. alli., Proceso de trabajo y padecimiento en la exclusión social In: *Herramienta*, n. 15, 2001.

imprime-se por necessidades de mera subsistência e essas demandas impõem-se no cenário destas organizações. Mas estas mesmas necessidades, em pouco tempo, impulsionaram a busca pela (re)criação de novas formas de articulação econômico-sociais no contexto argentino contemporâneo de dissolução social, que tem dois grandes marcos: a ditadura militar que se inicia em 1976 e a adoção das diretrizes neoliberais do Consenso de Washington na década de 1990.

E as atividades que se desenvolvem nos bairros se expressam sobretudo através das assembléias e da inscrição territorial, este último se subdividindo em trabalho comunitário e projetos produtivos e, em casos especiais, oficinas de educação popular.

(...) la construcción se expresa también en los cortes de ruta, ya que en éstos se implementa un 'control propio del territorio', a cargo de los piqueteros y las familias que integran el Movimiento. Así, en los piquetes se llevan a cabo ollas populares, se realizan actividades temáticas y de formación popular, se disponen unidades de primeros auxilios, etcétera. En suma, se traslada, por así decir, el barrio a la ruta. Es la construcción diaria, entonces, la que se materializa en el momento del piquete, que expresa un caso particular, y no la totalidad de la lucha⁷⁹

El primero [piquete] fue medio improvisado y cayeron detenidos algunos compañeros. Poco a poco fue haciéndose evidente que había surgido un nuevo método de lucha. Pero lo más importante es que fuimos creciendo; comenzamos a armar talleres productivos, a hacer capacitación, educación popular, y todas esas cosas que son más importantes que estar en la ruta. Porque estar en la ruta es lo que se ve, y aparece como si ahí estuviera todo, pero la lucha es fundamentalmente todo lo anterior que veníamos haciendo. En realidad, si salíamos a la ruta es porque ya estábamos organizados.⁸⁰

E é sobre os âmbitos de sociabilização sustentados nos bairros pobres da GBA pelas organizações piqueteiras que iremos nos debruçar no capítulo seguinte. Neste segundo capítulo, como já deixamos claro na Introdução, analisaremos especialmente aquelas organizações mais críticas aos partidos e sindicatos tradicionais, as quais incluem os movimentos cujos militantes nos concederam entrevistas.

⁷⁹ MTD Almirante Brown, Los movimientos de Trabajadores Desocupados y la construcción del poder popular In: *Herramienta*, n. 21, 2003, www.herramienta.com.ar, acessado em 21/04/2006.

⁸⁰ MTD Solano & Colectivo Situaciones, Conversación Colectivo Situaciones – MTD Solano / Septiembre – octubre 2001 In: *Hipótesis 891: Más allá de los piquetes*, 2002, p.55.

Capítulo 2. De vizinhos a piqueteiros

I . O bairro e a constituição da classe trabalhadora

Nossa subjetividade se constitui no entrecruzar de várias atividades, que são desempenhadas em várias esferas de sociabilidade, em meio a vários grupos de indivíduos, e o bairro em que vivemos não pode deixar de ser um dos âmbitos mais significativos.

As relações dos trabalhadores com os locais em que residem vão se transformando ao longo da história do capitalismo, assim como a própria forma que estes locais assumem. Eric Hobsbawm destaca em artigo já tornado clássico a evolução na habitação como um dos três grandes fatores que afetaram as condições de vida dos trabalhadores ingleses após 1870, época em que para este historiador se inicia a constituição da classe trabalhadora tal como ela iria se desenvolver mais tarde⁸¹. Hobsbawm assinala a importância de maiores e melhores casas eram então construídas e, sobretudo, do crescimento de ruas e distritos segregados de operários. Essa suburbanização da classe trabalhadora “tendia a desgastar ou romper uma das ligações mais fortes da comunidade trabalhadora, a que existia entre o local onde as pessoas viviam e trabalhavam (...). Em 1905 o LCC estimava que 820 mil indivíduos faziam longas viagens diariamente para trabalhar em Londres”⁸². A crescente segregação residencial foi um dos principais componentes do processo que marcou “um modelo

⁸¹ Cf. Eric Hobsbawm, O fazer-se da classe operária, 1870-1914 In: *Pessoas extraordinárias*, 1999.

⁸² Eric Hobsbawm, *idem*, p. 100.

nacional único, claramente padronizado da vida da classe operária: e, ao mesmo tempo, cada vez mais específico a ela”⁸³.

Os espaços urbanos “destinados” às moradias dos setores subalternos da população, em nível mundial, assistem ao crescimento do processo de segregação residencial ocorrido em fins do século XIX na Inglaterra que Hobsbawm nos aponta, e que contribuiria com destaque para a constituição dos trabalhadores em uma classe.

A Buenos Aires de fins do século XIX e início do século XX já pode ser definida como uma cidade burguesa e a crescente separação do espaço urbano em uma área burguesa e uma área proletária se faz bastante nítida, assumindo dinâmicas que seguem os impulsos dos ciclos econômicos e sociais.

Nesse momento fundador de uma identidade de classe entre os trabalhadores na Argentina, as casas próprias, as casas de aluguel e os cortiços (*conventillos*) foram as principais formas de habitação do proletariado em Buenos Aires nessa primeira fase da industrialização no país.

Os cortiços estavam presentes em vários bairros de Buenos Aires, dos populares La Boca e San Cristóbal, onde podia ser o tipo de moradia predominante, ou nos mais elegantes Palermo ou Bairro Norte, onde eram minoria; ainda assim, não é possível falar em um bairro específico formado apenas por cortiços. Situados em áreas próximas ao centro, i. e., ao local de trabalho, sua expansão para além destes limites se inicia na virada do século XIX para o XX, permitida pela expansão das ferrovias e pelos bondes elétricos.

Adquirir uma casa própria significava comprar um terreno ou precárias casas a prestações em locais afastados do centro, e de acordo com Norberto Ferreras, “a primeira fase na formação do bairro é denominada de vizinhança e coincide com o primeiro período de suburbanização de Buenos Aires (1895-1915), cujo efeito foi a diminuição da densidade populacional nos distritos centrais da cidade e os deslocamentos para os subúrbios”⁸⁴

As reformas urbanas levadas a cabo em Buenos Aires à época assistiram à ampliação dos limites da cidade, que passava a ter uma reserva de espaço para o crescimento populacional e físico, o que permitiria remover da região central da cidade, em prol do embelezamento e dos preceitos higienistas, a população indesejável

⁸³ Eric Hobsbawm, *idem*, p. 103.

⁸⁴ Norberto Ferreras, *No país da Cocanha: aspectos do modo de vida dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*, 2001, pp. 51-52.

conformada por operários, imigrantes e demais setores subalternos. Esta “reserva” espacial, no entanto, exauriu-se antes do previsto e as municipalidades em torno da Capital Federal começavam a absorver importantes contingentes populacionais, sobretudo San Isidro, Vicente López, Tres de Febrero, Morón, La Matanza, Avellaneda e Lomas de Zamora. Ferreras assinala que esta não era uma opção desejável para os recém-chegados à cidade, e muito menos para seus antigos moradores, que consideravam degradante o fato de morar longe do centro.⁸⁵

A segregação espacial urbana dos trabalhadores das classes dominantes e também das classes médias que representaram a casa própria em bairros específicos e afastados e os cortiços constitui elemento fundamental na formação da classe trabalhadora em Buenos Aires.

Os cortiços foram locais em que informações sobre a cidade, novos trabalhos, negócios e pequenos ou grandes favores realizados entre seus inquilinos iam construindo laços de solidariedade. Os pátios vinham a ser tanto espaços de trabalho para lavadeiras, costureiras e artesãos, quanto de lazer, onde se podia jogar cartas, tocar e escutar música, conversar, organizar almoços coletivos...

O conventillo foi o locus do encontro dos trabalhadores, das famílias dos trabalhadores. (...) Os cortiços portenõs foram apresentados pelos observadores como o espaço de homogeneização da classe, embora não usassem estes termos. O napolitano cedia parte de sua identidade regional para identificar-se com os problemas comuns dos piemonteses ou dos galegos. O criollo ensinava a todos eles a beber chimarrão. As mulheres emprestavam umas às outras seus utensílios de cozinha e trocavam dicas de como preparar melhor a carne ou as batatas ou como conseguir que um vestido agüentasse outra temporada. (...)

O universo do conventillo ia conformando uma experiência particular e a sensação de morar numa comunidade própria, onde os destinos dos moradores estavam unidos, fosse pelo mesmo tipo de trabalho ou pela necessidade de morar um do lado do outro.⁸⁶

Ferreras assinala que nestes importantes espaços de classe de Buenos Aires, nitidamente segregados dos espaços burgueses, as idéias socialistas e anarquistas medraram. Cortiços, bairros de choupanas e precárias e humildes casas tornaram-se sedes das primeiras instituições operárias e que permitiram o surgimento de outras instituições, “baseadas no reconhecimento de pertencer a um grupo diferente dos

⁸⁵ Cf. Norberto Ferreras, *idem*.

⁸⁶ Norberto Ferreras, *op. cit.*, 2001, p. 115.

proprietários e patrões, e que representariam os seus próprios interesses políticos e culturais, como bibliotecas, grupos teatrais e locais políticos”.⁸⁷

Os estudos de Leandro Gutiérrez e Luis Alberto Romero acerca da tradição cultural dos trabalhadores no período entreguerras⁸⁸ sustentam que entre as duas guerras mundiais, a identidade trabalhadora e contestadora forjada entre 1880 e 1910 foi se dissipando e a reconstrução dessas identidades coletivas realizou-se no marco das novas sociedades de bairro, tributárias da expansão das edificações e do deslocamento de vários trabalhadores para as periferias urbanas. Nessas zonas despovoadas podiam comprar um lote de terra e começar a construir uma habitação própria.

*Estas sociedades barriales (...) fueron sociedades en construcción, casi de frontera, donde las acuciantes necesidades del grupo pionero, que intentaba transformar un descampado en un trozo de ciudad, impulsaron a la asociación, al trabajo colectivo, a la colaboración, trasmutados en orgullo por los logros – quizás una calle pavimentada – y un espíritu de emulación. Eran sociedades singulares, ciertamente diferentes de las viejas barriadas obreras del centro o de la Boca. Distantes de los lugares de trabajo, (...) eran los ámbitos del tiempo libre, que aumentaba al reducirse la jornada de trabajo, y de la vida en familia, que se modificaba cuando la mujer podía dejar de trabajar y cuando la familia disponía como vivienda de algo más que una pieza común o un cuarto de conventillo.*⁸⁹

Gutiérrez e Romero defendem que no contexto das novas experiências da sociabilidade no bairro se constitui uma nova identidade dos grupos subalternos⁹⁰, mais conformista e reformista, e “mais popular do que trabalhadora”, uma vez que se teria centrado não no trabalho, mas nas horas que seguiam a este e que em boa parte se passava no bairro.

É importante para nós uma esclarecimento a respeito da afirmação acima sustentada por esses autores, não a respeito de sua veracidade da descrição, mas naquilo que concerne à interpretação. Esse comportamento do trabalhador que marca tão precisamente a vida que transcorre no ambiente de trabalho daquela que transcorre fora dele é um dos principais sintomas do processo de estranhamento. Ainda assim, a

⁸⁷ Norberto Ferreras, idem, p. 117.

⁸⁸ Cf. Leandro Gutiérrez e Luis Alberto Romero, *Sectores populares, cultura y política: Buenos Aires en la entreguerra*, 2007.

⁸⁹ Leandro Gutiérrez e Luis Alberto Romero, op. cit., 2007, pp. 13-14.

⁹⁰ Ambos os autores usam o termo “setores populares”, não “grupos subalternos”, nem “classe”. Para ver a justificativa de sua escolha em detrimento do termo classe (a grupos subalternos não há nenhuma referência), cf. Leandro Gutiérrez e Luis Alberto Romero, idem, pp. 16-18.

consciência de classe não cessa de existir – ainda que seja reformista ou conformista – porque estes trabalhadores se organizavam politicamente em torno de problemáticas claramente ligadas à sua posição nas relações de produção já desde antes do período analisado por Gutiérrez e Romero. O espaço produtivo, incluindo aqui as organizações sociais que se constituem em torno do tema trabalho, continuará sendo até o fim da década de 1970 um espaço privilegiado de socialização e educação política.

Feita a ressalva, o que queríamos mesmo pôr em relevo nesse momento era a questão da importância da sociabilidade nos locais de habitação para a constituição da subjetividade de classe.

Merklen sugere que em todas as grandes cidades latino-americanas, o bairro é um dos maiores emblemas da cultura popular e vários tipos coexistem em nossa paisagem urbana: além dos assentamentos, destaca ainda as vilas de emergência – ou favelas –; os bairros resultantes de grandes operações imobiliárias de lotes, como os descritos por Gutiérrez e Romero⁹¹; e aqueles compostos por habitações construídas pelo Estado, de menor importância na América Latina.

II. Território e repolitização

Desde a década de 1940, a organização política dos trabalhadores argentinos se estruturava sobre a base de uma estreita relação entre seus aparelhos políticos e sindicais e o Estado, e essa relação exercia impacto direto sobre a organização da própria vida cotidiana dos trabalhadores. Constituiu-se assim uma sociedade integrada em torno da questão do trabalho, que permitiu uma estabilização das condições de vida dos trabalhadores por meio da extensão do assalariamento e da constituição de um conjunto de mecanismos de proteção social erigido em torno do Estado e dos sindicatos. Além do quê,

facilitó la identificación del pueblo y el trabajo, con una receptividad del discurso peronista que organizaba los temas de la dignidad y del reconocimiento social alrededor de la figura del pueblo trabajador. (...) hizo posible un tipo de politicidad en la cual la acción colectiva podía organizarse sobre la base de una estrategia de conquistas sociales que podían ser representadas bajo la forma de derechos adquiridos y que podían materializarse en las instituciones públicas. (...) las clases populares pudieron articular la acción colectiva en un repertorio más o menos unitario en el que era posible combinar al

⁹¹ Mais comuns, sobretudo, em cidades como Buenos Aires, Montevidéu e Santiago do Chile.

*lucha orientada tanto por la conquista de nuevos derechos como por la defensa de los derechos amenazados.*⁹²

As mudanças operadas na economia e no Estado argentinos tiveram forte impacto sobre a organização política da classe trabalhadora no país, propositalmente, é claro. O recrudescimento das lutas empreendidas pela classe trabalhadora a partir de finais da década de 1960, fez com que as classes dominantes vissem com urgência a necessidade de se resolver o “empate hegemônico” que era notório desde meados dos anos 50, quando já se fazia mister para esses setores alterar o modelo de acumulação baseado na industrialização por substituição de importações, mas que ainda vigoraria até o golpe de Estado realizado em 1976.

As políticas sociais e econômicas que se desenvolveram na Argentina a partir da última ditadura militar, já abordadas aqui, encontraram uma débil resistência dos tradicionais suportes políticos dos trabalhadores – os sindicatos, sobretudo, e também os partidos de esquerda. Uma nova relação entre o Estado e as classes subordinadas nasce daí. É certo que os sindicatos continuam canalizando a maior parte das mobilizações políticas na Argentina, porém, uma parte significativa daqueles que necessitam concorrer ao mercado de trabalho formal para garantir seu sustento não consegue se inserir neste da mesma forma que antes, e para este grupo, as ações perpetradas pelos sindicatos tradicionais nas últimas duas décadas (pelo menos) pouco dizem respeito às suas condições de vida.

Merklen constata que desde os anos 80 do século passado, esse segmento das classes subordinadas iniciou um movimento de reconstrução de sua sociabilidade que se pauta por uma *inscrição territorial*. É no plano local, em seus bairros mais especificamente, que estes grupos subalternos irão organizar sua participação política, criando novos repertórios de ação, a fim de fazer frente à deterioração de sua situação socioeconômica em um contexto de desestruturação de sociabilidade. Entre estes repertórios, destacaremos aqui devido à sua correlação direta com o desenvolvimento do movimento piqueteiro nos grandes centros urbanos, as ocupações irregulares de terra, os chamados *assentamentos*.⁹³ Gostaríamos de fazer uma ressalva: alguns de nossos entrevistados pertencem a um MTD constituído na capital federal, numa vila de emergência – MTD Lugano –, algo raro na Cidade de Buenos Aires. Apesar de algumas

⁹² Denis Merklen, op. cit., 2005, p. 48. Grifos do autor.

⁹³ Cf. Denis Merklen, op. cit., 2005.

diferenças que essa origem podem trazer à constituição política do movimento, para o que queremos analisar nessa dissertação essas diferenças não importarão muito. É impossível ignorar que as condições materiais precárias de vida são parte da realidade de ambos os espaços, e suas histórias se entrecruzam de várias formas

As primeiras ocupações se iniciaram com a invasão de terrenos na zona sul da GBA e se estenderam pela conurbação como uma forma de luta por moradia popular. Um amplo movimento de organizações de bairro desenvolve-se no lastro da constituição desses assentamentos. Num primeiro momento, essas organizações se orientam com o objetivo de construir um bairro (i. e., um hábitat “normal”, em oposição ao que representam as “vilas de emergência”) e promover uma estrutura de solidariedade territorial. Posteriormente, essas organizações se manifestam em relação ao poder Executivo com o intuito de conseguir intervenções institucionais que poderiam vir a favorecer a realização de um projeto de “inscrição social territorializada” (uma escola, uma cantina, ou um posto de saúde, por exemplo) e minorizar o impacto do empobrecimento.

O Estado reorienta suas políticas sociais, pautando-as por uma incorporação ativa das organizações de base territorial. Esse “assistencialismo participativo” surge como estratégia na administração peronista da província de Buenos Aires e demais municipalidades da GBA, a partir de 1987. É sintomático que nesse mesmo ano, o Partido Justicialista leva a frente um processo de transformação organizacional que objetiva dismantelar os tradicionais mecanismos de participação sindical na vida partidária e sua substituição pelo sistema de eleição direta de líderes e candidatos.

Bajo el control partidario del movimiento reformista Renovador (1987-1989), se produce la remoción de la vieja guardia sindical del partido, convirtiendo a las indiscutidas '62 organizaciones' en una fracción más dentro de la organización sindical del peronismo, y se sustituye el sistema electoral de 'tercio', que garantizaba el derecho de los sindicatos a nombrar un tercio de los líderes y candidatos, por el sistema de elecciones directas.⁹⁴

O peronismo, por meio do partido, rompe com o papel de representante da classe trabalhadora, que assumira desde a década de 1950. Seguindo o movimento dos novos projetos de hegemonia das classes dominantes de elidir a questão social constituída em torno do trabalho e de políticas de classe, passa a se dirigir aos “pobres”, processo que

⁹⁴ Gabriela Delamata, *Los barrios desbordados: la organización de desocupados del Gran Buenos Aires*, 2004., p. 16.

nos anos 90 ganha novo alento. Reconstrói seu laço com os grupos subalternos através do controle e da manipulação dos recursos estatais nas várias províncias e municipalidades, dentro da orientação de agências internacionais de fomento e multilaterais de crédito para a América Latina, como o Banco Mundial, o BID, e o FMI, e outras agências vinculadas à ONU, como a CEPAL e o UNICEF. Tais diretrizes visam à modernização do Estado via políticas sociais descentralizadas e focalizadas.

Políticas sociais focalizadas orientam-se a assistir grupos diversos a partir de distintos tipos de problemas sociais, sempre ligados ao tema da pobreza. Uma profusão de programas que têm como alvo “os pobres” são postos em prática, obedecendo a espécie de “subtemas” dentro do tema maior que é a pobreza: são programas destinados às gestantes precoces, às mulheres gestantes, às mulheres analfabetas, às mulheres soropositivas, às crianças desnutridas, às crianças que vão mal na escola, às crianças que vão bem na escola, à juventude ociosa da periferia, à juventude viciada em drogas... A descentralização das políticas sociais implica que o governo federal transfira as responsabilidades concernentes a estas aos níveis locais de governo – provinciais e, principalmente, municipais. O argumento contra políticas sociais universais é de que é “necessário estar sobre o terreno” para ajudar à população “carente”. Esta maneira de formular políticas sociais implantar-se-á em todos os tipos de bairros populares, entre os quais os assentamentos são um deles.

De acordo com a ortodoxia neoliberal, os “efeitos colaterais” de sua política econômica – aumento vertiginoso do desemprego e da pobreza em contraposição à forte acumulação e concentração de riquezas num reduzido pólo da sociedade, tanto na periferia, como no centro capitalistas – não devem representar uma carga social ou serem minimizados por políticas estatais; quem deve fornecer a solução, a longo prazo, é o próprio sistema, gerando suposta igualdade de oportunidades por meio do crescimento acelerado da economia.

Num curto prazo, a responsabilidade sobre os “excluídos” deve recair na *sociedade civil*, ou em parcerias desta com o Estado, através da ação privada e de instituições não governamentais dos mais variados tipos. “Sociedade civil” como a entendem os liberais (e pós-modernistas): um campo neutro, gerencial e pragmático, espaço de redenção da população, em contraposição ao Estado e sua suposta ineficiência intrínseca para tratar de políticas econômicas e sociais. Presenciamos com muita nitidez ao longo dos últimos vinte anos o festejo de políticas de parceria público-

privada na área de programas sociais que se implantam como “serviços sociais” e não como direitos, o que acaba por despolitizar os programas.

Esses programas conclamam os “pobres” a uma maior participação social. Tal participação refere-se à gestão de sua própria assistência, e é bem específica. Essa ação social está inscrita dentro de uma lógica de “projetos”, com objetivos que devem ser definidos localmente. Na acepção de Merklen, esses grupos subalternizados atuam segundo uma lógica de “caçadores”, em contraposição à lógica dos “agricultores”. Os caçadores não se orientam pela programação das colheitas anuais, realizadas de acordo com os ciclos da natureza; também não desenvolvem meios de armazenamento ou acumulação para sobreviver durante os períodos de má colheita. Vivem do que seu hábitat pode oferecer, portanto, conhecem perfeitamente seu território e desenvolve estratégias eficazes a fim de conseguir uma presa. Sua relação com o meio é imediata. Ao contrário dos agricultores, os caçadores não controlam a reprodução.

Es sorprendente ver la versatilidad, la ‘flexibilidad’ y la capacidad de emprendimiento de los dirigentes barriales, pues deben dirigirse a la institución a la que ‘precisamente hoy’ se le puede sacar algo: la Intendencia en invierno, una ONG extranjera este año, una iglesia en otoño, el partido Blanco para los proyectos de vivienda o el Colorado para los relacionados con la alimentación, y el Frente Amplio para todo lo que concierne al municipio”.

De esta manera se obliga a los habitantes a moverse en una lógica de ‘cazadores’: acechando permanentemente la presa para llevarla al barrio. Se encuentran en un medio rico en posibilidades y ocasiones dadas por la complejidad del sistema institucional y por la naturaleza de competencia del juego político. Sin embargo, no pueden inscribirse en sistemas de regulación estabilizados por el Derecho y la inscripción institucional.⁹⁵

O controle e distribuição dos recursos públicos por parte dos políticos peronistas nos poderes provinciais e municipais generalizou uma prática de trocas de favores a partir do âmbito político como vínculo organizativo dominante. A ação de Eduardo Duhalde à frente da província de Buenos Aires durante três governos sucessivos (1991-1999) foi emblemática nesse sentido. No marco das políticas sociais descentralizadas, o Conselho da Família, a cargo de Chiche Duhalde, criado em 1993, alavancou nos bairros populares da província a figura das *manzaneras*, que se institucionalizaram como a maior rede assistencial ligada ao peronismo. As *manzaneras* são mulheres que, voluntariamente, procedem à distribuição diária de alimentos por quarteirões do bairro.

⁹⁵ Denis Merklen, op. cit., 2005, p. 143.

Não têm relação formal com o PJ, mas são recrutadas, na prática, das redes informais peronistas nos bairros.⁹⁶ Svampa assinala que a criação de uma rede de manzanas originou uma reorganização da política em função do mediador de bairro.⁹⁷

No mesmo contexto, também há que destacar o crescimento exponencial da atuação dos militantes de bairro do partido peronista, os *punteros políticos*, na GBA, da década de 1990 em diante. Suas agências, as “unidades básicas”, desenvolveram várias ações de assistência social: distribuição direta de bens e remédios a seus membros, participação na implementação de planos sociais governamentais, provisão de empregos etc. Porém, assinala Delamata, atividades políticas de tipo não-eleitoral foram algo raramente promovido no âmbito das unidades básicas pelos *punteros*.

Mazzeo compara o papel do *puntero* para o asseguramento da funcionalidade do sistema do capital com a do sindicalista burocrata, com a diferença de que este exercia seu controle no interior das relações de produção, enquanto aquele exerce o seu domínio em territórios social e economicamente segregados, onde a luta de classes tende a se dissipar em múltiplos planos.

*El puntero – retomando la expresión del Dr. Strockmann, en El Enemigo del Pueblo, del escritor sueco Henrik Ibsen – “piensa los pensamientos de sus superiores”. Es evidente que las prácticas desarrolladas por los punteros no favorecen la solidaridad entre los vecinos de un barrio, sino la sumisión al aparato, al Estado.*⁹⁸

Vimos mais acima como a segregação espacial urbana nas grandes cidades foi importante no processo de constituição do sujeito da classe trabalhadora desde fins do século XIX, inclusive em uma metrópole periférica como Buenos Aires. Todavia, a segregação urbana que se opera no capitalismo contemporâneo insere-se em outra dinâmica de luta de classes e os bairros populares transformaram-se em espaços em que forjar uma identidade em torno da classe tornou-se bastante custoso. A formação de tal identidade está sendo bombardeada por diferentes mecanismos perpetrados pelo capital, em diferentes âmbitos, a começar pelo próprio local de trabalho.

⁹⁶ Cf. Gabriela Delamata, op. cit., 2004, e Denis Merklen, idem. Segundo Merklen, em 2004, o número de *manzanas* girava em torno de 30.000, sendo 2.400 a quantidade de bairros contemplados com a ajuda alimentar. O programa recebia 200 milhões de dólares por ano.

⁹⁷ Maristella Svampa, *Las fronteras del gobierno Kirchner: entre la consolidación de lo viejo y las aspiraciones de lo nuevo* In: *Cuadernos del CENDES*, n. 65, mai-ago 2007.

⁹⁸ Miguel Mazzeo, op. cit., 2004, p. 78.

“(...) los núcleos urbanos segregados también están atravesados por la crisis actual de la matriz simbólica y colectiva de los fundamentos de la sociedad industrial tradicional. Esta crisis, junto con la instalación e internalización de una nueva matriz, implica nuevas fuentes de sufrimiento subjetivo y social. Las dificultades para la gestación de los actores colectivos con formaciones de identidad estructuradas por ejes diferentes a las ocupaciones laborales nos introducen en nuevas formaciones sociales y discursivas (...). La clase, como categoría colectiva, se ve diluida en las posibilidades individuales de participación en el mercado.”⁹⁹

III. Clientelismo

Partilhamos do ponto de vista que atribuí ao movimento piqueteiro, em sua generalidade, mas mais especificamente àqueles grupos mais contestadores aos tradicionais partidos políticos e aos sindicatos burocratizados e resistentes à institucionalização, uma mudança significativa neste processo de repolitização dos grupos subalternos tal como vinha se desenvolvendo a partir da década de 1980¹⁰⁰. Tal repolitização já no final desta mesma década foi amplamente absorvida pelas redes assistencialistas, e seguiu apartada das questões diretamente ligadas ao mundo do trabalho e significou uma perspectiva de coletivização que não ultrapassava o nível de consciência político econômico-corporativo.

A razão individual mais comum para se aproximar de uma organização piqueteira é a possibilidade de receber os planos de assistência a desempregados. Poder se beneficiar dos refeitórios comunitários ou de outros trabalhos comunitários desenvolvidos pelas organizações piqueteiras ou participar das oficinas dos projetos produtivos para adquirir experiência profissional também motivam as aproximações.

Yo veo que mucha gente se acerca porque ve la posibilidad de mejorar en algo su condición. (...) Y vine la gente del campo popular, que viene por mejoras reivindicativas, se acercan del movimiento, como yo me acerqué. Yo me acerqué porque alguien me dijo un día que había trabajo. No es que me acerqué porque quería hacer la revolución, o conocía a Marx, a Lenin, no, yo... Conocía a mi equipo de fútbol... (...) El ideal de la gente es conseguir un trabajo y hacer lo que hacíamos nosotros, o yo hacía antes de estar en la organización, que era trabajar de lunes a sábado y los fines de semana pasarlos lo mejor que podía y volver al trabajo, tratar de construir mi casita, todas las cosas individuales, sin me importar con los demás.”¹⁰¹

⁹⁹ Alberto Bialakowsky et alli, op. cit., 2001, p. 70.

¹⁰⁰ Cf. Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004, e Miguel Mazzeo, op. cit., 2004.

¹⁰¹ Entrevista a militante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008.

Me sentía mal porque me traicionaron a mí. O sea, yo digo, si no me hubiesen traicionado, ¿alguna vez sería socialista? No, jamás, ¿entendés? Capaz que yo estuviera en una secretaría atravesando con alguno de ellos. Son cosas. O sea... Yo creo que muchas de las cosas por las cuales llegué a eso fueron casualidades, ¿entendés? No es... No fue el desprecio por la explotación... Yo siempre tuve problemas con la injusticia, veía cosas injustas y me agarraba una impotencia terrible.¹⁰²

Em um primeiro momento, o governo menemista estabelece uma série de programas de emergência que começam a ser instituídos de forma mais ostensiva a partir de 1996, ano em que justamente emergem os primeiros piquetes organizados por desempregados no país. O *Plano Traballar* foi o mais emblemático desses programas, cujo mecanismo funcionava a partir de projetos apresentados por ONGs ou por município para benefícios em bairros pobres que garantam uma melhor qualidade de vida para seus habitantes. Com um subsídio de 200 pesos, esperava-se uma contraprestação de seis meses – com possibilidades de renovação – e os âmbitos locais co-financiavam os projetos com seus próprios recursos (ferramentas, infra-estrutura, pessoal etc.). Como se pode observar, esse modelo de gestão dos planos segue à risca as diretrizes de descentralização e focalização das políticas sociais que acabamos de analisar mais acima, além de alimentar a rede assistencialista sustentada por *punteros* e *manzaneras*.

Sustentar suas atividades com autonomia dessa estrutura clientelista municipal constituiu-se em uma batalha árdua para as organizações piqueteiras, sobretudo aquelas autônomas, que não contavam com suporte de partidos políticos ou sindicatos, assentadas no zona sul da conurbação bonaerense, como o MTD Almirante Brown, o MTD Lanús e outros que integravam a Coordenadora Aníbal Verón, e também o MTR, de Florencio Varela. Várias eram as situações de subordinação e abusos impostas aos desempregados, como demonstram os três relatos que seguem abaixo. O primeiro se refere a um momento em que o indivíduo desempregado ainda não havia se integrado a um movimento piqueteiro; o segundo a uma época de início de integração do indivíduo na organização; e o terceiro a uma experiência de trajetória individual de maior tempo em um MTD (todos pertencem a diferentes organizações, como explicitam as notas de pé de página):

¹⁰² Entrevista a militante do MTR concedida a nós em março de 2008.

Yo no sabía ni lo que quería decir planes sociales, ni de qué se trataba. Me explicaron que el gobierno iba a dar 150 pesos a cada familia que estaba desocupada. Y nosotros decimos “Bueno, está bien, aunque sea solo 150, vamos alcanzarlo”. (...) Y bueno, nos fuimos en la junta vecinal preguntando si podíamos conseguir el famoso plan de que hablaba el gobierno. Ellos nos dijo que sí. El problema era la política que ellos querían usar, el presidente (...) te daba el plan, pero vos tenías que ser empleado de él, de su hermana, o de su papá... Yo dije “Yo no quiero ser empleado ni ahí tampoco voy ahí a pintarte tu departamento por 150 pesos mensual, porque yo sé que ese trabajo sale más que 150”. Entonces, veíamos que era medio... medio jodido, pero después pensamos “¿Qué podemos hacer? ¿Cómo podemos conseguir el plan sin que estos punteros políticos nos usen como cualquier empleado de otro lado por 150?”¹⁰³

Y eso siempre se escuchaba que acá los punteros políticos, los punteros de los barrios de los que gobiernan de turno, ellos tienen más acceso a tener guardapolvos, esto, y en cantidad. Entonces, lo laburaban punteralmente, o sea, yo te daré un guardapolvo, pero vos dame tu nombre, tú dirección, tú número de documento, tu apellido, todo, y resulta que te están afiliando a un partido político. (...) Y lo usan así, haciendo asistencialismo. Y nosotros siempre decíamos que el Estado igual me tiene que ayudar, el gobierno tiene que ayudar a los más pobres, a los que necesitamos, sin preguntarnos de que lugar somos, de que partidos políticos, siendo que somos parte de la sociedad, nos tiene que ayudar igual”.¹⁰⁴

Era la batalla constante con los punteros en los barrios, algunos de nosotros, en El caso particular mío, en dos oportunidades con las patotas agrediéndonos, golpeándonos, porque era muy fuerte ese enfrentamiento con los punteros, nosotros planteamos la cuestión de que nos respeten. (...) Cuando comenzaban los planes Barrios Bonaerenses algunos de nosotros fuimos agredidos por los punteros, porque les hacíamos mucho quilombo en los obradores, reclamando por ejemplo herramientas, los elementos para trabajar, las botas, los guantes. Porque estos hijos de puta hacían trabajar a la gente metiendo la mano en la zanja, sin botas. Entonces nosotros hacíamos paro, te sentaban así, hacíamos sentados, exigiendo las herramientas, llamando a los medios, denunciándolos que nos querían hacer trabajar sin herramientas y eso les generaba mucho quilombo a los tipos.¹⁰⁵

O tipo de política desenvolvida pelos *punteros* acabou por não ser muito produtora para eles mesmos, destacam Svampa e Pereyra, na medida em que se observou que muitos indivíduos que estavam registrados em organizações de bairro

¹⁰³ Entrevista a militante do MTD Lugano, concedida a nós em março de 2008.

¹⁰⁴ Entrevista a militante do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008. Os jalecos fazem parte da indumentária básica dos estudantes da escola pública na Argentina.

¹⁰⁵ Militante do MTD Solano, In: Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004, p. 94.

controladas pelo município abandonaram estas instituições e passaram a engrossar as fileiras das organizações piqueteiras. Um dos motivos para essa retirada é tributário do fato de algumas pessoas adscritas por associações de bairro que haviam ficado na lista de espera de recebimento dos planos devido ao critério de seleção de beneficiários pela carga maior de familiares, requerido pelo município, inscreveram-se nas listas de solicitantes dos movimentos piqueteiros. As organizações piqueteiras, que consideravam injusto o critério municipal de seleção e distribuição de planos e outros tipos de ajuda como alimentos e vestuário, criaram outro critério, baseado na participação nas ações de luta de seus integrantes.

Te dan mil, dos mil guardapolvos, lo repartí por distrito, lo repartí por barrio, lo repartí por acá, y cuando llega a Almirante Brown, llegan cien guardapolvos para repartir para cuatro barrios, son 25 guardapolvos para cada barrio (...) ¿Y como hacer para repartir cien guardapolvos para que queden conformes todos los compañeros? Entonces, por eso siempre anotamos (...) porque como no hacemos asistencialismo como hace el gobierno, o los punteros, que te dan por dar, nosotros anotamos los compañeros que movilizan, porque, por ejemplo, vos lo irías a cortar la ruta, (...) y te dicen: “¿Qué reclamás?”. “Zapatillas”. “Ah! ¿Y cuántas zapatillas querés?”. “Quiero cinco: cuatro para mí y una para Ariel, que está en su casa.” ¡No! Tenemos que estar los dos, y los dos reclamamos cinco (...). Nadie iría cortar la ruta por otro.¹⁰⁶

A luta pela autonomia para manejar os planos também era questão importante a ser conquistada diante da pressão exercida pelo município sobre os integrantes das organizações piqueteiras para que as abandonassem, quando a contraprestação era realizada nos lugares de trabalho determinados pela prefeitura.

El problema básicamente era que el municipio presionaba a los compañeros para que dejaran de organizarse. De esos 120 compañeros que comenzaron el trabajo hoy deben quedar 5 ó 6 en el MTD.¹⁰⁷

Los gobernantes, los municipios, presionaban nuestros compañeros cuando iban a sus lugares de trabajo, porque se conseguía el subsidio pero había que trabajar en la intendencia. De la intendencia te decían donde ibas y allá te decían donde podías ir, donde no. Entonces, cualquiera que planteara que iba a movilizarse por sus derechos le decían que no, que si hacía eso, perdía....¹⁰⁸

¹⁰⁶ Entrevista a militante do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008.

¹⁰⁷ MTD Solano & Colectivo Situaciones, op. cit., 2002, p. 57.

¹⁰⁸ Entrevista a militante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008.

Svampa e Pereyra concluem a notoriedade da conquista dos piqueteiros nesta pugna, ao escancarar as práticas políticas clientelistas abusivas, permitindo um reposicionamento do indivíduo que deixava de ser um receptor passivo, dependente dos favores de um puntero, para se transformar em um sujeito ativo que consegue seu plano através da própria luta, luta que se constrói em um coletivo. E esse aspecto tomará um lugar de evidência no discurso piqueteiro, i. e., os planos não são doados pelo governo, mas “arrancados” na luta, através de medidas de força como os piquetes.¹⁰⁹

O governo (interrompido pelo Argentinaço) do radical Fernando de la Rúa tomou a decisão de nacionalizar todos os Planos Traballar e aceitar a gestão direta destes por parte das organizações piqueteiras, não como parte de uma política pró-piqueteira, muito pelo contrário, mas que tratava, essencialmente, de evitar a intervenção da rede clientelista do partido Justicialista na distribuição dos recursos sociais.

Para alcançar os planos, os movimentos de trabalhadores desempregados precisariam adotar a forma jurídica de organizações não governamentais e apresentar projetos que depois de julgados pelo Ministério do Trabalho, deveriam ser postos em prática.

Os intensos conflitos entre os movimentos piqueteiros e o governo federal e os reveses sofridos por este último nesta pugna acabaram por levar de la Rúa a rever a estratégia de implementação dos planos sociais, voltando à política de descentralização. De toda forma, durante o governo da Aliança, os piqueteiros se consolidaram como novo e importante ator social no cenário político nacional.

Durante o mandato provisório de Luis Eduardo Duhalde, foi lançado o Programa Nacional Chefes de Família, em princípios de 2002, que vem a substituir a função do Plano Traballar e continua sob a gestão de Néstor Kirchner. Seus beneficiários devem ser desempregados com pelo menos um filho menor de 18 anos (ou de qualquer idade com deficiência). Em troca de 150 pesos mensais, o desempregado deve realizar uma contraprestação de um mínimo de quatro horas e um máximo de seis. Com uma política descentralizada de implementação através dos municípios, os projetos agora são individuais e não mais coletivos, fato que contribuiria para o enfraquecimento dos projetos produtivos.

¹⁰⁹ Cf. Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004.

No entanto, nosso objetivo ao falar sobre a dinâmica da relação do Estado com os grupos piqueteiros não é prover uma análise específica acerca do tema, mas trazer à luz certos aspectos desta trama a fim de resgatar elementos que nos pareçam sumamente importantes para compreender o processo histórico que desejamos apontar: a requalificação da ação política dos grupos subalternos na Argentina que se opera na década de 1990 em diante com a emergência das organizações de trabalhadores desempregados – no caso que analisamos aqui, os bairros pobres da GBA.

Assim revelamos um pouco do trabalho político que se faz em torno das reivindicações frente ao Estado de planos de ajuda social em dinheiro, alimentos e outros bens de consumo leves, como vestuário, pelas organizações piqueteiras. Nesse ínterim, já podemos perceber algumas mudanças trazidas por estas no quadro político que se desenvolve no processo de inscrição territorial que vem desde os anos 80 nos bairros pobres da Grande Buenos Aires.

Os subsídios “arrancados” do Estado mediante a luta coletiva serão basilares para desenvolver os trabalhos comunitários e projetos produtivos levados a cabo pelas organizações de trabalhadores desempregados¹¹⁰. “Los planes son la realidad desde la cual nos podemos organizar. O sea, no tenemos posibilidad de tomar una fábrica”.¹¹¹

Dos fatores que impulsionam o processo de inscrição territorial *à la* piqueteiros, dois nos parecem significativos: 1) a necessidade política de (re)construir uma “cultura do trabalho” entre os integrantes do movimento, que representam um segmento sumamente precarizado do mercado de trabalho, sendo que muitos nem tiveram acesso a ele, como é o caso dos mais jovens e das donas de casa e 2) dar conta das necessidades básicas insatisfeitas dos integrantes das organizações, mas muitas vezes também de moradores do bairro que não conformam o movimento; se os 150 pesos dos planos não alcançam para os desempregados que os recebem satisfaçam estas necessidades – ao largo da década de 1990, a partir da implementação da convertibilidade, o menor valor da cesta básica de alimentos na GBA esteve em torno de 124 pesos por adulto que se

¹¹⁰ Apenas uma organização não aceitava lutar por subsídios estatais, o MTD La Matanza, cuja principal liderança é Héctor Toty Flores. Não conseguimos, no entanto, saber como é a posição atual deste movimento em relação ao tema, já que àquela época, a organização se recusava a participar sob qualquer firma das disputas eleitorais, porém, nas últimas eleições presidenciais, em 2007, Toty Flores saiu como candidato ao legislativo na chapa presidencial de Elisa Carrió.

¹¹¹ MTD Solano & Colectivo Situaciones, op. cit., 2002, p. 56.

situasse na linha de pobreza, atingindo os 232 pesos em 2002, quase um ano após a crise ¹¹² – imagine para aqueles que não conseguem os planos?

O investimento nos produtivos, por parte das organizações de caráter anti-capitalista, também significa uma aposta em que seu desenvolvimento a tal ponto faça com que possam seguir construindo seu trabalho político nos bairros proletários deixando de ser dependentes do Estado e seus planos, conquistando **plena** autonomia.

Desenvolve-se uma série de atividades que podem ser divididas em duas frentes que se complementam e por vezes se misturam: os projetos produtivos e os trabalhos comunitários. Os primeiros referem-se mais propriamente àquelas tarefas que se debruçam sobre a produção de bens materiais que podem, inclusive, ser destinados à comercialização, como padarias, hortas, olarias, oficinas de costura, para citar os mais freqüentes. Os últimos compreendem afazeres de espectro bem mais amplo e que buscam coordenar os integrantes para resolver uma série de dificuldades e deficiências enfrentadas pelos movimentos.

Assim, desenvolvem-se grupos de trabalho que organizam refeitórios comunitários que funcionam todos os dias a partir do recebimento dos alimentos do governo e também do que se produz nos projetos como horta e padaria; cooperativas para construção ou reforma de habitações ou de canalização da rede de água ou de esgotos, que podem usar materiais produzidos pela organização, como tijolos ou cerâmica; salas de saúde que ajudam na prevenção e também na cura de doenças como diabetes ou desnutrição; roupeiros, que recolhem roupas usadas, reparam aquelas que necessitam e as repartem depois; oficinas de educação popular, que tentam fazer com que os conteúdos aprendidos pelas crianças na escola sejam convertidos em práticas de vida de acordo com sua realidade social...

Bueno, yo lo estoy cobrando, pero por cada uno que lo cobra, hay tres que no. (...) Entonces, ¿qué hacían los compañeros? Cuando cobraban, hacían un aporte voluntario al movimiento, un aporte voluntario de cinco pesos. ¿Para qué? Para que los que siguen haciendo reuniones, los que siguen organizándose, y los que seguimos preparando otras movilizaciones, contemos con dinero para movilizarnos. (...) Entonces, empezamos a tener un fondo. Y después esos compañeros empezaron a hacer sus propios proyectos. No que venga un puntero, o el intendente o el gobernador a decirnos que

¹¹² Fonte: INDEC. Valores de la Canasta Básica de Alimentos (CBA) y de la Canasta Básica Total para el adulto equivalente en cada relevamiento de la EPH, aglomerado Gran Buenos Aires, desde abril 1991 en adelante. www.indec.gov.ar, acessado em 01/11/2008.

tenemos que hacer. Así empezamos a hacer comedores, copas de leche, roperos, dónde, ¿qué sé yo?, cinco compañeras salían al barrio, pedir a los que más o menos tienen o están en posición o tenían trabajo, que la ropa vieja no la tiren. Entonces, ¿qué hacíamos? Reciclábamos esa ropa. (...) Un pantalón que está muy roto y no sirve, pero sirve el cierre, lo sacamos el cierre y se lo ponemos a otro pantalón que por ahí está bueno pero no le funciona el cierre. Y así con varias cosas. Y ahí empezamos a hacer y seguir viendo él que no lo cobraba, seguía necesitando ayuda y seguían organizándose. Entonces, los compañeros que cobraban, ¿qué función cumplían? Venir un rato acá... Este lugar... Eran árboles, hacíamos asambleas bajo los árboles, poníamos tres o cuatro piedras y en una olla las compañeras hacían el comedor. Como en casa, en muchas casas de todos los vecinos no había para comer, veníamos acá. Y las compañeras lo cocinaban. Y comían... un guiso, fideo, todo eso.¹¹³

Outros grupos de trabalho são mais diretamente ligados à organização estrutural do movimento, como os de Imprensa, de Formação Política, Administração, Economia, Segurança etc.

Todas essas tarefas encontram enormes obstáculos devido à escassez de recursos materiais e humanos com que devem ser realizadas. Desde uma simples horta a uma oficina de solda ou de costura.

la panadería estaba acá a una cuadra, funcionaba, entonces, el grupo de panadería le mandaba al grupo de comedor una bolsa de papas, una bolsa de cebolla y las verduras para el comedor porque acá en el municipio los frescos no nos mandaron nunca, nunca nos dieron alimentos frescos, ¿no?, se los dan a los comedores del municipio, a sus propios comedores.¹¹⁴

Y bueno, después veíamos como conseguíamos lo que tenía que ver con materiales para poder hacer los trabajos, porque nadie te entregaba nada, y las herramientas. Si viene en el programa de que las asistencias sociales implementaban herramienta y materiales, por supuesto que nunca aparecían porque para algún lado se desviaban. Entonces nosotros tenemos que cargar con el peso de, bueno, uno dice que va trabajar y hay que trabajar. Eso significaba conseguir lo que se necesite: desde herramienta hasta material. Generalmente era donación. Se salía - si no eran los vecinos, eran las empresas - a pedir donación para se hacer determinado trabajo. A la medida que se realizaba el trabajo, eso generaba que otros aportaran, porque se veía la diferencia que tenía entre los gobernantes y nosotros, porque nosotros decíamos que íbamos hacer tal cosa y la hacíamos.¹¹⁵

¹¹³ Entrevista a militante do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008.

¹¹⁴ Entrevista a militante do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008.

¹¹⁵ Entrevista de militante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008.

As tarefas levadas a cabo tanto no trabalho comunitário quanto nos projetos produtivos desenvolveram-se a partir dos princípios da autogestão, definida aqui em seu sentido mais estrito dentre as várias concepções que o termo pode abranger, ou seja, aquela que diz respeito à participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões em todas as instâncias de uma unidade de trabalho. As formas que assumem o trabalho autogestionável passam por fases distintas dentro de cada organização, fator que se deve tanto à dinâmica interna do movimento quanto às mudanças na relação com o Estado. No caso específico das organizações autônomas, a autogestão recobriria um sentido político de (re)construção de laços sociais em bases diferentes daquelas produzidas pelas relações capitalistas.

Nosotros tratamos de generar proyectos productivos que no son PYMES, con otras características, donde cambien las relaciones laborales, donde lo esencial no sea la mercancía, el cambio de la fuerza de trabajo por dinero; es un proyecto más amplio. (...) Nosotros tratamos de recuperar, crear otros valores culturales, éticos, otra sabiduría, la creatividad. (...) Yo creo que una cosa es pedir trabajo, incluso trabajo genuino, y otra cosa es pedir trabajo y dignidad. No digo que sea indigno, por ejemplo, pedirle trabajo a Repsol, o que te den mejoras salariales. Pero lo que es indigno es la explotación. Y me parece que hay que empezar a generar otras relaciones. Nosotros no tenemos la idea acabada de cuáles son las formas de producción que queremos gestar, pero lo que sí tenemos bien claro es que no queremos generar relaciones de explotación.¹¹⁶

*Entendemos a la **autogestión** como la libre decisión sobre el destino de recursos generados por nuestro propio trabajo, recibidos solidariamente, expropiados a empresas capitalistas o arrancados al Estado. En lo que hace a el desarrollo de nuestros propios trabajos productivos (huertas granjas, carpinterías, herrerías, talleres textiles y de serigrafía, tambos, panaderías, etc) promovemos la creación de redes de consumidores y la construcción de una economía alternativa pensada como aporte a la resistencia al sistema capitalista”.¹¹⁷*

Tratamos de también luchar para que el trabajo no sea el mismo que en el capitalismo. Nuestro trabajo en asamblea... hay reuniones semanales, los cargos son revocables a cualquier momento, nadie está atornillado a ningún lado, las decisiones se cambian de una semana a otra si se ve que se erró, se discute cual va a ser el sueldo de cada uno... Cosa que en este sistema no ocurre, ¿no? (...) Nosotros hacemos lo contrario: ganábamos determinada cantidad de dinero

¹¹⁶ MTD Solano & Colectivo Situaciones, op. cit., 2002, pp. 68-69.

¹¹⁷ FPDS, *¿Qué es el Frente Popular Darío Santillán?*, 10/02/2007, In: Portal Frente Popular Darío Santillán, www.frentedariosantillan.org, acessado em 22/01/2008.

*por toda la ocasión [trabalho nas quadrilhas ou cooperativas], pero se repartía por la conducta, por la constancia y por otros motivos, por partes iguales, indistintamente se son mujeres, hombres, se existen ocho o diez, eso no importaba. Íbamos practicando otras formas de relacionarnos con el trabajo”.*¹¹⁸

*Como veíamos el trabajo capitalista, que era trabajo de ir a un patrón... porque en ese momento, nosotros... está bien, estábamos ganando 150 [pesos] y si vos estabas en una fábrica, ganabas más, pero trabajabas más horas, te explotaban, y aún te ponían en negro. (...) La diferencia de un trabajo en negro, explotado, a la diferencia de lo que hacíamos acá en el MTD – el trabajo de respeto al compañero y que en cada uno de los grupos de trabajo no teníamos jerarquía, no había jerarquías. Éramos todos iguales. Yo, en la panadería, le enseñaba a algún compañero a amasar y después el compañero amasaba, si había que hacer pizza, si había que entregar un pedido, lo podía entregar a cualquier compañero, cualquier compañero ponía la mano en la caja y con la con la confianza que nadie nos iba a robar un peso y cualquier compañero podía estar en cualquier área también.*¹¹⁹

O MTR, por um tempo, alimentou a idéia de organizar um Mercado Central Piqueteiro, que exporia e venderia produtos elaborados por organizações piqueteiras e fábricas recuperadas de todo país e esse projeto chegou até a definir um lugar para ser a sede deste mercado, um mercado abandonado na Capital Federal, que deveria ser reformado. Se a curto prazo o movimento avaliava que a contribuição deste mercado para a criação de uma economia paralela era mínima, apostava no entanto na possibilidade de ser mais uma forma de unir a dispersão social que grassava no campo popular por meio de uma proposição positiva, em contraposição às forças negativas que então unificavam os grupos subalternos – “En el momento nos unía el espanto, la necesidad, pero no otra cosa”¹²⁰. O projeto, contudo, não poderia seguir em frente, pois sua magnitude estava além dos esforços que poderiam ser exigidos destes movimentos.

Entre essas organizações independentes de partidos ou sindicatos, que enxergam no trabalho territorial autogestionado muito mais do que um paliativo para a crise, as perspectivas sobre esse processo também podem divergir: se os MTDs de cunho autonomista mais radical, como o MTD Solano ou o MTD Guernica, a recriação das relações sociais através do trabalho autogestionável está subordinada à afirmação de autonomia e esta por sua vez está balizada pela auto-organização comunitária local,

¹¹⁸ Entrevista a militante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008.

¹¹⁹ Entrevista a militante do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008.

¹²⁰ Entrevista a militante do MTR concedida a nós em fevereiro de 2008.

outras organizações independentes, como o MTR ou os MTDs que integram a FPDS, a autonomia comunitária é concebida mais em termos de um ponto de partida necessário para a reapropriação do trabalho – a ser plenamente realizada num quadro de transformação revolucionária das relações sociais – do que um ponto de chegada.¹²¹

Toda a organização dos movimentos piqueteiros, desde as mobilizações reivindicativas às atividades de inscrição territorial, está estruturada em torno da dinâmica decisória de assembleias, por meio de formas de democracia direta. Já foi dito no capítulo anterior que este é um traço do repertório comum de ação das organizações de trabalhadores desempregados. Isso não significa que essas práticas sejam homogêneas e as distintas características que assumirão os espaços de assembleia em cada organização terá muito a ver com suas lógicas de construção política. Mais uma vez, apontando a extrema heterogeneidade que grassa entre o movimento piqueteiro, essas diferenças não se delineiam apenas entre as organizações relacionadas organicamente a sindicatos e partidos políticos e aquelas independentes destas instituições tradicionais – as clivagens também se observam no interior de um mesmo tipo de corrente política, como é o caso das organizações autônomas. O Movimento Teresa Rodríguez, por exemplo, possui práticas de democracia direta que obedecem aos princípios do centralismo democrático, o que requer uma estrutura mais verticalizada. Os MTDs que compõem a Frente Popular Darío Santillán, por seu turno, optaram por formas bastante horizontais de democracia de base.

Todos esses âmbitos de sociabilização oferecidos pelos movimentos piqueteiros – das múltiplas formas de trabalho territorial (projetos produtivos, trabalho comunitário, áreas de coordenação) ao exercício democrático de tomada de decisões nas assembleias – trouxeram ares novos para o cenário político argentino no período pós-redemocratização que reacenderam debates centrais para a luta de classes tanto na Argentina quanto em nível internacional.

Entre aqueles movimentos mais críticos às habituais esferas de luta política da classe trabalhadora, i.e. os sindicatos burocratizados e os partidos políticos tradicionais, uma série de experiências de organização política marcou o cotidiano de seus integrantes e permite-nos deslindar uma transformação na relação indivíduo-comunidade tal como ela vinha se constituindo entre o segmento dos grupos subalternos

¹²¹ Cf. Maristella Svampa e Sebastián Pereyra, op. cit., 2004.

sumamente afetado pela precarização do mercado de trabalho que conforma a base dos movimentos piqueteiros.

IV. Quando vizinhos se transformam em piqueteiros

Tomemos como cenário aquele tão bem descrito por Denis Merklen em *Pobres Ciudadanos...*, que diz respeito à construção de novas redes de relações pelos setores populares em meio à erosão por que passava as redes estabelecidas no contexto do modo de acumulação baseado na industrialização por substituição de importações, ao qual fizemos referência mais acima. Lembremos da lógica do “caçador”. Desenvolveu-se uma relação indivíduo-comunidade fortemente vinculada ao clientelismo político, ao assistencialismo e ao paternalismo. Um tipo de relação que reafirma ou aprofunda a atitude contemplativa – em detrimento da atitude ativa autoconsciente – típica das sociedades capitalistas – “a personalidade torna-se o espectador impotente de tudo o que ocorre com sua própria existência, parcela isolada e integrada a um sistema estranho”¹²².

É notório nos relatos a que tivemos acesso a identificação de que o ingresso no movimento piqueteiro representou uma linha bem demarcada que separa suas concepções de inserção política e social.

Antes da militância nas organizações piqueteiras, os entrevistados relatam um sentimento de repúdio às injustiças / iniquidades sociais, mas consideravam-se totalmente impotentes para lutar contra tal ordem de coisas, sobretudo entre aqueles que tiveram experiência no mercado de trabalho (formal ou informal), experiência que começava cedo, em geral por volta da adolescência ou pré-adolescência. Alguns até buscaram espaços para amenizar a angústia provocada por esse cenário, frequentando oficinas de educação popular ou mesmo as unidades básicas da rede *punteril* nos bairros.

*Y, por ahí, siempre me movilizaban todas esas cosas pero no participaba activamente de nada. Por ahí participaba en una unidad básica, que son comités peronistas, digamos. Me enganché ahí porque había actividades, había apoyo escolar, todas esas cosas, había recreación, todas esas cosas, lugares así, ¿no? Siempre estaba ahí, cercando a lugares que... Pero no militando para el peronismo, ¿no?, sino como más de afuera, participando de afuera como una vecina, no como militante.*¹²³

¹²² Georg Lukács, *A reificação e a consciência do proletariado* In: *História e consciência de classe*, 2003, p. 205.

¹²³ Entrevista a militante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008.

Interessante notar no trecho de entrevista citado acima a diferença entre participar nas unidades básicas como “vizinha” e como “militante peronista”, o que nos indica diferenças que dizem respeito à qualidade da inserção política que ambas as posições representam. Ser “vizinho” remete a uma sociabilidade política ligada à primeira fase do processo de inscrição territorial dos grupos subalternos, antes da ascensão dos movimentos piqueteiros, mas que não está integrado conscientemente à rede clientelista como um militante peronista – a situação do vizinho é muito mais acidental.

Muitos se referem a situações em que resolviam enfrentar as péssimas condições de trabalho, mas se encontravam sozinhos em relação aos companheiros, que com medo de perder o emprego ou algo do gênero, como ser rebaixado na hierarquia do emprego na empresa ou forçado a mudar para uma sucursal longínqua da empresa, cessavam as lutas de reivindicação no meio do processo ou nem mesmo as iniciavam. Alguns colegas os acusavam de perturbarem o andamento “normal” do trabalho. Os que iam até o fim encontravam dificuldades de compreensão no seio da própria família. Os sindicatos careciam de representatividade entre esses trabalhadores.

O primeiro relato é de um homem cuja idade gira em torno de 40 anos, que trabalha desde os onze anos de idade. A experiência descrita refere-se ao último trabalho antes de se integrar a um movimento de desempregados, em um frigorífico. O segundo narra as experiências de uma mulher de cerca de 30 anos trabalhando em um supermercado em princípios da década de 2000, onde o horário estipulado no contrato nunca era cumprido. O terceiro, por sua vez, retrata experiências de um imigrante paraguaio há mais de 20 anos em Buenos Aires e cujo ofício é pintura em construção civil. Finalmente, o quarto testemunho é de um homem de quase 40 anos de idade e que já teve dezenas de empregos em diversas áreas e relata neste trecho as suas relações com o patronato e com os colegas operários em uma pequena usina de produção de álcool.

Las revueltas que hacíamos terminaban en el favor del patrón, donde uno tenía que elegir entre matar de hambre a la familia o... aceptar lo ofrecido por el patrón. Los compañeros elegían: no matar de hambre la familia, rs, y los que dirigíamos quedamos siempre afuera. (...) Porque luchas gremiales no había, en la década de 90 los gremios acá no hacían nada, nada, ni nunca hicieron nada. Todas las luchas eran... no tenían el apoyo gremial, entonces eran individuales, entre muy pocos. Las presiones eran muchísimas y costaba mucho

*organizar. Entonces, la mayor de las veces que si hacíamos algo, quedábamos dos, tres afuera. Eso traía conflictos familiares. Bueno, es difícil explicarles porque se hacía eso y yo no tenía la explicación encima, ¿no?, porque yo sabía que no estaba bien, que muchas veces había que perder cosas para conservar la dignidad, pero no sabía explicarla, entonces también tenía conflictos familiares, ¿no? Andar a explicar a la mujer y a los hijos que te quedaste si trabajo y que mañana no hay lo que comer, porque nos han enseñado que hay que agachar a la cabeza y... que es mejor eso que antes que nada. Pero bueno, ¿como explicar cuando no tenés el argumento para explicar que eso no está bien?*¹²⁴

Yo ¿lo que hacía? Apagaba la máquina, le bajaba la llave a la máquina, y había fila de gente esperando para que yo le cobrara, le facturara... “No, que sé yo, discúlpeme, pero mi horario de trabajo terminó”... La gente se enojaba... Bueno, era la única forma de que cumpliera el horario y, bueno, eso llevó a que, primero, mis compañeras de trabajo eran todas mujeres, se tiraron en contra porque ellas pensaban que era en contra de ellas, porque yo les perjudicaba a ellas, no a la empresa. Este... Bueno, entonces ahí lo que hacen es cambiarme de lugar de trabajo. El problema se solucionaba así. Los tipos me hacían pasear de sucursal en sucursal, me desgastaban, y entonces me iba. Cuando me cambian a la primera sucursal, lo primero que hago es negarme a ir a la otra sucursal porque quedaba muy lejos de mi casa y el contrato decía que yo tenía que estar en un rayo cercano de mi casa, porque el sueldo que ellos pagan no permitía hacer viajes largos y un montón de cosas. Bueno, los tipos me cambian, pero una sola vez, y en una sucursal que estaba ahí cerca. Bueno, y ahí estuve trabajando... Lo que pasa es que empecé a enfermar de salud, se me empezó a subir la presión, me descomponía, estaba muy mal, ¡muy mal en las condiciones que se trabajaba! Y el sueldo era muy bajo, si bien a mí habían extendido de categoría, no me había pagado los accesos que eran mínimos, pero... Por ejemplo, dejaba de trabajar seis horas, pasaba a un contrato de ocho horas, y ahí sí era diferencia de dinero, del contrato de seis a ocho horas. No había diferencia de dinero en decirte que vos era la encargada y no la cajera, en eso no había diferencia, era lo mismo ahí adentro, en dinero, ¿no? Y la responsabilidad era mucho más. Y, bueno, me quejaba por todo eso, vivía llamando a... a los recursos humanos de la empresa, y vivía llamando por teléfono. Llamaba del teléfono del local, y como era gratis, llamaba, re llamaba... Los volvía locos, locos, locos. Me envían a la empresa en Vicente López, en la otra punta de Buenos Aires. No importa, fui a la otra punta de Buenos Aires. Bueno, los tipos me dijeron para que dejara de joder, que el trabajo era así, querían convencerme de alguna forma, querían convencerme de que me vaya, pero que yo renunciara, no que me echasen. En ese tiempo había una ley que había puesto Menem, que era... Eran tan malos los contratos laborales que había una ley que puso como para contrarrestar, que si te echaban en ese determinado tiempo, te tenían que pagar el doble. Así los tipos no querían echar a

¹²⁴ Entrevista a militante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008.

*nadie, querían que todo mundo se vaya, pues ahí no tendrían que pagar en doble.*¹²⁵

*La relación con compañeros de trabajo era buena. Siempre me gustó ser compañero de trabajo, pero con los patrones siempre ahí, no tengo, nunca tuve una, un trato muy cercano con los patrones, porque yo siempre dije que a los patrones les tiene que tener ahí, porque ellos te tienen, ahí no van a... donde te pueda usar te va a usar. Una vez que no te pueda usar más, te tira a la calle, no le importa nada. Por eso a veces, algunas peleas también tuve con los compañeros de trabajo porque, sí, hay compañeros de trabajo que nosotros decimos que es muy, muy patronista, que por ahí defiende más al propio patrón do que a su compañero de trabajo, y eso es... por ahí, la pelea que yo tenía era esa, siempre le decía “compañero, vos tenés que cuidar a tu compañero de trabajo, nunca tenés que cuidar al patrón porque cualquier cosa que te pase, los que va a estar con vos son sus compañeros de trabajo, el patrón no va estar con... y si tiene la oportunidad de dejarte tirado, te va dejar, y el compañero de trabajo no te va a dejar tirado, en cualquier lado. Eso sí, siempre tuve esa discusión con los compañeros, unos entienden y otros no entienden, porque creen que si le cuenta lo que está haciendo el compañero de trabajo al patrón, es como que le va a querer más a él el patrón, y va a ganar más, y todo eso... va a estar más tranquilo... Son cosas que pasan en el trabajo, pero...”*¹²⁶

A mí me echó porque yo le protesté, le hice, rs, una vuelta, organicé mis compañeros y estaba en negro, ¿no?, estuve tres o cuatro años laborando en negro en la fábrica. Entonces charlamos con unos cuantos, éramos diez que estábamos en negro. Entonces, charlamos y dijimos... era un feriado, y él que trabaja en blanco trabaja medio día y se le paga como jornada, y nosotros hacía laborar todo el día por la misma plata. No, y encima, si vos no ibas, si no trabajabas, te echaba. Era feriado, te pagaba lo mismo y por ausencia te echaba si no iba. Entonces tenías que ir igual. Entonces un día nos arreglamos por la jornada y dijo, “mañana vengan todos, él que no venga lo echo a la mierda”. (...) Entonces lo que hicimos ese día de no ir los diez. Y había tres muchachos que eran sobrinos de un encargado de ahí y ellos decían, “no sé, eh, porque nos van echar a la mierda, tenemos que ir a laburar igual”, ¿qué sé yo?, y los otros siete dijimos que si ellos iban nos iban tratar a palos, ¿no? Y ellos no fueron. Llegó el otro día, que teníamos que ir a trabajar, y fuimos. Y cuando llegamos, entramos, nos manda llamar el patrón, a los diez. Viene el jefe de personal primero, porque está la jerarquía – está el jefe, el jefe de personal, el encargado, el buchón, rs, el soplón, y los que trabajamos. Entonces, apenas llegamos, ya se corría el comentario, pero cagamos, porque nos quiere arriba ahora el jefe de personal, quiere hablar con todos nosotros. Y dijimos “Che, ninguno hable, que el pacto nos

¹²⁵ Entrevista a militante do MTR concedida a nós em março de 2008.

¹²⁶ Entrevista a militante do MTD Lugano, concedida a nós em março de 2008.

hicimos entre todos, lo charlamos y era cosa de todos”, y quedó que sí, pero lo que más incentiva el patrón, el jefe de personal, era en que quería saber quien era... si había una cabecilla. Pero después logramos que cada vez que era un feriado o un sábado, laburábamos de lunes a viernes, después nos empezó a decir que vayamos en el sábado. Pero los sábados trabajábamos medio día y nos pagaba una jornada entera. Después logramos la ropa de trabajo, porque no nos daban la ropa de trabajo. Después logramos que nos pongan contratados por un año. Ya nos pagaban salario, jubilación con recibo de sueldo. Después logramos que nos renueven el contrato por un año más y todo eso. Pero yo dentro de la fábrica fui un compañero importante porque... por las ideas de hacer paro y todo eso. A mí me echaron de la fábrica, en el... 92. Mirá como me echan: hay un compañero... a un compañero le ofrecen estar de encargado, eso significaba que iba a cobrar más y todo eso, y él dijo que sí. Aceptó, pero con una condición: que me echen a mí, porque no quería tener problemas de paro, de eso, él quería hacer la producción, laburar para el patrón y le dijo “yo debía laburar, eso va cambiar, esto va adelantar mejor, funcionar mejor”, todo eso, “pero acá hay un molesto”. Y me echaron a mí, me echaron.¹²⁷

Entre donas de casa que nunca trabalharam fora nem nunca participaram de nenhuma atividade política ou trabalho social – significativa parcela que integra o movimento –, expressava-se mais a visão de que a preocupação com o outro estendia-se no máximo ao grupo familiar.

También era muy que le gustaba ayudar a la gente, ¿no?, cuando alguien necesitaba, él se iba ahí. Antes eso me molestaba un poco, ¿no?, porque yo decía siempre: “Vos siempre estás para todos y cuando necesitamos nadie aparece, cuando uno necesita...”
Y yo como que... yo estaba acostumbrada a todo esto, a lavar, a esto, o sea, a mi casa y importarme solamente con mis hijos, mi casa, mi marido, y los demás no existen para mí. (...) Yo no entendía. Que por ahí, e digo la verdad, que no miraba el noticiario porque a mí me interesaba... ¿entendés? No me interesaba yo... Lo único que le trataba a mí era mirar las novelas, que ver a sus historias boludas (...). Es como yo decía, yo... como les decía a las chicas: yo me levantaba a las 4h30 de la mañana, hacía la comida para mi marido para que lleve a su trabajo, para que coma al medio-día, para que no se compre comida de otro lado, que le sale el doble de lo que tiene que salir, y después prepararle el mate, él se levanta, se veste, se toma los mates, prepara su tappuware, su bolso, se pone y se va. Después que él se va, yo me quedo... y lavo, lavo los cubiertos, lavo la ropa, preparo mis hijos, los llevo a la escuela, y cuando vuelvo termino de limpiar toda mi casa, ya tengo la comida a mitad hecha a las 11h30, a las 12 y un cuarto ya me voy a la escuela buscarlos, vengo, termino de cocinar, los hago sentar, les doy de comer... él que tiene tarea, tiene tarea, él que, duerme la siesta. Y mientras que mis hijos duermen la siesta, miro la novela y me pongo a planchar. Esta era mi vida. Las cinco de la tarde yo tengo que estar cocinando porque a las 7h30

¹²⁷ Entrevista a militante do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008.

tenemos que cenar. Él viene 6h30, tiene que tener su ropa preparada para bañarse, para cambiarse... y tomar mate si hace frío, tomar tereré si hace calor, cenar, y todo mundo a la cama. Esta era nuestra vida. Nosotros no teníamos otro horario de... excepto en los fines de semana. Esta era nuestra vida de todos los días. Después, como piquetero, lo ha cambiado todo. No tenemos horario ni para comer, ni para cenar, ni para hacer un mate... (rs)¹²⁸

É claro que encontraremos uma série de contradições, tão comuns em uma sociedade capitalista, em que um enorme fosso se abre entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos. Os mesmos sujeitos que se angustiavam diante de injustiças sociais, mas não sabiam se havia maneiras de combatê-las, ou como fazê-lo, muitas vezes sucumbiam à cultura da sobrevivência e ao individualismo, servindo às engrenagens do assistencialismo e do clientelismo político. Muitos não viam com bons olhos os próprios piqueteiros. A maioria integrou-se ao movimento com o simples intuito de conquistar um plano de assistência ao desempregado, concedido pelo Estado às organizações piqueteiras, que os distribuem segundo critérios internos próprios, como vimos mais acima. E isso mesmo depois de meses sem emprego, sobrevivendo de bicos e alimentando esperanças: se saiu às cinco horas da manhã para procurar trabalho na segunda-feira e voltou às seis da tarde sem nenhuma boa notícia, i.e., um emprego, terça-feira seria outro dia. E quarta, quinta, sexta-feira, a próxima semana...

Después, en el 2000, Diego quedó sin trabajo, le despidieron de su trabajo, y... Y bueno, él, ¿cómo te digo?, es un tipo... Le dije “Diego, voy a trabajar yo”, él dijo “No, hasta que no estemos muriendo de hambre, yo no voy a ser mantenido por una mujer”. Así que él se levantaba a las seis de la mañana y se iba, caminando, no tenía un centavo para el boleto. Se iba caminando, caminando, y no venía hasta las dos de la tarde, que venía él, se iba tomando dos mates, y se iba... Y yo decía, pero, “Por Dios, ese hombre que no ve adonde se metió”. Y en esa época, él no tenía ni celular, ni nada, porque, bueno... No sabía como comunicarme con él, después viene apareciendo, a las dos... Le dije “¿Tenés hambre?”; “No, quiero tereré”; y le dije, le digo “¿Conseguiste algo?”; “No”, me dijo, “No conseguí nada, pero mañana voy a conseguir”. Y él trabajó, de juntar [...] en un camión... Él solamente es pintor de obras. Él no es albañil, no es electricista, nada, y aprendió a hacer un montón de cosas, o sea, uno cuando tiene hijos hace de todo un poco. Bueno, y después consiguió un trabajo de albañil, porque en realidad, su oficio es pintor de obras. Y al otro día se fue, otra vez, y yo dije “Pero,

¹²⁸ Entrevista a militante do MTD Lugano, concedida a nós em março de 2008.

Diego...”; “No, no, no. Tengo que encontrar, tengo que conseguir”.¹²⁹

Era un dilema [la relación con otros empleados]. Yo tenía siempre esa mentalidad de progresar, y a la vez, odiaba la injusticia. Entonces, no me gustaba cuando los maltrataba, pero tampoco es que aliaba con el resto de los empleados. Entonces, estaba siempre en una posición intermedia, y tal es así, que después de eso, cuando entro a otras empresas, [...] de tornería que te había dicho, hice un montón de otras cosas, hice venta... estuve en distintas cosas... Y en todas las demás empresas, arrancando por la de venta, empiezo a hacer cursos como delegado, o sea, siempre hay capacitación para ser delegado. Yo empiezo a hacer las capacitaciones para ser delegado y empiezan a explicar como hay que manejar a los empleados, la voz imperativa, la voz dominante, que esto y el otro... Y empiezo a prestarme mucha atención... Yo siempre prestaba mucha atención en lo que estudiaba, en lo que me enseñaban, entonces, como era muy aplicado en las enseñanzas, trataba de hacer lo correcto, lo que me habían dicho. Lo que no imaginaba era la posición que me iba poner eso, o sea, después, en todas las empresas que trabajé, fui encargado de personal. (...)

El tema del trabajo es así: yo trabajé toda mi vida bajo patrón, en empresas, en distintos lugares. Yo tengo ocho oficios diferentes: vidriero, electricista, medio oficial albañil, tornero, eh..., mecánico industrial, lo que hacíamos era el mantenimiento de la mecánica industrial, eh... Yo estudié electrónica orientada a la electricidad, o sea, no todos los equipos pero puedo arreglar ciertos equipos eléctricos, y... No me acuerdo ahora, pero tengo varios... hay varias cosas que sé hacer. El tema es que, en base a eso, me daba el lujo, rs, en ese momento era un lujo, laburaba bien en una empresa y cuando ya veía que era mucha la opresión, o mucha la explotación, o me era lo que no bien me parecía, me iba de al empresa... Como venía laburando, me tomaba una o dos semanas para descansar, después salía, buscaba laburo y sabía que iba a encontrar. Así siempre fue mi vida, siempre. Dejaba una empresa, me tomaba dos semanas, y me metía en otra, cuando quería y donde quería. O sea, yo nunca entendí lo que era la falta de trabajo, era otra de las cosas que me costaba entender era la desocupación. “Está desocupado él que quiere, porque él que no quiere va y consigue, ¿Cómo no va a conseguir?”. Resulta que no era sí, o sea, llegó una etapa de mi vida donde por más que tuve ocho... Es claro, yo tenía ocho oficios, conseguía distintas cosas, no todo el mundo tiene ocho oficios. Llegó una etapa donde ni siquiera con ocho oficios conseguía trabajo. Y no conseguía nada por ningún lado, que fue cuando que entre que vine al de mi mamá y me sumé al movimiento. En esos meses yo no conseguía nada por ningún lado, por ningún lado. Y ahí donde entro al movimiento por el plan. (...)Y... Me costaba, porque... recibir un subsidio por no

¹²⁹ Entrevista a militante do MTD Lugano, concedida a nós em março de 2008. O nome é fictício, assim como todos os outros nomes que possam surgir nos trechos de entrevistas reproduzidos aqui.

*trabajar y ahora lo tenía que ir a pelear y todo, después de haber laburado 20 años, es difícil.*¹³⁰

*La vieja se pone más vieja, ya de empleada, para ir a limpiar y lavar ya no se iba más a Capital, buscaba changas por acá en Buenos Aires. Inclusive, a veces, un poquito alejado de acá; después más cerca, y después por acá en el barrio. Y cuando te quedás acá en el barrio, obviamente, que una patrona, de acá del barrio no te va a pagar lo que te pagaban el Capital, que vos viajaste y todo eso. Y acá en el barrio lo que puede hacer es planchar... algún soltero que esté trabajando y que necesite que alguien le lave la ropa... Mi vieja hacía esos trabajos, ¿no?, lavaba un poco de ropa, planchaba, en algunas casas trabajaba dos o tres horas, porque ya estaba vieja. Y mi vieja empezaba a participar en esas asambleas, hasta que un día, estoy viendo la tele y miro que una de esas piqueteras era mi madre; estaba con una capucha y un palo, en la municipalidad de acá de ese distrito, haciendo de piquetera. Después de ahí vino a mi casa, vino toda con dolores de la goma, del humo que te dejan las gomas, y le pregunté que estaba haciendo, estaba loca, que le pasaba... y como me dijo que le estaba gustando, que ya estaba participando de un movimiento de desocupados. (...)Y después, en tres semanas, pasaba un muchacho a buscar, abría la puerta, me preguntaba si estaba mi vieja, se ponían a hablar, y comentaban que había una marcha, o que había una reunión, había una asamblea. Y este muchacho era Darío, Darío Santillán. La iba a buscar a mi vieja para que participe. Y de ahí, a veces, me quedó la intriga de ir a ver lo que está haciendo mi vieja, y hasta que un día me acerqué.*¹³¹

Muitos homens que hoje participam do movimento reconhecem que foram suas mulheres ou mães que começaram a freqüentar o movimento – as mulheres compõem a maioria em todas as organizações piqueteiras, algumas poucas com experiência no mercado de trabalho, a maioria donas de casa, como sugerido mais acima – e depois eles se aproximaram, em geral depois de muitas brigas em torno do tema, por ter uma mulher ou mãe piqueteira. Costuma-se interpretar esse dado como resultado do impacto do desemprego entre os homens em uma sociedade em que eles devem assumir o papel de sustentar a família. Reconhecer-se desempregado e viver de um subsídio para desempregados vem a ser algo que desestrutura o próprio cotidiano e muitos preferem viver buscando bicos todas as semanas, todos os dias.¹³²

É interessante notar que paralelamente ao crescimento massivo do desemprego entre os chefes de família residentes na conurbação bonaerense, entre 1991-1998,

¹³⁰ Entrevista a militante do MTR, concedida a nós em março de 2008.

¹³¹ Entrevista a militante do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008.

¹³² A respeito da participação das mulheres nas organizações piqueteiras, cf. Sonia Villella, op. cit., 2007 e Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004.

observa-se um significativo aumento da participação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho durante o período, em torno de 25%, processo pode representar uma mudança cultural importante nos lares mais empobrecidos no que diz respeito à chefatura de lares. Os setores sociais que construíram uma estratégia de vida baseada em uma maior inatividade relativa das mulheres – que deveriam se restringir às tarefas domésticas – tiveram que modificar abruptamente seus padrões culturais para as atividades de mercado a fim de contornar a queda da renda familiar. É provável que a mudança geral do principal receptor de renda tenha afetado a identificação do novo chefe de família. “Esta situação reflete a maior vulnerabilidade a que se vêem expostas estas famílias cujas chefas devem se inserir em ocupações pouco qualificadas e prestigiadas socialmente, assumindo toda a responsabilidade na criação dos filhos”¹³³.

No terreno da ação coletiva, Merklen assinala uma das grandes ambigüidades que se instaura no movimento piqueteiro expressa pela seguinte tensão: a mobilização deve fazer reconhecer a exigência do trabalhador desempregado como portador de direitos sociais (seguro-desemprego; auxílios e subsídios diversos em relação a serviços públicos básicos) e ao mesmo tempo expressar o desejo de se livrar do estigma e ser reconhecido como cidadão que tem direito a viver do trabalho.

Vemos que a resolução individual de se integrar a um movimento de trabalhadores desempregados não é fácil mesmo quando a intenção era apenas conseguir um plano e participar de atividades políticas como o piquete apenas para figurar na lista dos candidatos a receber algum desses planos do governo.

Participando nas distintas instâncias de sociabilidade proporcionadas pelo movimento, começaram a construir uma concepção de mundo distinta daquela que se pautava por um extremo individualismo e sentimento de impotência ou resignação.

No piquete, no serviço comunitário realizado nas diversas comissões do movimento, nos projetos produtivos, nas assembléias, nos espaços de formação política, os entrevistados passaram por circunstâncias que permitiram experiências inéditas para uma vasta camada dos grupos subalternos, que possuía um limitado mundo de sociabilização para além daqueles conferidos pelo trabalho precarizado que exerciam. As organizações piqueteiras, e aqui me refiro de forma geral, não me restringindo

¹³³ Demián Tupac Panigo & Andrea Lorenzetti, Exclusión social en argentina. Presentación de un esquema de análisis multivariado aplicado al caso del Conurbano Bonaerense para el período 1991-1998 In: Herramienta, n. 12, 2000, p. 76.

apenas às autônomas, buscam (re) construir espaços onde sejam possíveis encontros sociais públicos em uma etapa do capitalismo em que as classes dominantes vêm lançando mão de estratégias para reduzir cada vez mais esses tipos de espaço em detrimento da ampliação dos âmbitos privados.

Seguem abaixo depoimentos que relatam como esses âmbitos de sociabilização operaram transformações em suas visões de mundo, tanto no que se refere às operações mais simples do cotidiano quanto no que concerne a momentos de suspensão do cotidiano.

Y escuché hablar a gente joven, muy joven, la escuché hablar en esa reunión, y yo me sentí muy mal conmigo mismo. Yo escuché hablar a esa chica (...). Pero esa chica era tan jovencita y hablaba tan profundamente, ¿no?, y con tanta seriedad sobre cosas sociales, sobre... sobre el hambre, sobre la explotación, sobre un montón de cosas hablaba. Y después un momento, dice algo que no iba (...), y empezó Helena a cuestionarle, y las miro hablar, eran tan jovencitas, yo las miro y las escucho ellas discutiendo y digo “yo ¿qué hice de mi vida? Tengo veinte y picos de años y jamás tuve...”. O sea, tuve dicción en cuanto a lo religioso, yo fui a una escuela donde te enseñan a dar discursos en público y todo eso, pero... nunca hablar así de cosas sociales o de cosas colectivas, tener esa interpretación. Y defender tanto al sometido, viste, y entonces digo “No, yo tengo que porque estos pibes saben tanto, donde aprendieron todo eso, y quiero escucharlos”, (...) ¿cuanto tiempo me iba a costar a mí aprender algo así?, ¿entendés? Y me quedo.¹³⁴

Sí, se notó la experiencia, la diferencia... uno le da otro valor. Porque le vamos dando diferente el valor, ¿no?, al ganar todos lo mismo... y acá, todas las cosas que hay acá en este galpón, hay herramientas... (...) Como experiencia, sí, porque aprendí a tomar el valor, porque cuando uno trabaja en una fábrica, de lo que fuese, de plástico, de todo... yo laboré en una fábrica de una alcoholera, estuve laborando mucho tiempo. Fraccionábamos alcohol, el alcohol puro que es para la farmacia... Y después al alcohol de quemar, el etílico, y este... fraccionábamos. Y se caía una botellita de alcohol, yo la tiraba, no le daba bola porque era del patrón, no le daba bola porque el patrón en poco tiempo iba mejorando, iba haciendo fortuna, compró un camión, compró dos.¹³⁵

Lo que a mi ocurrió, pero, es que a poquito tiempo que yo entré se hizo una medida de fuerza; esa medida de fuerza llegó a tensiones donde par... hubo varios factores. Yo no los definía como los defino ahora, pero nos es que no me daba cuenta. Entonces se unió el poder político, el poder judicial y el poder militar combinados para aplastar

¹³⁴ Entrevista a militante do MTR, concedida a nós em março de 2008.

¹³⁵ Entrevista a militante do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008.

un grupo de gente... y no pudo hacerlo. No pudo hacerlo y salimos de esa, de esa contienda victoriosos. Me di cuenta que por ahí iba la cosa, que en realidad, organizándose, se puede pelear contra las injusticias; que a pesar de que yo, lo único que hacía era trabajar y ver como la pasaba y en el fin de semana... Por algún motivo sabía de que no había justicia, de que los políticos estaban para arruinar la vida, de que el poder judicial depende de la, yo no decía clases sociales, depende de que le beneficiaban o no, de que la policía, en realidad, lo que hacía la gente como nosotros era tratar de hacernos lo mayor mal posible, que las leyes eran injustas, todo eso lo sabía, no... no sabía el porque, pero sí, sabía todo eso. A partir de eso... compañeros que con mucho más experiencia de escuchar do que hablar que iban saber do que se trataba, y eso hizo que me interesase, investigue, estudie, que me preocupe más. Y esto hace más de 10 años. Pero bueno, supongo que, que hay muchas personas así, que en su... individualmente... También trabajé en muchos lugares y en muchas cosas, porque producto de enfrentamiento, solo, tenía que cambiar de trabajo, o sea, no era que yo sólo no hacía cosas; lo que no me daba cuenta era que sólo no podía. Entonces, generalmente chocaba contra..., y continuamente estaba con bronca y cambiaba, cambiaba... Bueno, cuando vi esto, vi, bueno, hay que organizarse, y a partir de la organización que se puede cambiar. No entendía lo que era capitalismo, no entendía lo que era explotación, no entendía nada de eso. Sabía que alguien ganaba más que yo y no hacía nada, eso sí, porque venía y cobraba, era mi patrón. Y yo me preguntaba, ¿cómo puede ser que vos cobres más que yo y no esté ni un rato conmigo acá? Las cosas son así, me decían.¹³⁶

Tenía la cultura que las cosas que hacía era lo que estaba bien, lo que en la sociedad estaba bien visto. Digo: emborracharse, pelear con..., esas cosas están bien vistas. En el común de la gente, así tiene que ser un tipo. Se puede cambiar todo eso. En realidad, el tema de la pelea tiene que... Nosotros decimos que la gente tiene que apuntar para otro lado esas peleas; que está bien, pero tiene que apuntar para otro lado.¹³⁷

Pero no tengo problemas, por ejemplo, otra gente tiene problema, tiene problemas familiares. Esto se contrapone con la vida familiar, principalmente las mujeres, ¿no? Una sociedad machista, donde la mujer tiene que tener la comida a determinada hora... la militancia es una cosa de gente vaga, que no quiere hacer lo que tiene que hacer. Hay que pelear en contra a eso. Así, es muy machista, la Argentina es muy machista, entonces, las compañeras tienen muchos problemas. Pero aún así los enfrenta, ¿eh? Empiezan a conocer sus derechos y empiezan a ver que, bueno, también la historia... Esta sociedad nos ha dicho que tenemos, que la mujer está para la casa y el hombre para ir a trabajar, y todavía estas cosas están muy medidas en la gente.¹³⁸

¹³⁶ Entrevista a militante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008.

¹³⁷ Entrevista a militante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008.

¹³⁸ Entrevista a militante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008.

Él era muy machista. A los 12 comemos, a las ocho cenamos, y no le puede decir que la comida sale a una de la tarde, “¿Por qué sale a la una de la tarde si la hora de la comida es las 12?”; ¿no?. Todos esos detalles, todos, cómo decir... “¿Te dejo el nene?”, “No, lleváelo... Si vos te vas a algún lado, tenés que llevar al nene, tenés que...”. Él no se hacía cargo ni de hijos... “Yo soy hombre. Me voy a trabajar y nada más”. Él es este hombre que trabaja, trae la plata a casa y después yo soy quien va a la escuela... Él nunca fue a la escuela, a saber si los chicos van bien en la escuela... Sí, obvio, cuando venía el boletín, miraba, si tenía tarea, “hay que hacerla”, pero nunca se sentó a hacerla con ellos, ni tampoco llevarlos a la escuela, ni ir a una reunión, hasta un tiempo, digamos. (...) Como familia y como todo cambiamos. A pesar de que nos cuesta un poco hacer que nuestros hijos entiendan lo que hacemos, porque, te digo la verdad, mis hijos como... Mi hijo mayor sí, pero los otros es como les cuesta un poco, ¿no? Por ahí la que está un poco más como le gusta, un poco, es a mi hija, pero a los otros no. Es como que... Ellos dicen, “sí, estamos menos tiempo... Ustedes tienen más tiempo para estar en reuniones, para hacer otras cosas, do que para estar con nosotros”. Pero, bueno, esta sí... En realidad no los abandonamos, pero tampoco... O sea, es como te digo, ¿no?, yo tengo tres, o sea, dos hijos e medio, digamos, porque este hijo es como le cuesta un poco ser independiente. Siempre está queriendo que mamá le haga las cosas, que mamá me tenga la ropa, que mamá esto... (...) Y a respecto del género, en casa también cambió un montón de cosas, porque Diego nunca lavó un plato, nunca lavó ropa, nunca barrió, ni cocinó, ni nada, y cocina espectacular ahora. Yo he ido a los encuentros de mujeres y él se quedó con los chicos... Me fui a un campamento de formación, en Córdoba, por 22 días, y él se quedó con los chicos. Claro que se volvió loco, pero, bueno, se quedó con los chicos... (...)

Y, bueno, a nosotros nos cambió bastante, porque nosotros... O sea, en ese tiempo, tanto Diego como yo entendimos que no solamente somos nosotros, que hay mucha gente que necesita, que hay que hacer el cambio social y que... por ahí nosotros nos olvidamos de este cambio social, ¿no?, porque es bastante difícil. En realidad, para hacer el cambio social, así no más, hay que ser una revolución. O sea... Porque otra no queda. Yo sé, o sea... A veces, digo, ¿no?, porque estamos tan acostumbrados al asistencialismo, estamos tan acostumbrados que otros hagan las cosas por nosotros, estamos tan acostumbrados a que alguien nos mande para hacer las cosas, o estamos tan acostumbrados a que, no sé, a que otros nos dirijan la vida. Y me parece que así no se va a poder nunca... Y cuesta bastante hacer entender a la gente esas cosas. Te digo yo que hace cinco años estoy intentando tratar de inculcar a muchos compañeros el que nosotros definimos por nosotros y no lo que nosotros quieran... dos, tres, decidan por nosotros... Que nosotros queremos saber adonde vamos, por qué vamos, y si queremos ir y si no queremos ir, no que nadie nos lleve cómo ganado a cualquier lugar, porque querremos ir. Eso yo siempre les digo... no viene un puntero decirnos, “Mañana tenemos que ir todos a este lado”, y todo mundo se va a este lado, pero cuando viene alguien y les pregunta “¿Por que están de este lado?”, “no sé, a mi me trajeron”. Uno tiene que preguntar por qué,

para qué, y si es bueno para nosotros, si vale la pena ir para este lado, no irse porque a uno se le ocurre, y saber que a uno no es necesario ser universitario y tener mucho, mucho, mucho estudio para aprender un montón de cosas. Porque nosotros hacemos... O sea, a cada día aprendemos muchas cosas, que por ahí uno no se daba cuenta, pero ahora sí, o sea, yo me di cuenta de un montón de cosas.¹³⁹

El Diego de antes era un Diego que iba, cuando tenía su trabajo, iba a trabajar, llegaba a mi casa, si tenía algo para comer, comía, y al otro día me iba a trabajar otra vez de vuelta. Yo siempre digo que esta organización a mí me cambió, personalmente, un montón. Un montón, porque me vuelvo otra persona ahora, camino tranquilo en la calle, camino tranquilo en la Ciudad de Buenos Aires en cualquier lado, no tengo más ese miedo de que en cualquier momento me va a parar la policía y me va a llevar preso, a hacer lo que ellos quieren porque soy de otro país. Todo ese miedo se me fue. Todo ese miedo de decir... ¡No! yo me voy a Palermo y me sale un tipo de traje y de corbata y se pone a pisarme el pie y yo no pudo decir nada porque él tiene corbata y yo me visto así, no, eso también no está bien. Si me jode él que está de traje, le digo que listo, ya está. Te puedo asegurar que me cambió hasta la vida familiar, adentro de mi casa, con mi familia. En ese sentido, soy mucho más, por ahí, activo, do que era antes. Yo como me ve así entré en un montón de lugares que nunca pensé que iba a entrar. Fui a discutir con muchos funcionarios del gobierno de acá en Argentina, siendo paraguayo, pero, que no iba el Diego de antes, era imposible de hacer esto antes de conocer a los compañeros de la organización. La organización yo tengo que agradecer, porque me hizo aprender un montón de cosas. Me hizo aprender que la vida no es solamente ir a trabajar y venir y que vos tenga tu comida y después los demás que se mueran de hambre. Eso también me enseñó que no tiene que ser así. Bueno, por eso digo que sí, cambió un montón, cambió un montón en mi persona, en la vida que yo llevaba antes, sí, cambió mucho. Como persona me cambió un montón. Me cambió en el sentido favorable, no para mal, ¿no? Nunca tampoco fui una persona amarga, sino solamente era que... venía, como te digo, venía a mi casa, los días de domingo me levantaba y llevaba mis hijos a la plaza, les compraba esto y, por ahí, no me fijaba de lo que pasaba alrededor mío. No me fijaba, no es que no me importaba, sino nunca me fijé de lo que quiere decir... No tenía un pedazo de pan, no, no, nunca me fijé. Ahora sí, miro todo eso también. Que nos es que porque yo tengo ya no tengo que hacer más nada por los demás.¹⁴⁰

Como definiu Agnes Heller, a vida cotidiana é o conjunto das actividades que caracterizam as reproduções particulares geradoras da possibilidade da reprodução social global e permanente, e se caracteriza pela sua heterogeneidade, constituindo suas

¹³⁹ Entrevista a militante do MTD Lugano, concedida a nós em março de 2008.

¹⁴⁰ Entrevista a militante do MTD Lugano, concedida a nós em março de 2008.

partes orgânicas a organização do trabalho e da vida privada, o lazer, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Para que a sociedade seja reproduzida por seus membros singulares, é necessário que estes reproduzam a si mesmos enquanto indivíduos, em sua vida cotidiana.

Alguns dos momentos fundamentais que estruturam o cotidiano do indivíduo – ao mesmo tempo, ser particular e ser genérico – são a espontaneidade, o pragmatismo, o economicismo, o juízo provisório, a ultrageneralização, o senso comum, a imitação. É impossível que os indivíduos possam fundamentar filosoficamente todas as atividades genéricas que embasam sua existência a cada ato exigido para que ele satisfaça suas necessidades cotidianas. “Pois se nos dispuséssemos a refletir sobre o conteúdo de verdade material ou formal de cada uma de nossas formas de atividade, não poderíamos realizar nem sequer uma fração das atividades cotidianas imprescindíveis; e assim, tornar-se-iam impossíveis a produção e a reprodução da vida da sociedade humana”¹⁴¹. Ao mesmo tempo, fazer as escolhas requeridas pela vida cotidiana recorrendo sempre a categorias ultrageneralizadas, a analogias e impulsos, em uma muda coexistência entre o particular e o genérico, tem conseqüências severas sobre a fragmentação do sujeito. Se essas formas são necessárias à estrutura do cotidiano, de forma alguma elas devem se cristalizar em absolutos, deixando de possibilitar uma margem de movimento e possibilidade de explicitação ao indivíduo.

É preciso reconhecer que a vida cotidiana é a esfera da realidade que mais se presta ao estranhamento, como aponta Heller. A atividade cotidiana pode ser atividade humano-genérica não consciente, ainda que suas motivações sejam, de maneira geral, particulares e intermitentes ou transitórias. No cotidiano a separação entre ser e essência parece algo natural, e a reprodução da vida pode mesmo ser viável social e biologicamente sem que se revele qualquer individualidade unitária, i. e., qualquer relação intrínseca entre particular e genérico, entre o homem e sua espécie¹⁴². O homem pode se orientar na vida cotidiana simplesmente cumprindo seus papéis sociais da forma considerada adequada. “A assimilação espontânea das normas consuetudinárias dominantes pode converter-se por si mesma em conformismo, na medida em que aquele

¹⁴¹ Agnes Heller, *Estrutura da vida cotidiana* In: *O Cotidiano e a História*, 2008, p. 47.

¹⁴² Até quando será viável essa segregação é algo a se questionar, no entanto, vide a urgência, por exemplo, da questão ambiental nas sociedades capitalistas.

que as assimila é um indivíduo sem núcleo; e a particularidade que aspira a uma ‘vida boa’ sem conflitos reforça ainda mais esse conformismo com a sua fé”.¹⁴³

Portanto, a essência do estranhamento na cotidianidade não se encontra nas formas de atividade desenvolvidas em seu âmbito, mas na relação do indivíduo com estas formas de atividade, em sua capacidade de hierarquizar por si mesmo estas formas e sintetizá-las em uma unidade, que envolve o particular e a espécie. E esta capacidade se define justamente a partir da relação que o indivíduo estabelece com o não-cotidiano, ou com as objetivações orientadas no sentido humano-genérico.

Deparamo-nos com decisões a todo o momento em nosso cotidiano, decisões que podem ser moralmente motivadas ou não, como a diferença entre deixar de comprar tomates para a janta porque estão ainda muito verdes ou deixar de comprá-los porque a embalagem os identifica como transgênicos e você é contra esse tipo de alimento por questões sociais e ambientais.

Quanto maior o compromisso pessoal, da individualidade e do risco envolvidos na escolha diante de determinada alternativa, maiores as possibilidades de que essa escolha se eleve acima das estruturas básicas requeridas pelo cotidiano e que sua particularidade, portanto, eleve-se à esfera do humano-genérico.

Substituir a “muda coexistência da particularidade e da genericidade” pela relação consciente do indivíduo com o humano-genérico permite ao homem construir a hierarquia da vida cotidiana por meio de sua individualidade consciente, e não como algo contingente – a essa margem de movimento que desafia o conformismo, a resignação, o utilitarismo, Agnes Heller chama de “condução da vida”.

A condução da vida, essa *atitude* que é ao mesmo tempo um engajamento de concepção de mundo e um desejo de auto-realização e ordena conscientemente as heterogêneas atividades da vida, não se tornará uma possibilidade social universal a menos que o estranhamento seja supra-subsumido. No entanto,

não é impossível empenhar-se na condução da vida mesmo enquanto as condições gerais econômico-sociais ainda favorecerem a alienação. Nesse caso, a condução da vida torna-se representativa, significa um desafio à desumanização, como ocorreu no estoicismo ou no epicurismo. Nesse caso, a “ordenação” da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano: o caráter representativo, “provocador”,

¹⁴³ Agnes Heller, op. cit., 2008, p. 57.

excepcional, transforma a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política.¹⁴⁴

Interpretamos que as organizações autônomas criaram espaços de sociabilidade que abrem caminhos, outrora inéditos para esse segmento mais precarizado dos grupos subalternos, para que os indivíduos que as integram possam iniciar um caminho rumo à condução da vida de que nos fala Heller. As transformações pessoais relatadas pelos entrevistados nos mostram situações, por exemplo, em que um homem se percebe com o direito de transitar livremente na rua, sem medo de ser achincalhado por policiais pelo fato de ser estrangeiro ou morador de uma vila miséria, quando há alguns anos atrás, apesar da indignação diante do fato, não sabia como agir diante desse constrangimento, situações em que se reconhece que as atividades no movimento mudaram suas atitudes e concepções de mundo, tornando-as mais conscientes, melhor fundamentadas. Nota-se como os militantes entrevistados fazem referências à maturidade política – um momento de suspensão do cotidiano –, adquirida com a militância no movimento, mas ao mesmo tempo destacam mudanças que se referem à sua fruição do cotidiano e como estas também foram proporcionadas pelo movimento. Num primeiro momento, essas transformações podem ser espontâneas, como às que concernem aos ritmos desregulados no funcionamento da casa, devido ao tempo que deve ser dedicado à organização, mas isso também se deveu a uma escolha de tipo moral, e além do quê, essas mudanças no ritmo cotidiano familiar também levaram os depoentes a questionar valores ou padrões de conduta tão enraizados como o machismo.

V. Subjetividades em construção

Estamos voltando nossos olhos para os bairros populares e tentando perceber de que forma estes se tornaram o mais importante âmbito de socialização política dos setores mais precarizados dos grupos subalternos. A “inscrição territorial”, a que viemos assistindo há mais ou menos 30 anos, não é um processo de “despolitização” das classes subordinadas ou da sociedade civil como afirmam muitos autores, mas de *repolitização*, que passa por uma nova perspectiva de coletivização.¹⁴⁵

¹⁴⁴ Agnes Heller, op. cit., 2008, p. 61. Grifos da autora.

¹⁴⁵ Para um aprofundamento sobre a questão repolitização x despolitização, cf. Lúcia Neves (org.), *A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso*, 2005.

A nosso ver, a repolitização baseada no que Merklen designou como “lógica do caçador” constrói-se com base no nível mais elementar da consciência política, movendo-se sobre questões parciais e cotidianas apenas, inseridas na dinâmica política das democracias parlamentares e de seus debates em torno de questões menores que buscam encobrir as contradições de fundo reveladas pela “grande política”, relacionadas “à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”¹⁴⁶, i. e., diz respeito diretamente aos interesses de classe e de disputa pela hegemonia. E é grande política reduzir o debate político à “pequena política”, que é essa pela qual os grupos subalternos são estimulados a pautar suas ações, sem conseguir perceber que a última é determinada pela primeira. Assim, o estímulo à rede de punteros durante a implementação dos planos de assistência a desempregados aprofundava a segregação centro-bairros, conservando os espaços de interação conflitantes atomizados e distantes do centro e das instituições, constitui um significativo exemplo do que representa a redução dos grandes conflitos à pequena política.

No que se refere à constituição da subjetividade da classe trabalhadora, no nosso entender, essa repolitização dos grupos subalternos é um aspecto fundamental de um processo contemporâneo de aumento da fragmentação típica a que se submete o sujeito nas formações sociais capitalistas.

Conformar um sujeito, um *homem coletivo* o mais apto possível a um modelo de acumulação, é essencial para uma classe (ou fração de classe) que queira se tornar hegemônica. Chamemos o que Aldous Huxley, em *Admirável Mundo Novo*, denominou de condicionamento - “(...) é o segredo da felicidade e da virtude: amarmos o que somos *obrigados* a fazer. Tal é a finalidade de todo condicionamento: fazer as pessoas amarem o destino social de que não podem escapar”¹⁴⁷ -, em termos gramscianos, de **educação do consenso**, parte essencial para exercício da hegemonia, considerando que no estágio atual do capitalismo, ainda é possível escapar ao papel social que desempenhamos, ao contrário do que acontece na era pós-Ford da antiutopia de Huxley.

Não nos admiraria, no entanto, que o domínio de uma tecnologia por parte das classes dominantes que tornasse o sistema de castas daquele “admirável mundo” economicamente viável às necessidades incontroláveis do capital figurasse nos sonhos

¹⁴⁶ Antonio Gramsci, Caderno 13: Breves notas sobre a política de Maquiavel In: *Cadernos do cárcere*, vol. III, 2000, p. 21.

¹⁴⁷ Aldous Huxley, *Admirável Mundo Novo*, 2001, p. 47.

mais idílicos de uma ampla gama de apologetas do capital. Provavelmente lançaria por terra a insolubilidade do conflito estrutural que se perpetua devido à forma com que o capital subordina o trabalho e acaba por se manifestar em conflitos de interesse entre forças sociais hegemônicas alternativas

Todavia, enquanto as classes dominantes estão acordadas, têm que se preocupar em fazer com que seus interesses de classe se tornem os interesses de outros grupos subordinados, isto é, construir e exercer hegemonia, por meios menos avançados cientificamente, tanto pelo convencimento, quanto pela coerção, inclusive fazendo com que a coerção apareça apoiada no consenso da maioria.¹⁴⁸

Os projetos de sociabilidade burgueses, no entanto, não se imprimem sobre páginas em branco. As subjetividades de classe conformam-se sempre de maneira dinâmica e é próprio desse processo a emergência de tensões, que se pautam na complexa relação dialética de resistência e adequação aos novos projetos hegemônicos de sociabilidade das classes dominantes. Há também que se sublinhar, embora possa parecer óbvio, que essas tensões se desenvolvem num chão histórico, e resistência e adaptação devem ser entendidas num quadro de continuidades e rupturas, de apego a tradições, costumes, valores, e de necessidade de superar ou readequar tais tradições etc.

Nossas concepções de mundo são formadas em vários âmbitos de nossa sociabilidade: no local de trabalho, no clube que freqüentamos aos domingos, na igreja, no colégio, em nosso bairro... Essas visões de mundo nos fazem pertencer “sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos”¹⁴⁹.

As tentativas das classes dominantes de formar um homem-coletivo o mais apto possível ao padrão de acumulação planejado se fazem através da própria organização do espaço produtivo e também de uma série de aparelhos privados de hegemonia, relacionados a distintos nichos da vida social. No capitalismo contemporâneo, um importante espaço de difusão de hegemonia se dá através de ONGs e outros tipos de organizações da sociedade civil, de “caráter privado com fins públicos”, bastante de acordo com a focalização das políticas sociais. Por fim, não se pode deixar de se considerar a função educativa do Estado:

Questão do “homem coletivo” ou do “conformismo social”. Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e

¹⁴⁸ Cf. Antonio Gramsci, op. cit., 2000.

¹⁴⁹ Antonio Gramsci, Caderno 11: Introdução ao estudo da filosofia In: *Cadernos do cárcere*, vol. I, 2001, p. 94.

*mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. Mas como cada indivíduo singular conseguirá incorporar-se no homem coletivo e como ocorrerá a pressão educativa sobre cada um para obter seu consenso e sua colaboração, transformando em “liberdade” a necessidade e a coerção?*¹⁵⁰

Há um coro que advoga que o papel do Estado na organização da sociedade vem diminuindo nos últimos 30 anos, resultado do fenômeno da “globalização”. Se por credulidade no discurso que se tornou dominante na mídia, no mundo acadêmico e outros espaços importantes de construção de consenso ou por defesa do projeto do “Estado mínimo”, fato é que as considerações que Gramsci fez a respeito dos papéis dos aparelhos de Estado para o início do século XX continuam pertinentes para entendê-los cerca de um século depois. Pelo exposto até aqui, fica evidenciado o quão o Estado é importante em suas atribuições a fim de manter o poder político e econômico das classes dominantes e submeter os grupos subalternos, e não apenas no que se refere diretamente a suas atribuições coercitivas, mas também naquilo que concerne à incitação do conformismo à situação social que favorece os grupos dominantes.

Sociedade civil e sociedade política não podem deixar de atuar intrinsecamente articuladas para garantir a reprodução do capital. As políticas públicas são sempre fruto de conflito entre as várias frações de classe e seus projetos. Quando um desses projetos se sobrepõe – através do consentimento ou outras soluções – há a necessidade de levá-lo adiante na esfera da sociedade política, a fim de nacionalizá-lo. O poder emana das relações de produção na sociedade civil e se efetiva a partir dos aparelhos de Estado. Os aparelhos privados de hegemonia não se opõem ao Estado, mas o constituem.

Com o surgimento do movimento piqueteiro, no entanto, podemos observar uma ressignificação do processo de inscrição territorial. Primeiramente, pelo fato de colocar as demandas dos grupos subalternos organizadas em torno do ponto de vista de classe. A inscrição territorial piqueteira se faz em base de espaços de vida coletiva permanente e a uma experiência vivida onde se forja uma determinada consciência social, onde surge a disposição de se atuar como classe.¹⁵¹ Isso podemos afirmar para todas

¹⁵⁰ Antonio Gramsci, op. cit., 2000, p. 23.

¹⁵¹ Cf. Miguel Mazzeo, op. cit., 2004.

organizações piqueteiras e no terceiro capítulo voltaremos falar disso com mais detalhes.

As organizações piqueteiras emergem conformando um movimento de *resistência* à forma de sociabilidade que vai se moldando amparada nos princípios neoliberais e na reorganização dos espaços de trabalho, contra esse novo homem-coletivo que esteja o mais apto possível a um novo modelo de acumulação. Para uma parcela do movimento piqueteiro, majoritária, trata-se de resgatar o maior número possível de elementos que constituíam a sociedade salarial que alguns conheceram em sua própria experiência e outros possuem apenas uma memória transmitida pelas gerações passadas. Para outra parcela do movimento, minoritária, a (re)construção de uma nova subjetividade remete a um questionamento radical de toda forma de sociabilidade gestada no sistema do capital.

Estamos de acordo com Ana Dinerstein quando esta destaca que as lutas empreendidas pelas organizações piqueteiras contra as formas de dominação do capital sobre o trabalho que vêm se desenvolvendo desde a década de 1970 e se aprofunda nos anos 90 questionam definitivamente a idéia de que a subjetividade dos trabalhadores desempregados esteja condenada a ser algo residual.¹⁵²

Esses espaços de subjetivação e construção de relações sociais proporcionados pelas organizações piqueteiras, sob nosso ponto de vista, ressignificam a relação entre desemprego e estranhamento nas sociedades capitalistas, comprovando que situações tais como abaixo definidas por Ramim Ramtin , podem ser alteradas:

Para os permanentemente desempregados e desempregáveis, a realidade da alienação significa não somente a extensão da impotência ao limite, mas uma ainda maior intensificação da desumanização física e espiritual (...). O aspecto vital da alienação deve-se ao fato de que a impotência está baseada na condição da integração social pelo trabalho. Se essa forma de integração social está sendo crescentemente prejudicada pelo avanço tecnológico, então a ordem social começa a dar claros sinais de instabilidade e crise, levando gradualmente em direção a uma desintegração social geral.¹⁵³

¹⁵² Cf. Ana Dinerstein, Recobrando la materialidad: el desempleo como espacio de subjetivación invisible y los piqueteros In: *Herramienta*, n 22, www.herramienta.com.ar, acessado em 18/04/2005.

¹⁵³ Ramim Ramtin, A note on Automation and alienation In: Jim Davis et alli. *Cutting Edge: Technology, Information, Capitalism and Social Revolution*, Londres/Nova Iorque: Verso, 1997, Apud: Ricardo Antunes, op. cit., 2006, pp. 132-133.

Com relação às organizações autônomas, esse processo de ressignificação é mais profundo, ao construir uma crítica que vai para além do tema do desemprego, estendendo-se ao próprio trabalho subsumido pelo capital. Como criar novos valores, como construir um novo sujeito, que não seja esmagado pela fragmentação imposta pelas relações sociais que estruturam as sociedades capitalistas? A partir da humanização do processo de trabalho? Dividimos com Heller a opinião de que uma inclinação positiva para essa última indagação requer certa cautela.

Sem dúvida, a humanização da organização do trabalho é condição *sine qua non* para a constituição de uma subjetividade não estranhada. Porém, não é concebível para a sociedade contemporânea que se torne o ponto nevrálgico da problemática que propõe uma ruptura radical com a subjetividade estranhada capitalista, expressa em nosso cotidiano ou nos momentos que se elevam acima deste. Posto desta forma, “el programa central de la humanización de la vida, incluso en lo relativo al trabajo, se sitúa *fuera del proceso de trabajo*: en la ‘participación’ real – y no manipulada -; en la democracia dentro de las empresas; en la opinión pública que va configurándose en los lugares de trabajo, etc.”¹⁵⁴

Avaliamos que esses espaços de participação real são estimulados nas organizações piqueteiras autônomas, que tentam estabelecer as atividades do trabalho territorial de forma autogestionável, em que a cada semana (mais ou menos, variando de acordo com a organização) tudo o que se refere à disposição destes trabalhos é colocado em discussão aberta nas assembléias, onde a isegoria, que não é apenas *liberdade* de fala, mas *igualdade* de fala, é um princípio irremovível.

Nossa análise também nos sugere que no caminho dessa luta política de classe que deseja construir novos valores – e não apenas resgatar antigos – que embasem uma nova subjetividade, porque os indivíduos que a levam em frente sentem-se de alguma forma desconfortáveis com o papel social imposto pela divisão social do trabalho combinada com a propriedade privada, as organizações autônomas proporcionaram âmbitos de sociabilização que têm o potencial de ir construindo uma nova relação indivíduo-comunidade em patamares distintos daquela que vinha se desenvolvendo entre os grupos subalternos nos grandes centros urbanos argentinos, que se distancia do utilitarismo extremo, do oportunismo, da resignação e do conformismo.

¹⁵⁴ Agnes Heller, La teoría marxista de la revolución y la revolución de la vida cotidiana In: *La revolución de la vida cotidiana*, 1998, p. 24.

Isso não quer dizer, entretanto, que se constituiu uma relação indivíduo-comunidade em que se superou a fragmentação do sujeito, sua relação estranhada com o objeto. Tal ordem de suprassunção é impossível em uma sociedade capitalista. Uma série de contradições permanece – umas são detectadas pelo próprio indivíduo, que mostra esforço em superá-las, outras passam despercebidas. Além disso, essa transformação na relação com a comunidade não corre para todos os integrantes das organizações de trabalhadores desempregados argentinos.

Nos quitando la cultura, nos han sacado la información y nos han sacado la posibilidad de aprender. Entonces, también somos gente que vivimos en este sistema, son muy pocos los van a querer leer, por ejemplo, o tomar apuntes. Cualquiera compañero que usted vea en esta organización, no se verá por hacer esas cosas, le huye, es muy difícil hacerlo leer. O sea, bueno, es una batalla que los tipos nos han ganado, [sobre la cultura], es una batalla ideológica que no han ganado... Venimos de una derrota de la década de 70 muy grande, cuando nos han derrotado ideológicamente más que militarmente. O sea, eso va a costar, va a costar mucho remontarlo. Va costar muchas luchas, muchos años, no va a ser una cosa fácil. (...)

Cuesta, cuesta mucho porque estamos tratando de cambiar algo que lleva cientos de años en diez años. Venimos con una desventaja bárbara. Pero, bueno, seguimos empujando, ¿no?, viendo como se concreta eso. Y venimos aprendiendo, porque muchos de nosotros, la única militancia que tiene es esta, el MTR; no tuvo militancia antes. Acá hay muy pocos compañeros que tienen. Me sobran en los dedos de una mano para... También venimos aprendiendo sobre los errores que cometemos. Venimos viendo cuales son los errores, como los mejoraba, a veces caímos en los mismos errores, pero bueno, esa es la clase de... de militantes que hay en esa organización, gente que también viene aprendiendo en el camino.¹⁵⁵

Yo a veces les cuestiono “¿por que no me dicen las cosas, o como son las cosas?”, y muchas veces me dijeron “porque no lo tenés que saber ahora. Si la sabés ahora y no la vivís, no lo vas entender”. Hubo ciertas cosas que a mí no me dijeron, ¿viste?, y yo les decía “¿por que nunca me dijeron eso?”; “Porque tenías que vivirlo, tenías que pasarlo, es la única forma que te den un click las cosas” y... Bueno, sí, me tuvieron que pasar porque sino de otro modo no... no fue así. Y es una constante pelea, no termina, la pelea con uno mismo no termina, es impresionante. Todo lo que decía el Che sobre el hombre nuevo y todo eso no es de un día. No es que un día algo te lo cambió la cabeza y cambiaste... No, todo día es un problema... A mí se me nota diez veces mal porque vengo de una práctica totalmente contraria. Yo era miembro de... uno de los cinco miembros del comité electoral para el PJ de Argentina, acá en Florencio Varela.¹⁵⁶

¹⁵⁵ Entrevista a militante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008.

¹⁵⁶ Entrevista a militante do MTR, concedida a nós em março de 2008.

Cuando la cosa se empeora, se empeora, se empeora, me anoto en la segunda etapa de las cooperativas de vivienda. Se iba a cerrar algunas porque... los compañeros no querían trabajar, no entendían la situación, no entendían que ellos tenían que tomar las decisiones en conjunto, siempre esperaban que haya un capataz, un patrón, o algo por el estilo. Nosotros no queríamos ese tipo de situación y no se entendió, no hubo caso, y empezaron a fracasar las cooperativas de la vivienda. La gente iba una o dos horas ya que el tal era su propio patrón, después no querían trabajar y un montón de cosas así, y querían cobrar, cobrar, cobrar. Se terminaron cobrando todo el dinero al [...], les faltaban cosas por terminar, que nunca las terminaron, ¿entendés?¹⁵⁷

Acá en los barrios se ven claramente los destrozos que deja esto en las personas, en la comunidad, en los valores. Porque creo que el capitalismo ha generado valores, por ejemplo, el de “progresar”, el de tener ciertos status, “ser alguien”, como decimos muchas veces. Y ser alguien significa tener cosas. Esas son las maneras en que se vive el capitalismo. A pesar de que hay mucha pobreza, en Solano hay mucha gente que vive de esos valores. La misma religión afirma que uno siendo bueno, teniendo conducta, tiene la oportunidad de salir adelante. Está el convencimiento de que si no sos nadie es porque no estudiaste, no quisiste; o sea, lo mismo se repite hasta en la culpa. Muchos llegan a una determinada edad y sienten que su vida ha sido un rotundo fracaso. Y todo pasa por el individuo, ahí es donde están latentes los valores capitalistas. Es una tensión constante en nuestra organización el hecho de plantear un proyecto que habla de lo comunitario, del esfuerzo común, de que liberarnos no es hacernos ricos, sino que la riqueza y la felicidad pasan por otros valores. Sin embargo, creo que van surgiendo nuevos valores, o valores que estaban de laguna manera incorporados pero muy garroteados, muy azotados por todo lo que se vive. En muchos lugares del interior no hay que hacer demasiado esfuerzo porque la comunidad – lo grupal, lo colectivo – pasa por algo casi necesario para sus vidas. Acá se nos ha convertido en algo sumamente difícil encontrar ámbitos donde se supere aquello de que “la solución la voy a encontrar solo”.¹⁵⁸

O feito do movimento piqueteiro foi justamente construir pontes (e reconstruir outras pontes) que pudessem levar à uma vontade política de constituição efetiva de uma comunidade de conteúdo axiológico positivo, em que indivíduo e comunidade não se encontrem mais contrapostos, mas que o indivíduo encontre em sua comunidade condições ótimas para a explicitação de sua individualidade.

¹⁵⁷ Entrevista a militante do MTR, concedida a nós em março de 2008.

¹⁵⁸ MTD Solano & Colectivo Situaciones, op. cit., 2002, pp. 38-39.

Capítulo 3. Que classe de gente é essa?

I. Os culpados e os piqueteiros

Vimos nos capítulos anteriores como uma fração dos grupos subalternos se organiza em um movimento social na Argentina que exprime de forma bastante complexa as tensões que emergem quando as classes dominantes lançam mão de diversas estratégias de dominação que têm por objetivo reorganizar o cotidiano dos cidadãos de forma radical, instalando um novo padrão de sociabilidade.

O mito do *self-made man* é próprio do capitalismo, mas em tempos de profunda precarização das condições de trabalho, desemprego massivo, e pauperização crescente, parece adquirir nova força de contenção social a favor do capital. Richard Sennett¹⁵⁹ sustenta que o “fracasso” é um dos grandes tabus da contemporaneidade e em sua obra *A corrosão do caráter*, discorre sobre como um grupo de trabalhadores estadunidenses (especificamente do Vale do Silício, da empresa IBM, que já foi um símbolo do “capitalismo paternalista” e se transformou em um símbolo do capitalismo flexível frente às quedas nos lucros enfrentadas desde meados dos anos 1980.) enfrentou a questão. Num primeiro momento, a culpa seria da empresa e de sua administração

¹⁵⁹ Cf. Richard Sennett, *A corrosão do caráter*, 2004.

maquiavélica; num segundo momento, a responsabilidade recairia sobre o mercado de trabalho global e num terceiro momento, a culpa seria deles mesmos, que fracassaram e se acomodaram ao não agarrar as oportunidades que se apresentavam a eles para tomarem as rédeas dos rumos de suas próprias vidas e se tornarem empresários, ao modelo do vale do Silício. Sennett toma esta alternativa como a mais honesta, mesmo exigindo um alto custo – o reconhecimento do fracasso. Entretanto, somos da opinião de que nenhuma destas três alternativas é honesta, porque esse suposto “fracasso” não pode ser descontextualizado da ideologia liberal.

Mesmo quando o desemprego é entendido por aqueles que dele padecem como um produto mais de uma situação social generalizada – como no caso argentino na década de 1990 e início da de 2000 quando os índices de desemprego atingem os píncaros e pode ser entendido como uma epidemia social – do que por uma deficiência pessoal, a solução para o problema era sempre vista de uma perspectiva individual. Na Argentina, o máximo que existia em termos de socialização do problema era através de grupos de auto-ajuda para que os desempregados não afundassem sua auto-estima, porém, a saída dessa situação era visualizada dentro desses grupos ainda como um “cada um por si” no mercado de trabalho, e o discurso de auto-valorização introjetado não visava nenhuma ação política.

Um estudo de Gabriel Kessler publicado em 1996, isto é, provavelmente escrito antes do estalido de General Mosconi, e muito antes da proliferação das organizações piqueteiras pelo país, sobretudo na Grande Buenos Aires, infere sobre algumas conseqüências subjetivas do desemprego para o indivíduo e sua família na Argentina. A respeito da caracterização do desemprego como questão social e a busca por uma resolução individual, Kessler sustenta:

Entonces, riesgo colectivo, pero desocializado en dos aspectos. Por un lado, porque salvo en los casos de despidos masivos de una misma fuente de trabajo, dificilmente da lugar a acciones colectivas. No parece posible imaginar una acción de masas tendiente a una solución general; por el contrario, la relación en el mercado entre los desempleados en tanto buscadores de empleo sería la de una potencial competencia por puestos escasos. Pero, por otro lado, la desocialización del riesgo se expresa en su forma más cruda por la carencia de protección social que conforma un estado que algunos llaman de ‘desamparo social’, definido como la sensación de que

*“hoy la sociedad toda te dijera buenos, te tocó a vos, si te morís, qué le vamos a hacer”.*¹⁶⁰

Nesse artigo, Kessler observa, no entanto, que ainda que a extensão do desemprego sobre diversos setores da população tornasse difícil a legitimidade de um discurso culpabilizante behaviorista, através da identificação do desemprego como problema coletivo, os questionamentos acerca da “parte da responsabilidade individual” não cessavam de emergir recorrentemente, tanto por parte do indivíduo que se encontra desempregado quanto por parte de alguém de seu convívio. Muitas vezes, essa busca pela “responsabilidade individual” aparecia de forma indireta, quando se tributava o desemprego a uma “seleção social” por parte das empresas, que transforma algumas características e atributos pessoais em grandes obstáculos para a inserção no mercado de trabalho. A idade “avançada” (acima de 40 anos) foi apontada como empecilho principal, mas com frequência os entrevistados da pesquisa de Kessler também apontavam as dificuldades que podiam trazer à disputa no mercado de trabalho, o fato de ter filhos ou uma aparência que não se encaixasse no padrão determinado de beleza (como por exemplo, excesso de peso ou traços pronunciadamente indígenas).

*Algunos de estos ‘obstáculos’ no son novedosos, ni tampoco se puede aseverar su peso real en los problemas de empleabilidad de los casos encontrados, pero interesan por su influencia en el desencadenamiento de procesos de estigmatización y autoestigmatización, mediante la construcción de hándicaps de los más diversos.*¹⁶¹

Outras tantas vezes a auto-culpabilidade se expressava de maneira mais contundente, manifestando-se através de arrependimentos de atitudes tomadas no passado que agora representariam importantes barreiras para conseguir um posto de trabalho. Havia os que lamentavam a não realização ou abandono dos estudos e aqueles que questionavam os rumos que deram a suas trajetórias de trabalho. Entre estes, poderíamos encontrar os que nutriam remorsos por terem renunciado a empregos antes considerados inconvenientes e que no presente são mais valorizados, ou os que se reprovariam por não haverem se adaptado a determinadas mudanças operadas no seu campo de trabalho no mesmo momento em que, mediante a capacitação, teria ocorrido a construção de cenários laborais futuros. Kessler também destaca dentro desse fenômeno

¹⁶⁰ Gabriel Kessler, *Algunas implicancias de la experiencia de desocupación para el individuo y su familia* In: Luis Beccaria & Néstor López, op. cit., 1996, p.117.

¹⁶¹ Gabriel Kessler, op. cit., p. 123.

de “arrependimento retrospectivo” um grupo de pessoas cuja participação sindical, em comissões internas, ou apenas o feito de serem “questionadoras” em demasiado, teria causado problemas de inserção no mercado de trabalho, e que se perguntavam se uma moderação maior no passado não as teria poupado do estado de precarização laboral que enfrentavam no presente.

Héctor Toty Flores, liderança do MTD La Matanza, ressaltava que nas primeiras reuniões do MTD, o tema da culpa aparecia frequentemente e estava presente em cada ato do cotidiano dos desempregados argentinos, que foram expulsos do mercado de trabalho ou por serem velhos demais, ou jovens demais, sem experiência, por ser mulher, por ser estrangeiro, por não ter estudado o suficiente, por ser estudante... Toty Flores considerava que a auto-culpabilidade era algo que deveria ser imediatamente trabalhado pelo movimento, dado que

Era la culpa la que impedía organizarse con otros para, entre todos, encontrarles solución a los problemas. Era la culpa la que dificultaba identificar a la desocupación como un problema social. Era la culpa la que permanentemente nos convencía de que ‘somos inútiles’, que ‘no servimos para nada’, que ‘sufrimos miseria porque queremos’, con lo cual, la condición de excluido se instalaba en nuestra subjetividad y condicionaba todo nuestro accionar, en la vida personal y también en la participación de cualquier grupo social, ya que el quiebre de la autoestima conspiraba contra la integración, en igualdad de condiciones, con los demás componentes del grupo.¹⁶²

Por mais que possamos encontrar algumas contraditoriedades entre a análise de Kessler e a de Toty Flores, no que diz respeito à qualidade e ao grau de culpa que o indivíduo atribui a si mesmo por sua condição de desempregado, é notório que em ambas as apreciações a auto-culpabilidade pode ser vista como elemento essencial para a desmobilização social.

A novidade da organização dos trabalhadores desempregados na Argentina no trato com a culpa não é a identificação do desemprego como um problema social, pois de acordo com as entrevistas trabalhadas por Kessler, tal assimilação não fez com que os desempregados buscassem soluções conjuntas para a questão. Desta maneira, para a organização destes trabalhadores é necessário outro passo, que está posto na avaliação do inimigo com o qual se deve combater para escapar dessa situação de extrema

¹⁶² Héctor Toty Flores, *De la culpa a la autogestión: un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*, 2005, p.15.

precarização: em vez de a luta se dirigir no plano meramente individual da concorrência entre trabalhadores no mercado de trabalho, qualificam como responsáveis pelas agruras por que passam – corretamente ou não – o Estado, as grandes organizações financeiras, os grandes conglomerados que adotaram a organização da “empresa enxuta”, o neoliberalismo ou mesmo o capitalismo, e é contra estes que uma ação conjunta do desempregados deve se voltar contra a fim de recuperar antigos direitos e / ou lutar por novos. Há a compreensão, neste caso, de que se lançar no jogo da competição intra-classe é uma resposta fatalista e resignada às transformações postas em curso pelos projetos de hegemonia burguesa, que não coloca em questão o processo de precarização do trabalho.

*Los desempleados (...) no somos responsables de nuestra situación. La desocupación es propia del sistema capitalista, que mantiene una masa de trabajadores sin empleo como presión sobre los trabajadores en actividad para bajar salarios y eliminar las conquistas obreras en aras de aumentar la productividad (es decir, la explotación). (...) El desempleo es, en primer lugar, el resultado de la liquidación de las conquistas laborales más elementales (la llamada flexibilización laboral) (...). El desempleo tampoco es el resultado del “desarrollo tecnológico”, en principio porque la inversión en tecnología ha sido ínfima. De todas maneras, el avance tecnológico debe traer aparejado el alivio del trabajo humano y, por lo tanto, el mejoramiento de las condiciones de vida de los trabajadores (...). Tampoco es la supuesta falta de capacitación la razón de los despidos.*¹⁶³

ou

*(...) el MTR es un movimiento social, pero con intencionalidad política. Y esto es así porque nos dimos cuenta de que la desocupación no es un castigo divino ni un problema del azar, sino el producto de una política deliberadamente ejecutada. Y esto es así, es indudable que la desocupación no puede revertirse si nos es a través de otra política, que por supuesto hay que organizar.*¹⁶⁴

Interpretamos que tal perspectiva a partir da condição de desemprego foi uma das novidades positivas que o movimento piqueteiro aportou para a configuração da arena da luta de classes contemporânea, i. e., uma perspectiva de classe que se constrói no contexto de mais extrema fragmentação social.

¹⁶³ Declaración de principios del FUTRADE (Frente Único de Trabajadores Desocupados) de La Matanza (agosto, 2001) In: Luis Oviedo, *Una historia del movimiento piquetero: de las primeras Coordinadoras al Argentinazo*, 2004.

¹⁶⁴ Excerto de participação de Roberto Martino, integrante do MTR, no Seminário organizado pelo **Centro de Estudios de Estado y Sociedad** (CEDES) a 5 dezembro de 2002 a respeito das novas formas associativas conformadas na Argentina, In: Inés Gozález Bombal (org.), op. cit., p. 171.

Sabemos que os grupos subalternos, na acepção gramsciana, abrangem um vasto contingente de indivíduos ou movimentos que não constituem rigorosamente uma classe. Marcados por uma acentuada heterogeneidade social, os subalternos caracterizam-se por uma consciência política imatura e desagregada¹⁶⁵. Suas ações tendem à unificação, mas sempre de forma episódica, provisória, e são permanentemente rompidas pelas iniciativas das classes dominantes. A idéia de subalternização implica, obviamente, a situação de hegemonia e de dominação de determinados grupos sociais sobre outros¹⁶⁶.

Gramsci distinguia três momentos nas relações de forças políticas:

O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo; um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros de um grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupos meramente econômicos, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. (...) O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”¹⁶⁷.

Podemos dizer que o conceito de “grupos subalternos” refere-se a todos aqueles que sofrem a proletarização, ou seja, todos os produtores diretos que foram expropriados de seus meios de produção e são a partir de então constrangidos a vender sua força-de-trabalho para aqueles que concentram em sua posse os meios de produção, para em troca poderem receber uma remuneração em dinheiro, o salário, a fim de

¹⁶⁵ Cf. Antonio Gramsci, Caderno 9: Risorgimento Italiano e Caderno 25: às margens da história (História dos grupos sociais subalternos) In: *Cadernos do cárcere*, vol. V, 2002.

¹⁶⁶ Cf. Isabel Monal, Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos In: Carlos Nelson Coutinho & Andréa de Paula Teixeira, *Ler Gramsci, entender a realidade*, 2003.

¹⁶⁷ Antonio Gramsci, Caderno 13: Breves notas sobre a política de Maquiavel In: *Cadernos do cárcere*, vol. III, 2000, p. 41

adquirir o que seria necessário à sua sobrevivência estritamente através do mercado. Os grupo subalternos podem ocasionalmente se unirem de forma parcial, em torno de algumas demandas pontuais, no nível econômico-corporativo. Ou se organizarem de um ponto de vista de classe, a partir do momento em que se estabelece uma solidariedade de interesses do grupo como um todo, interesses que podem continuar tanto no plano meramente econômico, que se movem na ampliação de direitos dentro do marco legal existente, quanto evoluírem e alcançarem um momento ético-político, o que inclui, além das lutas civis e econômicas, a construção de projetos de sociedade futuros.

Porém, em que nos podemos basear para dizer se determinado grupo conforma ou não uma classe? Recorreremos a E. P. Thompson, para quem a análise de constituição de classe deve buscar articular as relações entre as determinações materiais da experiência de classe e os elementos culturais que conformam seus sistemas de valores, de crenças, tradições, formas institucionais etc.

(...) as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós de interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vinco pois a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real.¹⁶⁸

De nosso ponto de vista, o que expusemos sobre o movimento piqueteiro até aqui nessa dissertação permite-nos afirmar que no dia-a-dia dos espaços de sociabilização estabelecidos pelo movimento constrói-se uma identidade de classe e podemos concluir que é um movimento de trabalhadores, mas que se encontra fora ou muito mal situado no mercado de trabalho.

Diante dessa composição social diversificada, que excederia o sujeito do desempregado “clássico”, autores como Massetti opinam que o mais correto seria identificar o movimento como um movimento de pobres urbanos, “los sectores provenientes de la pobreza de los grandes centros urbanos com fuerte experiencia organizativa en asentamientos”.¹⁶⁹ A aproximação entre piqueteiro e desempregado conteria, a seu ver, uma explicação da pobreza como falta de trabalho, e esconderia um

¹⁶⁸ E. P. Thompson, *Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”* In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, 2002, p. 274.

¹⁶⁹ Astor Massetti, op. cit., 2004, p. 78.

fenômeno de “politização da pobreza” urbana, i. e., entender-se-ia a pobreza não mais como um experiência individual, mas “como un proceso de ‘explicación’ de lo urbano, en el cual se define lo urbano como una cuestión colectiva”.¹⁷⁰ Critica trabalhos como o de Svampa e Pereyra – *Entre la ruta y el barrio* – por tender à homogeneização dos sujeitos sociais que conformam o movimento piqueteiro ao reconhecer basicamente dois tipos de sujeitos dentro deste: os desempregados que são ex-empregados de empresas públicas privatizadas ou da administração pública e aqueles que seriam “desempregados territoriais”, “novos pobres”.

Por mais inadequada que fosse a caracterização destes dois autores, cabe perguntar a Massetti e outros que compartilhem de sua visão: definir esses atores sociais como “pobres” elimina a homogeneização desses sujeitos? Aliás, não se sabe em qual das muitas definições de pobreza Massetti está se ancorando. Para nós, entretanto, qualquer uma delas é reducionista e despolitiza o conflito trabalho x capital, essencial para entender as experiências de vida que compartilham essa fração extremamente precarizada dos grupos subalternos, as quais desvendamos em boa medida no capítulo anterior.

Até por quê, se pobreza não é mesmo sinônimo de falta de trabalho, sem dúvida, em uma sociedade de afluência como a capitalista, está relacionada à dinâmica da luta entre capital e trabalho.

Podemos observar no capítulo anterior como indivíduos que vieram a integrar as organizações piqueteiras formulam um novo sentimento de pertencimento: não são mais apenas vizinhos de um bairro lutando por melhores condições de vida – reconhecem-se vizinhos e têm sua organização fincada nos bairros em que moram, mas lutam como parte de um grupo maior, um grupo de trabalhadores. Percebemos também como se vem superando elementos geradores de identidade negativos, como a miséria e o medo, em detrimento da construção de elementos positivos ao redimensionar o papel político daqueles indivíduos que se inserem tortuosamente no mercado de trabalho – desempregados, desempregáveis, virtualmente desempregados...

Assim, vivendo suas relações de produção, “segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do ‘conjunto de suas relações sociais’, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas

¹⁷⁰ Astor Massetti, *idem*, p. 8.

experiências em nível cultural”¹⁷¹, aquela fração dos grupos subalternos que se organizou nos movimentos piqueteiros construíram uma consciência de oposição interesses entre *nós* – que ultrapassou os limites meramente econômico-corporativos – e *eles*. A seguir, podemos constatar como se definem nos documentos escritos produzidos pelos próprios movimentos as identidades de interesses, assim como as oposições.

La denominación de Popular se corresponde con la valoración de que en nuestro país (y en el mundo) las grandes transformaciones producidas en la economía capitalista en las últimas décadas, con la generación de “los abandonados”(caracterizados como poblaciones excedentes), con la aparición de cuentapropistas y pequeños propietarios que son asalariados encubiertos y profesionales proletarizados, que establecen nuevas formas de vinculación con la explotación capitalista y por otro lado capas gerenciales y burocráticas que sin ser dueños de los medios de producción comparten los beneficios del sistema, se han producido cambios que debemos considerar cuando pretendemos caracterizar al sujeto de las grandes transformaciones sociales.

Este sujeto ya no puede limitarse a la clase obrera ocupada formalmente, sino que abarca a un conjunto de sectores sociales que son víctimas directas o indirectas del capitalismo y que solo pueden realizarse como tales en tanto protagonicen cambios revolucionarios, por lo que decimos que el sujeto es plural o multisectorial, y lo denominamos como pueblo trabajador, o como pueblo. Este reconocimiento de la pluralidad del sujeto no atribuye todos los sectores el mismo peso estratégico, ya que reconocemos potencialidades diferentes de acuerdo al lugar que ocupan en la producción, sus posibilidades de acumular triunfos y organizarse, desde sus dimensiones cuantitativas y desde su experiencia de lucha.

*(...) Decimos que es un **movimiento social y político**, porque para nosotros las luchas sociales y políticas no son compartimentos estancos. Pensamos que toda lucha social es política y que no hay lucha política sin carnadura social. Valoramos a la conciencia política y a la conciencia de clase como procesos, y no como objetos que se introducen artificialmente desde afuera por intelectuales esclarecidos.*¹⁷²

Esta contundente respuesta donde estuvimos todos, desmiente las maniobras, intrigas y operaciones del gobierno nacional para dividirnos. Es más: no solo no pudieron dividir la unidad piquetera, sino que unificamos nuestros reclamos con docentes y estudiantes universitarios, todos los gremios en lucha, y los trabajadores y trabajadoras de la Salud, encabezados por los del Hospital Garrahan.

(...)
La lucha sostenida de los trabajadores desocupados por el trabajo, la universalización y el aumento a \$350, los \$1800 de salario básico que

¹⁷¹ E. P. Thompson. op. cit., 2002, p. 277.

¹⁷² Frente Popular Darío Santillán, *¿Qué es el Frente Popular Darío Santillán*, 10/02/2007, In: Portal Frente Popular Darío Santillán, www.frentedariosantillan.org, acessado em 22/01/2008.

reclaman los trabajadores del Garrahan, y el reclamo salarial de las 39 universidades nacionales en todo el país, le cambió la agenda a las clases dominantes y sus candidatos electorales.

(...) Jamás dejaremos de luchar, ni renunciaremos a ningún método de lucha histórico de los trabajadores, mientras en nuestro país hay mas de cuatro millones de desocupados, 18 millones de argentinos viven bajo la línea de pobreza, 75 niños mueren por día por causas evitables, y el salario promedio no alcanza la mitad de la canasta familiar.¹⁷³

Estas batallas, como la de los sacrificados piquetes y huelgas de los municipales, petroleros y desocupados de la provincia del presidente Kirchner, Santa Cruz, hoy perseguidos y encarcelados, son nuestras propias batallas. Creemos que la nuestra, la de los desocupados, lo es también de todos los sindicatos y de todos los trabajadores argentinos. Somos una sola e indivisible clase obrera a la que se busca fragmentar para mejor explotarnos. (...)

La tregua de las centrales sindicales con el gobierno no ha servido a la recuperación del salario y de las conquistas sociales sino lo contrario, acompaña su confiscación, convalidando un descenso histórico en los ingresos de ocupados, jubilados y desocupados, convalidando el trabajo en negro y la superexplotación obrera. Los triunfos de las grandes luchas de fabricas o gremios, en muchos casos encabezadas por nuevas direcciones obreras, que rompen parcialmente el cepo salarial, coloca la necesidad de un plan de lucha común de toda la clase trabajadora, ocupados y desocupados. Esto sería un arma imbatible para realizar todas nuestras reivindicaciones, así como para confluir con otros sectores explotados en lucha, como los estudiantes, ahorristas, deudores hipotecarios, los que resisten desalojos y otros que toman las calles por sus reclamos.¹⁷⁴

Em diversas ocasiões, através de pronunciamentos, manifestações, entrevistas etc., as organizações piqueteiras demonstraram uma reivindicação de pertencimento à classe trabalhadora como um todo ao colocar em evidência planos de luta que são de interesse de desocupados e de (por ora) ocupados, como a questão da redução da jornada de trabalho, do reajuste do salário mínimo, do estabelecimento de um seguro desemprego, ou dos cortes nos salários de funcionários públicos.

¹⁷³ *Documento de la unidad piquetera*, 03/09/2005, firmado por: CCC, Polo Obrero, MTD Anibal Verón, Fte Pop. Dario Santillán, FTC Nacional, MST Teresa Vive, Mov 29 de Mayo, FTC Mesa Nacional, CUBA- MTR, MTR 12 de abril, MTL Rebelde, UTL, MTR La Dignidad, MTL, UTP, Bloque Obrero y Popular, MAR, MOTOR, Mov. Carlos Almirón, MTD Claypole, MCM, MTD 1 de Mayo, CTD Anibal Verón, MTR Santucho, TODU. Extraído de Nexos, nexos.unq.edu.ar, acessado em 13/03/2006.

¹⁷⁴ *Documento del movimiento piquetero para en Plan nacional de lucha del 2 de agosto*, 02/08/2005, firmado por: CCC, Polo Obrero, MTD A. Verón, Frente Pop. Darío Santillán, FTC Nacional, MST Teresa Vive, Mov. 29 de Mayo, FTC Mesa Nacional, CUBA-MTR, MTR 12 de abril, UTL, MTL, MTR La Dignidad, UTP, Bloque Obrero y Popular, MTL Rebelde, MAR, Mov. C. Almirón, MOTOR, MTD Claypole, MCM. Extraído de Nexos, nexos.unq.edu.ar, acessado em 13/03/2006.

*No a los despidos. Reparto de las horas de trabajo sin disminuir el salario. Nos expresamos por la unidad en la lucha de los trabajadores ocupados y desocupados, rechazando los decretos de rebaja salarial a los compañeros docentes y estatales.*¹⁷⁵

*Los aquí reunidos declaramos que nuestros reclamos son nuestros derechos. Que un subsidio al desocupado no es una dádiva, es un derecho, porque es este régimen el que está obligado a darnos trabajo e, si así no fuera, no tiene razón de ser. No se nos escapa que los planes de empleo son instrumentados como un mecanismo para hacer bajar aún más el salario del trabajador activo y, al luchar por ellos, lo hacemos con la perspectiva de arrancar trabajo, lograr la efectivización plena y liquidar la precariedad laboral.*¹⁷⁶

*Los movimientos que adherimos a este acto, apoyamos activamente muchas de las peleas de los ocupados, y sobre todo, resistimos los intentos del gobierno de usarnos como carneros para bajar el salario de los trabajadores. Estamos orgullosos de esta resistencia, y queremos dar un paso más: unirnos en un solo movimiento con nuestros hermanos de clase, bajo una bandera común: por la jornada de seis horas, para trabajar menos y trabajar todos. (...) Consientes de que los terribles índices de desocupación son utilizados por el gobierno y toda la patronal para mantener salarios miserables, aumentar la flexibilidad laboral y sostener este modelo de hambre y miseria, desde un comienzo hemos concebido nuestra lucha, como una única lucha junto al resto de los trabajadores ocupados y el pueblo contra los planes de ajuste de los gobiernos y el FMI. Solo volveremos a recuperar el trabajo para millones a partir de una gran lucha de toda la clase trabajadora.*¹⁷⁷

Llevemos juntos los reclamos: \$350 y universalización de los planes de empleo. Prohibición de despidos y suspensiones. Incorporación a planta permanente de todos los Jefes y Jefas de Hogar que se desempeñan en la función pública.

Salario equivalente a la canasta familiar, indexado por la inflación. Incorporación al básico de todas las sumas en negro o no remunerativas, tanto en el estado como en las empresas privadas.

Anulación de la flexibilidad laboral. Respeto y reducción de la jornada laboral de 6 horas sin afectar el salario. Plan de obras públicas contratando trabajadores desocupados por bolsas de trabajo bajo control de todas las organizaciones de trabajadores. Liquidación del trabajo en negro.

¹⁷⁵ Programa Aprobado en el I Encuentro de Trabajadores Desocupados de Neuquén, maio de 1996, In: Luis Oviedo, op. cit., 2004.

¹⁷⁶ Llamamiento del I Congreso de Trabajadores y Desocupados del Norte de Salta, dezembro de 2000, In: Luis Oviedo, idem.

¹⁷⁷ 6 horas: Declaración leída por las organizaciones piqueteras, 04/11/2004, firmado por: FTC Nacional, MST "Teresa Vive", MTL, MTR-CUBa, UTL, MP 29 de Mayo, UTP, MTR La Dignidad, Barriadas del Sur, Movimiento 26 de Junio, MTD Claypole. Extraído de Nexos, nexos.unq.edu.ar, acessado em 13/03/2006.

Jubilación del 82% del salario de la actividad. Reestatización de las AFJP's, bajo control de los trabajadores y jubilados, restituyendo los aportes patronales rebajados.

Libertad a los presos políticos, desprocesamiento a todos los luchadores.

El movimiento piquetero argentino se dirige a todos los trabajadores y sus organizaciones existentes, sindicatos y centrales obreras sin distinción, para proponer un plan de lucha común, porque entendemos que las luchas por el aumento de salario y condiciones de trabajo de los ocupados es la misma lucha que la de los trabajadores desocupados por trabajo, aumento en el monto y universalización de los planes sociales, la lucha contra el plan económico de este gobierno al servicio de las multinacionales y el FMI.¹⁷⁸

II. Trabalho, identidade e emancipação

As transformações operadas pelo fordismo no início do século passado levaram a que muitos observadores à época decretassem o fim do movimento de trabalhadores, como recorda Beverly Silver¹⁷⁹. Tais conclusões se baseavam no fato de as novas tecnologias e a nova organização da produção – fragmentadoras e ainda mais alienantes – terem tornado obsoletas as habilidades de grande parte dos trabalhadores sindicalizados (os qualificados, até então) e conseqüentemente terem diminuído o poder de barganha de mercado e possibilitado que os empregadores procurassem novas fontes de mão-de-obra, o que implicaria em uma classe trabalhadora dividida etnicamente e sob outras clivagens. “Foi apenas *post facto* – com o sucesso da sindicalização na produção em massa – que o fordismo passou a ser visto como algo inerentemente fortalecedor dos trabalhadores, ao invés de enfraquecedor”¹⁸⁰.

Destarte, apesar do impacto na subjetividade e em seu poder de barganha de mercado, o movimento de trabalhadores encontrou outras maneiras para medir relações de força com o capital e foi fortalecido. O que se convencionou chamar de pacto entre capital e trabalho sob a estrutura do Estado de bem-estar social não significa apenas a subordinação do proletariado pura e simplesmente, mas também denota certas concessões arrancadas às classes dominantes mediante muita luta por parte dos

¹⁷⁸ Documento del movimiento piquetero para en Plan nacional de lucha del 2 de agosto, 02/08/2005, firmado por: CCC, Polo Obrero, MTD A. Verón, Frente Pop. Darío Santillán, FTC Nacional, MST Teresa Vive, Mov. 29 de Mayo, FTC Mesa Nacional, CUBA-MTR, MTR 12 de abril, UTL, MTL, MTR La Dignidad, UTP, Bloque Obrero y Popular, MTL Rebelde, MAR, Mov. C. Almirón, MOTOR, MTD Claypole, MCM. Extraído de Nexos, nexos.unq.edu.ar, acessado em 13/03/2006.

¹⁷⁹ Cf. Beverly Silver, op. cit., 2005.

¹⁸⁰ Beverly Silver, op. cit., 2005, p. 24.

trabalhadores (concessões que, como vimos no primeiro capítulo, esbarram na necessidade de extrair mais-valor e de auferir lucros). As contradições dessa forma de relação entre capital e trabalho desenvolveram-se contínua e crescentemente, como é inerente a todas as configurações que assumem a subordinação do trabalho ao capital, ao imperativo de mercantilização das mais diversas esferas da vida social humana.

Conforme vimos anteriormente, as alterações na organização do trabalho e no papel do Estado que começam a se fazer sentir a partir da década de 1970 desferiram golpes duros sobre as formas de organização da classe trabalhadora, sendo que muitas dessas formas já vinham sendo questionadas entre os próprios trabalhadores. Também pode ser observado novamente um impacto profundo na subjetividade do proletariado na contemporaneidade, que incide entre todas as mais diversas clivagens (re)criadas no universo de todos os expropriados de suas condições de trabalho. Diante das transformações levadas a cabo por determinadas frações das classes dominantes para restaurar seu poder de classe diante da crise de hegemonia que se instaurava em fins da década de 1960 (às quais fizemos referência nos capítulos anteriores), vários espaços de construção de consenso começam a difundir idéias como o fim da centralidade do trabalho enquanto organizador da vida social humana, o quanto havia se tornado sem sentido entender e / ou articular as ações políticas dos sujeitos em termos de classe, e a conseqüente perda do protagonismo da classe trabalhadora no curso dos acontecimentos históricos. Tais afirmações atravessariam os discursos tanto dos mais conservadores quanto os dos mais progressistas, adquirindo diferentes matizes de acordo com cada um dos grupos e suas subdivisões.

Mas eis que em várias partes do mundo assistimos, principalmente a partir de meados da década de 1990, várias agitações trabalhistas de resistência a essa nova onda de mercantilização da vida que impõe o capitalismo, que se expressaram de formas diversas, no centro e na periferia. E entre a fração dos grupos subalternos que mais sofreu com a precarização do mercado de trabalho no Sul – e aqui incluímos todo o grupo familiar e não apenas o chefe da família –, aquela que viveu em profundidade as circunstâncias mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana crônica, constrói-se uma identidade coletiva estruturada a partir do trabalho.

Várias organizações piqueteiras, inclusive as não vinculadas a partidos políticos ou sindicatos (agentes que poderiam capitalizar o uso político do termo desempregado), ostentam em sua denominação “movimento / união de trabalhadores desempregados”.

Em nosso entendimento, isso é tributário do fato de que na Argentina desenvolveu-se uma sociedade de tipo salarial, como já assinalamos anteriormente, onde a extensão da relação salarial abarcou cerca de 70% da PEA entre os anos 40 e 70 do século passado¹⁸¹. O trabalho assalariado nesta sociedade configurou um “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social”.¹⁸² Não são apenas desempregados, contudo, mas *trabajadores* desempregados, e o fato de se identificarem como trabalhadores é algo bastante significativo neste sentido. Desta forma, as organizações que se identificam como desempregados estão a denunciar a degradação intensa do mundo do trabalho, à situação de extrema precariedade a que foram compelidos todos aqueles que necessitam concorrer ao mercado para vender sua força de trabalho a fim de satisfazer suas necessidades, sejam elas “do estômago ou da fantasia”.

Recordemo-nos que no segundo capítulo fizemos uma menção sobre o significado político para o movimento piqueteiro da chamada “recuperação da cultura do trabalho” e que animava o desenvolvimento de uma série de atividades ligadas ao trabalho territorial. Aqui voltamos ao tema para desenvolvê-lo, pois nos parece importante para o debate acerca de identidades construídas em torno do trabalho.

Grande parte das organizações ligadas a partidos de esquerda tradicionais, como o Polo Obrero e a CCC, critica o investimento em trabalhos comunitários ou projetos produtivos. De acordo com um referente do PO,

*Con el cuento de la cultura del trabajo, de la contraprestación laboral, de la dignidad del desocupado, que no se quede en casa, con un subsidio, en realidad hay uno de los intentos más profundos de deprimir el salario y llevarlo a 150 pesos. Y de acabar con las condiciones de asistencia, por ejemplo, obra social, jubilación. Y por supuesto convenios y horarios. Todo, porque un plan Trabajar de 150 pesos no tiene nada, no tiene ni convenio, ni obra social, ni jubilación, no tiene nada”.*¹⁸³

Podemos notar que essas organizações possuem uma visão limitada sobre o que é classe trabalhadora.

No entanto, podemos perceber que de forma geral, essa recuperação é entendida com importante âmbito de (re)sociabilização para jovens com pouca ou nenhuma experiência de trabalho e outros trabalhadores mais experientes que, no entanto, passaram boa parte de sua vida economicamente ativa integrando as fileiras da

¹⁸¹ Dados extraídos de Denis Merklen, op. cit., 2005.

¹⁸² Robert Castel, op. cit., 1998, p. 24.

¹⁸³ Liderança do Polo Obrero In: Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004, p. 192.

superpopulação relativa produzida pelo modelo de acumulação vigente na Argentina desde o golpe de Estado de 1976. Algumas organizações, sobretudo as autônomas, no entanto, também assinalam o peso estratégico para a luta que esse resgate pode conferir, a partir mesmo da sociabilização requerida pelo trabalho em conjunto dentro de um movimento social.

O resgate da cultura do trabalho inscrito na construção territorial dá-se num contexto em que, de acordo com a ponderação do MTD Almirante Brown, “el lugar de organización no son los lugares tradicionales de trabajo, ya que éste escasea, además de ser temporario. Por eso, el lugar de organización es el territorio: los barrios que habitamos, que demás está decir, son precarios, repletos de carencias”.¹⁸⁴

Organização, trabalho e âmbito territorial encontram-se entrelaçados na política construída cotidianamente pelas organizações piqueteiras autônomas dos bairros populares da Grande Buenos Aires.

Na avaliação do MTR, o trabalho proporcionaria uma norma de conduta e disciplina indispensáveis para construir um projeto político. Se na luta imediata demandam postos de trabalho em locais tradicionais, sob o poder do patronato, no horizonte político mais amplo se põe a questão de tomar as fábricas e fazê-las funcionar. E como levar a cabo esse projeto com pessoas que nunca trabalharam, que nunca tiveram horário para levantar-se, tomar o ônibus, almoçar? Era uma questão organizativa surgida entre eles.

Porém, pelo que apreendemos do exposto no capítulo anterior, esse propósito político de re-criação de uma cultura do trabalho no seio das organizações autônomas, sob uma ótica de concepção de outro sistema de valores, encontra barreiras – barreiras inerentes às contradições e tensões que afloram na constituição de uma subjetividade que se vai conformando entre a adaptação e a oposição aos projetos de sociabilidade das classes dominantes.

Porque en la década de 90 para adelante, hasta hoy mismo, yo tengo un hijo de veinte años, él no sabe lo que es un trabajo, salvo en nuestras cooperativas. Él nunca consiguió trabajo en otro lado y no entiende lo que es levantarse a las cinco de la mañana, entrar a trabajar a las seis, y comer al medio... Hay toda una norma de conducta y disciplina que te hace el trabajo mismo. Por supuesto que las manos de estos tipos, esa conducta y esa disciplina, tiene un valor para el patrón. Buenos, nosotros creemos que esa conducta y esa disciplina es la que va a poder hacer que cualquier sujeto pueda

¹⁸⁴ MTD Almirante Brown, op. cit., 2003.

llevar adelante sus proyectos. Si no existe eso, cualquier cosa que encaremos está condenada al fracaso porque cuando se plantea proyectar y llevar adelante un trabajo, lo tiene que hacer desde ese, de la disciplina, del cumplimiento, de la, de lo que es la, recuperar la cultura del trabajo. Si uno no recupera eso, es muy difícil que queramos construir algo, tomar una fábrica y llevar... (...) Acá hay gente que tiene veinte, veinte e picos años y no sabe lo que es trabajar, no tuvo la oportunidad. Así, bueno, hay que ver como se hace. Es más, en nuestra organización, la juventud no trabaja. Es la que más se opone a eso. (...) Es la gente grande, la gente grande que viene en el horario, la que cumple, porque ya tiene, ya tiene implementada la cultura del trabajo porque ha trabajado alguna vez, aunque fue bajo patrón. ¿Qué sé yo? Creen que es como una obligación respecto a eso. Entonces, un pibe joven, si viene, viene a cualquier hora, pero no viene, es lo mismo... No podíamos llevar adelante nada con gente que no entienda que hay que trabajar y que el trabajo significa disciplina y determinada conducta.¹⁸⁵

Outro debate importante para o conjunto da classe trabalhadora contemporânea trazido à tona pelo movimento piqueteiro refere-se à idéia de *trabalho genuíno*, *trabalho digno*. Para grande parte dos trabalhadores, “trabalho digno” remete ao modelo fordista, com a regulação de um Estado de bem-estar social, como ideal, enquanto outros desenvolverão uma reflexão de que “trabalho genuíno” é “trabalho não explorado”, aquele exercido fora dos limites do trabalho assalariado.

Portanto, a resistência dos trabalhadores extremamente precarizados argentinos se situa tanto no nível de tentar recuperar uma situação trabalhista supostamente idílica, ainda muito presente no imaginário e supervalorizada em tempos de precarização das condições do mundo do trabalho, quanto no nível de buscar outras formas de sociabilidade que questionam mesmo pilares do sociometabolismo do capital, como é o caso do trabalho assalariado. Podemos identificar, portanto, dois níveis de resistência que se articulam – um de caráter defensivo (o primeiro), outro de caráter ofensivo (o segundo). Em ambos, porém, o trabalho – em suas dimensões concreta e abstrata – estrutura identidades coletivas.

Todavia, mesmo os movimentos de desempregados que se orientam pela reinserção no mercado de trabalho capitalista representam um importante avanço diante do quadro político-econômico que viemos mostrando até aqui, de deslocamento do

¹⁸⁵ Entrevista a militante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008.

centro gravitacional da questão social, convertendo trabalhadores em pobres, para usar a expressão de Merklen¹⁸⁶.

Ainda no que se refere à questão da identidade que se forja em torno do trabalho, ou, talvez seria melhor dizer, em torno do conflito entre capital e trabalho, é necessário destacar outro ponto, que diz respeito ao reconhecimento de si mesmo e daqueles que compartilham consigo a experiência de exploração do tipo capitalista como forjador de toda a riqueza material produzida na sociedade por meio de seu próprio trabalho. Essa consciência é um componente fundamental para a construção de uma identidade de classe e rompe com o senso comum da sociedade capitalista que credita aos empregadores de mão-de-obra a produção de riquezas.

*Igual, las cooperativas acá hemos... nosotros hemos aprovechado también eso, porque hubimos hecho cooperativas de construcción y cooperativas del agua. ¿Que decíamos nosotros? No solamente que íbamos a tener trabajo y por ende un sueldo que más o menos, digamos, podríamos comer, sino que eso iba a servir para que también los vecinos vean que nosotros estamos en condiciones de llevar los trabajos adelante y que somos los trabajadores que hacemos las cosas, que lo hay gente que manda, y los que realmente hacen las cosas son los trabajadores.*¹⁸⁷

*Y cuando salimos a la calle a protestar nos miran como sapos de otro pozo. Pero... y la clase trabajadora, la clase obrera, ¿no?, mi abuelo, el papá de esta señora, la gente de hace varios años que hoy por hoy ya son viejos o ya no existen, que vinieron de todos los lados, cuando la capital no tenía esos hoteles lujosos, esos servicios lujosos, era esa clase que lo hacía. Era esa gente, contratada, mal paga, cagada de hambre, los inmigrantes. Vienen del Paraguay, vienen de Bolivia, nuestros hermanos bolivianos que vienen a laburar, laburan en la construcción, son mal pagos y todo... a la hora de comer, vos sabés que el boliviano abre un plástico, un tuppaware, su plato, ¡y saca arroz! Come arroz, un pan, toma un té, y sigue laburando. Y quien se beneficia es el contratista, ¿no? Ahora la Capital está hermosa, hay edificios grandes, edificios para gente que tiene mucha plata, está Sheraton... hubo que modificar la zona de San Telmo para el turismo, se modificó, y lo hizo un obrero, porque los chicos lindos, los hijos de los políticos lo único que saben es conocer los otros países y gastar la plata que hicieron sus padres robando y estafando al Estado. Ellos no trabajan en la construcción. Están gastando la fortuna nuestra. La nena de Menem tienen empresas donde está vendiendo automóviles, unos de los más caros, y ahí estoy seguro que están en lavado de dinero y todo eso, y en todas las transas. Nosotros no somos los que... Nuestra clase no es la que trafica armas.*¹⁸⁸

¹⁸⁶ Cf. Denis Merklen, op. cit., 2005.

¹⁸⁷ Entrevista a militante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008.

¹⁸⁸ Entrevista a militante do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008.

Nossa análise a respeito do papel que o trabalho desempenha na constituição da subjetividade humana difere substancialmente daquelas que se baseiam na idéia de “crise da sociedade do trabalho”, e do definhamento da classe trabalhadora e seu conseqüente enfraquecimento enquanto sujeito histórico. Nossa posição é a de que, como já aludido na introdução a essa dissertação, o trabalho teve, tem e terá função central na constituição da subjetividade humana ao largo de sua história sobre o planeta Terra, embora isso não signifique que reconhecer essa centralidade implique em considerar que o trabalho seja o aspecto mais importante de nossa subjetividade, ou o lugar por excelência da realização humana – apenas lhe atribuímos uma prioridade ontológica.

E quando assinalamos a importância política de que os grupos subalternos construam uma identidade de classe, identidade indissolavelmente ligada à questão das conseqüências da subordinação do trabalho (atividade vital humana) ao capital, não menosprezamos lutas que se erigem em torno de outras identidades, como as étnicas ou as de gênero, por exemplo. Muitos dos conflitos gerados em esferas não necessariamente ligadas àquela do trabalho são também opressores e desumanizadores, e as identidades geradas em torno desses conflitos a fim de se libertarem dessa opressão são tão legítimas quanto a de classe. Podemos citar ainda as lutas que se constroem em torno da premente questão ecológica, que não é estruturada em torno de uma identidade, no entanto.

Porém, tendemos a concordar com autores como Ellen Wood e Ricardo Antunes que as lutas que se edificam diretamente em torno do conflito entre capital e trabalho possuem centralidade na sociedade capitalista. Wood pontua que ainda que todas as opressões possam ter o mesmo peso moral, a exploração de classe possui um status histórico diferente, uma posição mais estratégica no centro do capitalismo.

Historicamente, o capital se constituiu em relação às ordens sociometabólicas anteriores rompendo com o elevado grau de auto-suficiência no relacionamento entre a produção material e seu controle característico destas sociedades. A quebra da auto-suficiência confere ao sistema do capital, orientado primordialmente para a expansão e movido pela acumulação, simultaneamente, um dinamismo sem precedentes e uma deficiência fatídica – a perda inevitável de controle sobre o conjunto do sistema reprodutivo social, cuja manifestação maior pode ser encontrada no imperativo de intensificação cada vez maior de sua expansão. Os “defeitos estruturais de controle”

estão localizados no que Mézáros definiu como *ausência de unidade*¹⁸⁹, cujo caráter irremediável é tributário do fato de que a fragmentação toma a forma de antagonismos sociais, isto é, manifesta-se em conflitos de interesse entre forças sociais hegemônicas alternativas. Essa carência de unidade é visível na fragmentação entre produção material e seu controle social; na independência entre produção e consumo; e na contradição entre produção e circulação.

O capitalismo revela-se então um processo totalizador que subsume toda a vida social humana às exigências da acumulação, e podemos perceber como cresce ao longo da história a mercantilização da vida em seus mais variados aspectos, “determinando a alocação de trabalho, lazer, recursos, padrões de produção, de consumo, e a organização do tempo”¹⁹⁰.

Se é bem verdade que as desigualdades de gênero ou racial não seja específica do capitalismo, como o é a desigualdade de classe, por esse caráter totalizador se nos torna evidente que o capitalismo submete todas as relações sociais às suas necessidades, podendo “cooptar e reforçar desigualdades e opressões que não criou e adaptá-las aos interesses de classe”¹⁹¹.

As proporções assumidas pela questão ecológica na contemporaneidade, contudo, dizem respeito especificamente ao sociometabolismo do capital, criando uma relação homem-natureza totalmente reificada, considerando seu meio-ambiente como mais uma mercadoria e não como a base natural ineliminável sobre a qual desenvolvemos nossa atividade vital. Somente abstraindo a qualidade de mercadoria à natureza se pode pensar um desenvolvimento sustentável – algo que o capitalismo, pela estrutura de seu funcionamento, nunca poderá proporcionar. Porém, a luta ecológica vem desenvolvendo um discurso anti-progresso, anti-modernidade, mas sem relacionar as causas que nos guiaram a esse progresso, a essa modernidade.¹⁹²

Desta maneira, aquiescemos à ponderação de Antunes de que

a luta ecológica os movimentos feministas e tantos outros novos movimentos sociais têm maior vitalidade quando conseguem articular suas reivindicações singulares e autênticas com a denúncia à lógica destrutiva do capital (no caso dos movimentos ecologista) e do

¹⁸⁹ Cf. István Mézáros, *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, 2002.

¹⁹⁰ Ellen Wood, *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*, 2003, p. 224.

¹⁹¹ O que nos leva a considerar que essas opressões não cessarão num passe de mágica em uma sociedade em que as classes sejam abolidas, reforçando a importância da construção de lutas identitárias em torno dessas questões.

¹⁹² Cf. John Bellamy Foster, *Marx e o meio-ambiente* In: *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*, 1999.

caráter fetichizado, estranhado e “des-realizador” do gênero humano, gerado pela lógica societal do capital (no caso do movimento feminista)¹⁹³

Ainda nos cabe fazer referência ao tipo de luta já abordada no segundo capítulo, que diz respeito à organização de interesses em torno de temas ligados à questão da pobreza, essa que é claramente uma questão de classe. De fato, as lutas que se travam a fim de “reduzir a mortalidade infantil”, “melhorar a saúde das gestantes”, “combater o HIV / AIDS, a malária e outras doenças”¹⁹⁴, ou pela “inclusão” digital dos moradores de favela, pela redução do analfabetismo entre as mulheres da população ribeirinha etc. são tributárias quase que exclusivamente à questão de uma profunda desigualdade social de uma sociedade de classes.

Em um sentido mais radical de luta contra a opressão, que não se dirige apenas ao enfrentamento de desigualdades de classe, mas sobretudo à superação do estranhamento, a perspectiva de luta que se embasa no conflito entre trabalho e capital é basilar.

Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma política da emancipação dos trabalhadores, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e conseqüências dessa relação.¹⁹⁵

III. Pensar a militância dos trabalhadores na contemporaneidade

Entendemos, portanto, que as organizações piqueteiras, de maneira geral, trouxeram novos ares ao cenário político argentino na última década ao proporcionar uma requalificação da luta política dos estratos mais precarizados e débeis dos grupos subalternos, e que tal processo se fez de um ponto de vista de classe. E aqui nos referimos a classe não em seu sentido heurístico, mas no sentido de um

¹⁹³ Ricardo Antunes, O trabalho entre a perenidade e a superfluidade In: op. cit., 2005, p. 93.

¹⁹⁴ Esses três primeiros motes se referem a alguns dos chamados “Objetivos do milênio”, conjunto de oito “macro-objetivos”, aprovados pela ONU em setembro de 2000, a serem atingidos pelos países até 2015 “superar a distribuição profundamente desigual dos benefícios e dos custos da globalização”. Para tanto, a ONU conclama as “ações empresariais e associativas com o poder público, ONGs, grupos representativos locais e fornecedores”. Cf. www.nospodemos.org.br, acessado em 25/07/2005.

¹⁹⁵ Karl Marx, op. cit., 2004, p. 89. Grifos do autor.

compartilhamento de experiências que permitiu com que um grupo sentisse e articulasse uma solidariedade de interesses entre eles e contra interesses de outros grupos opostos aos seus, interesses reconhecidamente ligados ao conflito entre trabalho e capital.

Entretanto, muitos daqueles que, como nós, atribuem centralidade ao conflito capital-trabalho nas sociedades capitalistas questionam a importância das ações políticas piqueteiras e se não conferem à subjetividade dos desempregados e outros trabalhadores sumamente precarizados em geral um status residual, tampouco deixam de insistir que os assalariados produtivos constituem e sempre constituirão a parcela mais importante da luta política do proletariado.

Refutamos tal interpretação sobre o caráter da luta de classes e questionamos por que razão, se é unânime o reconhecimento da necessidade da união de todos os segmentos do proletariado para que sua luta se torne crescentemente efetiva, tem que haver um ou dois setores mais importantes nessa luta? Por que não se pode olhar as diferentes contribuições proporcionada por cada um desses segmentos sem hierarquizar esses aportes? E isso deve ser feito com base na observação do desenrolar histórico das lutas e não se ancorando em modelos que ignoram “um delicado equilíbrio entre os procedimentos sintetizadores e os empíricos”¹⁹⁶.

Ao chamar a atenção para as contribuições do movimento piqueteiro para a luta política dos grupos subalternos, não temos nenhuma ambição em dizer que a classe trabalhadora em sua parcela ocupada perdeu seu papel como sujeito da transformação social. Apenas destacamos como uma parcela do proletariado vem tentando construir formas de resistir aos efeitos da nova onda de mercadorização e como algumas dessas formas de resistência podem contribuir para a militância de todo o universo da classe trabalhadora – serviços, indústria ou agricultura; produtivos ou improdutivos; ocupados, desocupados ou sub-ocupados; trabalhadores domésticos, terceirizados, ou por conta própria; mais ou menos qualificados e outras tantas clivagens que poderíamos seguir citando.

Ao fim e ao cabo,

Antunes

Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, mais os trabalhadores “terceirizados”, os trabalhadores do mercado informal, os “trabalhadores domésticos”, os desempregados, os sub-empregados etc., podem somar-se aos

¹⁹⁶ E. P. Thompson, As peculiaridades dos ingleses In: op. cit., 2001, p. 156.

*trabalhadores diretamente produtivos e, por isso, atuando como classe, constituírem-se no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista.*¹⁹⁷

É claro que o fato de este segmento do proletariado estar em uma situação tão precária e não diretamente vinculada ao processo de criação de valor o coloca em uma situação extremamente vulnerável no que se diz respeito ao seu poder de barganha que se origina de sua posição no mercado ou no local de trabalho.¹⁹⁸

Tal posição expõe uma das encruzilhadas mais gritantes para os movimentos piqueteiros, bem pontuada por Mazzeo: a articulação entre a negociação contratual e a obtenção de saldos em autonomia política. Para o movimento sindical, a negociação tem como contendedor, diretamente, o empregador, e mais indiretamente, o estado. Para o movimento piqueteiro é todo o contrário.

*La ampliación del área contractual para el movimiento piquetero lleva necesariamente a la lucha política, porque la lucha específica (si se quiere “reivindicativa”) se vuelve automáticamente política por las tensiones que genera y por sus efectos globales. Lleva irreversiblemente al enfrentamiento de la clase con el Estado. Existen, de este modo, menos trabas políticas para la acción de clase.*¹⁹⁹

Ao contrário dos sindicatos, as organizações piqueteiras enfrentam mais obstáculos para transitar na dialética da oposição – negociação (ou integração) e os riscos de cooptação, de integrar a lógica da rede assistencialista, tornam-se maiores.

No entanto, inclinamo-nos a interpretar, ancorados na análise apresentada no segundo capítulo, que o movimento piqueteiro mostrou forças para contornar a adversidade advinda de sua posição marginal no processo produtivo capitalista no que tange ao poder associativo dos trabalhadores, ressignificando o fenômeno de inscrição territorial que vinha se erigindo na Argentina em princípios da década de 1980. Tal fenômeno nos parece ainda mais forte entre as organizações autônomas, nas quais identificamos mudanças na relação do indivíduo com a comunidade, todavia podemos afirmar que todas conseguiram construir uma identidade de classe.

¹⁹⁷ Ricardo Antunes, O trabalho entre a perenidade e a superfluidade In: op. cit., 2005, p. 93.

¹⁹⁸ O poder de barganha de mercado pode se dar quando trabalhadores possuem qualificações raras em alta demanda por empregadores, ou possibilidades de sobreviver de fontes de renda que não o trabalho assalariado ou ainda quando se encontram em meio a baixos índices de desemprego. O poder de barganha o local de trabalho refere-se àqueles trabalhadores que estão situados em processos produtivos bem integrados, onde a paralisação em determinado ponto crucial pode vir a causar perturbações gigantescas. Cf. Beverly Silver, op. cit., 2005.

¹⁹⁹ Miguel Mazzeo, op. cit., 2004, p. 139.

Nesse mesmo capítulo, mais acima, expusemos como alguns movimentos definem em linhas gerais a questão da territorialidade e sua luta política.

É interessante assinalar que essa forma de poder associativo que se constrói com base em uma comunidade que abrange relações para além do local de trabalho também constitui uma alternativa considerável para aqueles trabalhadores cujo poder de barganha é escasso. Podemos mencionar como exemplo o caso relatado por Silver da campanha de renda mínima de Baltimore – que se espalhou para outras mais de trinta cidades americanas e conseguiu prover melhores salários e condições de trabalho aos trabalhadores de baixa renda no setor de serviços, como equipes de limpeza de grandes edifícios comerciais. Segundo Silver, essa campanha também suscitou uma detonação de ativismo social no movimento sindical nos EUA em uma época em que a agitação trabalhista havia alcançado os índices mais baixos de sua história. A autora sustenta que se por um lado, a base dessas conquistas se deve à natureza localizada de seus empregadores – que apesar de poderem dispor de mão-de-obra barata e imigrante não podem enviá-los para outros lugares – por outro elas se basearam principalmente em uma “reconsideração estratégica significativa sobre como alavancar o ‘poder associativo’”.

Em particular, as campanhas incluíram uma grande reavaliação do modelo de organização existente, focado no local de trabalho, e uma mudança para um novo modelo de organização, mais focado na comunidade. Com trabalhadores espalhados por vários locais e relações de trabalho caracterizadas por altos graus de contingência e rotatividade, mobilizar trabalhadores num só local seria uma tarefa de Sísifo. Portanto, a campanha de renda mínima de Baltimore procurou construir um movimento por melhores salários e condições de trabalho que envolvesse toda a cidade. (...)²⁰⁰

Pode-se fazer uma série de considerações a respeito da referida mobilização, em termos de possibilidades e também de limites, assim como com quaisquer outros tipos de mobilizações sociais, mas destacamos aqui a questão da comunidade ou da territorialidade porque nos parece que se afigura um tema central para os movimentos da classe trabalhadora em seu amplo conjunto.

Sennett avalia que as propostas para enfrentar os desafios postos pela mais atual fase do capitalismo devem se concentrar nos locais onde o capitalismo opera. A economia não seria tão indiferente à localização quanto se suporia – o lugar tem poder.

²⁰⁰ Beverly Silver, op. cit., 2005, p. 113.

O novo capitalismo despreza a mútua dependência, vista como condição vergonhosa. A confiança e o compromisso mútuo estão sendo corroídos, acarretando numa ameaça ao funcionamento de qualquer empreendimento coletivo. O neoliberalismo desmantelou as redes assistenciais e os direitos trabalhistas, tratando os dependentes do Estado como “parasitas sociais”. Nesse sentido, surge o que o autor denomina “pronomes perigosos”: o “nós” comunal.²⁰¹

Zibechi nos fala na constituição contemporânea de uma nova classe trabalhadora que tem como eixo político a “organização territorial complexa”, enquanto no período pré-fordista esse eixo tenha sido os sindicatos de ofícios e na era fordista o sindicato de massas.²⁰²

Mazzeo assinala que estratégias baseadas no fortalecimento dos poderes locais com bases sociais consolidadas vêm sendo debatidas e postas em prática desde diferentes âmbitos e perspectivas políticas. A CTA, com uma de suas consignas – “a nova fábrica é o bairro” –, aprecia que alguns dos inconvenientes da construção de um movimento político social são tributários da

*“dificultad de entender y situar adecuadamente el desarrollo territorial como espacio privilegiado en el que se define hoy la nueva unidad política de los trabajadores y su articulación con el conjunto de la comunidad. Para ser más precisos, en un contexto donde la ofensiva del capital ha transformado a la empresa en un espacio hostil para la organización del trabajo (...) el territorio es el espacio natural a ocupar y liberar para una nueva política”.*²⁰³

O território para os povos indígenas americanos constitui elemento essencial de uma cultura e espaço de realização de uma comunidade e desde a colonização aos dias de hoje é a base da resistência e da reconstrução dos vínculos comunitários.

O autor atenta para a ambigüidade do tema. Territorialização remete ao sentido de descentralização. Nos marcos do sistema, ampara a série de propostas que defende o Estado mínimo e ao mesmo tempo tenta garantir a governabilidade local, sem modificar as bases da cultura clientelista. Sob outro ponto de vista, territorialização significa a participação mais ativa dos atores sociopolíticos permitida pela escala local, a criação de redes cooperativas horizontais e consolidação de relações sociais alternativas em

²⁰¹ Cf. Richard Senett, op. cit., 2004.

²⁰² Cf. Raúl Zibechi, op. cit., 2003.

²⁰³ CTA (Mesa Nacional), Construir la Unidad del Campo Popular, 13/08/2002, p. 13., documento elaborado para o debate no IV Congresso da CTA – 9 e 10/12/2002 -, Apud: Mazzeo, op. cit., 2004, p. 99.

espaços circunscritos. Mais uma vez, o feitiço pode virar contra o feiticeiro: a relativização do local pode obnubilar as esferas mais gerais.

De qualquer forma, com todas as contradições que o processo pode acarretar, pudemos observar no capítulo anterior que no caso das organizações piqueteiras autônomas ele vem operando transformações positivas na subjetividade do setor mais precarizado dos grupos subalternos, formando sujeitos menos contemplativos e mais questionadores. O rumo final desse processo é ignoto para nós. Mas nos mostra a riqueza de caminhos que a luta de classes pode tomar, luta que ao mesmo tempo vai conformando novos sujeitos e é conformada por velhos/novos sujeitos.

Se hoje os mundos do trabalho são mais multifacetados e lidamos com uma maior heterogeneidade da classe trabalhadora, talvez seja a hora não apenas de pensar nos reveses sofridos pelas transformações da organização do trabalho e do papel do Estado, mas pensar também nas experiências diferentes que essas novas realidades têm a oferecer para sua militância.

Concluimos este capítulo com uma citação de *O Capital*, cujo autor apesar de não poder ter vivido o suficiente para acompanhar as transformações na luta entre capital e trabalho, legou-nos a lógica estrutural desse conflito, e que faz uma consideração a respeito da necessidade da união entre empregados e desempregados:

*Quando os trabalhadores descobrem que, quanto mais trabalham, mais produzem riquezas para os outros, quanto mais cresce a força produtiva do seu trabalho, mais precária se torna sua função de meio de expandir o capital, quando vêem que a intensidade da concorrência entre eles mesmos depende totalmente da pressão da superpopulação relativa; quando, por isso, procuram organizar uma ação conjunta dos empregados e desempregados através dos sindicatos etc., para destruir ou enfraquecer as conseqüências ruinosas daquela lei natural da produção capitalista sobre sua classe, então protestam em altos brados o capital e seu defensor, o economista político, contra a violação da “eterna” e, por assim dizer, “sacrossanta” lei da oferta e da procura. **Todo entendimento entre empregados e desempregados perturba o funcionamento puro dessa lei.***²⁰⁴

²⁰⁴ Karl Marx, op. cit., 2003, p. 744. Grifos nossos.

À guisa de conclusão (ou Perda e recuperação do cabelo)

O lado de cá

No primeiro capítulo, referimo-nos aos relatórios da OIT para a América Latina e suas previsões sobre o emprego. No relatório que analisava o ano de 2007 e fazia prospectivas sobre 2008, Jean Maninat advertia que apesar da previsão de uma leve queda no desemprego urbano, 2008 seria um ano de incertezas em virtude da volatilidade da situação econômica internacional e às perspectivas de desaceleração do crescimento ou mesmo depressão.

De fato, os mercados revelaram-se nervosíssimos muito freqüentemente desde os meses finais de 2008. Fala-se entre os próprios apologetas do capital que vivemos a pior crise desde o *crash* de 1929.

Em outubro do ano passado, a instituição divulgou projeções preliminares que indicavam um aumento de entre 15 e 20 milhões de pessoas desempregadas. No último janeiro, o relatório com as tendências sobre emprego no mundo para o ano de 2009 atualizou esse número para entre 18 e 30 milhões. Com previsões mais pessimistas da evolução econômica, esse indicador chegaria a 50 milhões de pessoas a mais desempregadas em todo o globo, com uma taxa de desemprego de 7,1%. O número de

trabalhadores pobres²⁰⁵ pode vir a alcançar um total de 1,4 bilhão, o que representaria 45% do total de trabalhadores no mundo. A proporção de pessoas com empregos vulneráveis²⁰⁶ pode chegar a atingir 53% da população *empregada*, trabalhando-se com pior dos cenários²⁰⁷.

O que afirmamos no primeiro capítulo continua valendo: mostrar os crescimentos e quedas das taxas de desemprego em virtude dos bons ou maus momentos de conjuntura econômica não é nosso objetivo, pois entendemos que o desemprego e as condições precárias ou vulneráveis de trabalho sempre constituem uma ameaça aos trabalhadores em todo o mundo, tanto pela dinâmica do desenvolvimento desigual e necessário, quanto pela dinâmica específica da luta de classes, em que o capital vai alternando crises de legitimidade e lucratividade.

Não se sabe como as classes dominantes reagirão a esta mais nova crise, que contradições o capital deslocará nesse momento, mas concordamos com a análise de Mézáros de que as manobras para esses deslocamentos estão se tornando cada vez mais escassas²⁰⁸.

O lado de lá

Ao longo desta dissertação os setores mais sumamente precarizados dos grupos subalternos na Argentina vêm tentando reagir desde a última década ao ritmo das alterações na correlação de forças entre trabalho e capital através das organizações de trabalhadores desempregados. Pudemos apreender que a heterogeneidade é grande no seio do movimento piqueteiro, mas todas as organizações têm em mente que lutar pelo resgate dos velhos direitos não basta, sendo necessário lutar por novos, uma vez que mesmo a restituição desses velhos direitos requer algumas mudanças consideradas radicais pelas classes dominantes. Os caminhos que estas organizações traçam para alcançar seus objetivos são distintos e podem tanto recuperar velhas práticas políticas, inclusive algumas bem deploráveis quanto recuperar o melhor da tradição da classe

²⁰⁵ Pessoas que não ganham o suficiente para manter-se a si mesmas e a suas famílias além do umbral da pobreza de dois dólares ao dia por pessoa.

²⁰⁶ Trabalhadores que contribuem para o sustento familiar ou trabalhadores por conta própria com menor acesso às redes de seguridade que protegem contra a perda de renda durante tempos difíceis.

²⁰⁷ Fonte: *Press Release da Global Employment Trends 2009* da OIT, www.oitbrasil.org.br/get_2009.php, acessado em 07/02/2009.

²⁰⁸ Cf. István Mézáros, op. cit., 2002.

trabalhadora no país e reeditá-la mesclando as novas e velhas exigências feitas pela luta de classes na contemporaneidade.

Estamos de acordo com a constatação de Héctor Palomino de que o impacto dos movimentos surgidos na Argentina ao largo dos últimos dez anos diz mais respeito ao questionamento e / ou transformação de valores instituições vigentes do que à quantidade de pessoas que esses movimentos conseguem atrair diretamente para sua órbita.²⁰⁹

As organizações mais críticas aos partidos tradicionais, aos sindicatos burocratizados e à verticalização política são as vêm trazendo mais novidades na construção de espaços de sociabilização para a resistência dos grupos subalternos, tentando constituir no cotidiano, desde agora, e não quando chegar a revolução com a tomada do Estado, novas relações que visam conformar uma nova subjetividade, que questione a mercantilização crescente da vida humana e a divisão da sociedade em classes. E mesmo os caminhos para realizar tal façanha são diferentes entre essas organizações autônomas, que falam em anti-poder, contra-poder, e poder popular. Não podemos desenvolver essa questão agora.

O que queríamos destacar, para concluir este trabalho, é que os espaços percorridos para a emancipação humana têm que ser traçados no fragor das lutas e não estão determinados de antemão por nenhum manual. Os sacos de batatas de ontem podem se tornar uma sopa muito nutritiva hoje. Isso não quer dizer que para chegar mais rápido ao objetivo de construir uma subjetividade que não se subordine ao mundo das mercadorias e que possa se realizar alcançando a unidade de oposições em lugar das oposições antagônicas que caracterizam o estranhamento: fazer x pensar; ser x ter; meios x fins; vida pública x vida privada; produção x consumo; teoria x prática etc. basta o espontaneísmo da vontade de mudar. Não é suficiente jogar na parede o despertador que nos avisa que está na hora de acordar para ir trabalhar. É necessária a organização, os debates e avaliações sobre que estratégias tomar para enfrentar cada adversidade, e ainda saber reconhecer que questões são estruturais e quais são conjunturais para a definição dos alvos a serem atingidos para a realização de nossos objetivos.

Esperamos que esta dissertação tenha contribuído minimamente para apreender certas características da reconfiguração do conflito entre capital e trabalho a partir das

²⁰⁹ Cf. Héctor Palomino, op. cit., 2005.

formas por que se constitui a subjetividade de uma fração da classe trabalhadora e algumas das possibilidades e dos limites para a construção efetiva de uma comunidade de sentido axiológico positivo para todos os seres humanos.

Os outros lados

Perda e recuperação do cabelo ²¹⁰

Para lutar contra o pragmatismo e a horrível tendência à consecução de fins úteis, meu primo mais velho defende a prática de arrancar um bom fio da cabeça, dar-lhe um nó no meio e deixá-lo cair suavemente pelo buraco da pia. Se o cabelo ficar preso no ralo que costuma haver nesses buracos, bastará abrir um pouco a torneira para que se perca de vista.

Sem perda de um instante, deve-se iniciar a tarefa de recuperação do cabelo. A primeira operação se resume em desmontar o sifão da pia para ver se o cabelo ficou agarrado em alguma das sinuosidades do cano. Se não for encontrado, deve-se abrir o pedaço de cano que vai do sifão ao encanamento do esgoto principal. É certo que nessa parte aparecerão muitos cabelos e será preciso contar com a ajuda do resto da família para examiná-los um por um à procura do que tem o nó. Se não aparecer, colocar-se á o interessante problema de quebrar o encanamento até o andar de baixo, mas isso significa um esforço maior, pois durante oito ou dez anos será necessário trabalhar em algum ministério ou numa casa de comércio para juntar o dinheiro que permita comprar os quatro apartamentos situados embaixo do de meu primo mais velho, tudo isso com a extraordinária desvantagem de que enquanto se trabalha durante esses oito ou dez anos não se poderá evitar a penosa sensação de que o cabelo não esteja mais no encanamento, e que só por um remoto acaso permaneça preso em alguma saliência enferrujada do cano.

Chegará o dia em que poderemos quebrar os canos de todos os apartamentos, e, durante meses, viveremos cercados por bacias e outros recipientes cheios de cabelos molhados, assim como de curiosos e mendigos, aos quais pagaremos generosamente para que procurem, separem, classifiquem e nos tragam os cabelos possíveis, a fim de alcançarmos a certeza desejada. Se o cabelo não aparecer, entraremos numa etapa muito mais vaga e complicada, porque o trecho seguinte nos leva aos esgotos maiores da cidade. Depois de comprar uma roupa especial, aprenderemos a nos esgueirar pela rede a altas horas da noite, armados com uma poderosa lanterna e uma máscara de oxigênio, e exploraremos as galerias menores e maiores, se possível ajudados por marginais com quem teremos travado relação e a quem precisaremos dar grande parte do dinheiro que ganhamos durante o dia em um ministério ou numa casa comercial.

Freqüentemente teremos a sensação de haver chegado ao fim da tarefa, porque encontraremos (ou nos trarão) cabelos semelhantes ao que procuramos; mas como não se conhece nenhum caso em que um cabelo tenha um nó no meio sem a intervenção da mão humana, acabaremos quase sempre por comprovar que o nó em causa é um simples engrossamento do diâmetro do cabelo (embora tampouco conheçamos algum caso parecido) ou um depósito de algum silicato ou óxido qualquer, provocado por uma longa permanência numa superfície úmida. É provável que avancemos assim por diversos trechos de esgotos menores e maiores, até chegarmos a esse lugar onde ninguém se atreveria a penetrar o esgoto principal que desemboca no rio, na junção

²¹⁰ Julio Cortázar, Perda e recuperação do cabelo In: *História de cronópios e de famas*, 2008, pp. 29-31. Tradução de Gloria Rodríguez.

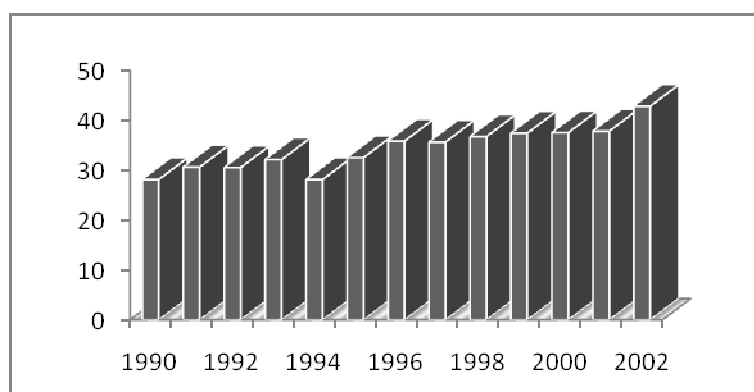
torrencial dos detritos na qual nenhum dinheiro, nenhum barco, nenhum suborno nos permitirão continuar a busca.

Mas antes disso, e talvez muito antes, a poucos centímetros do buraco da pia, por exemplo, na altura do apartamento do segundo andar, ou no primeiro encanamento subterrâneo, pode acontecer que encontremos o cabelo. Basta pensar na alegria que isso nos provocaria, no cálculo espantado de esforços economizados por pura sorte, para justificar, para exigir praticamente uma tarefa semelhante, que todo professor consciente deveria aconselhar a seus alunos desde a mais tenra infância, em vez de secar-lhes a alma com a regra de três composta ou com as tristezas de Cancha Rayada.²¹¹

ANEXO – QUADROS

Quadro I

PEA no mercado de trabalho informal 1990-2002 (%)

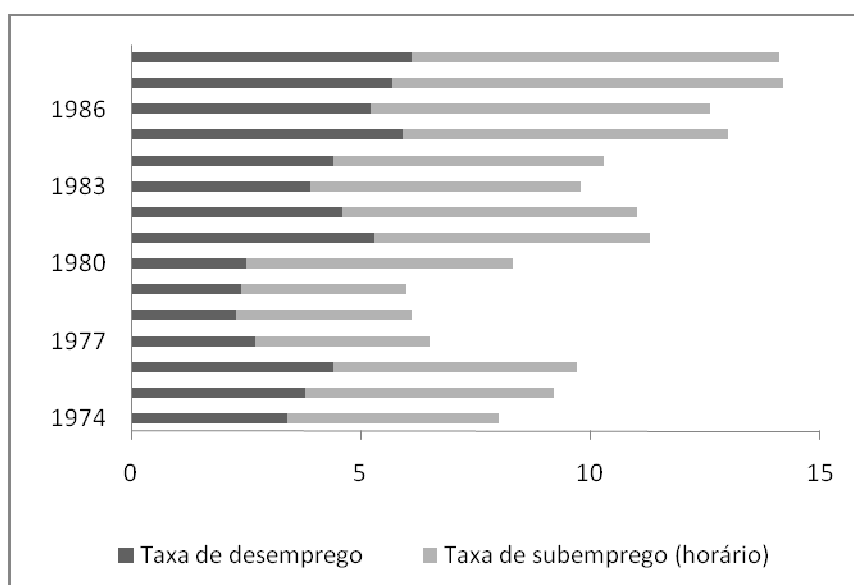
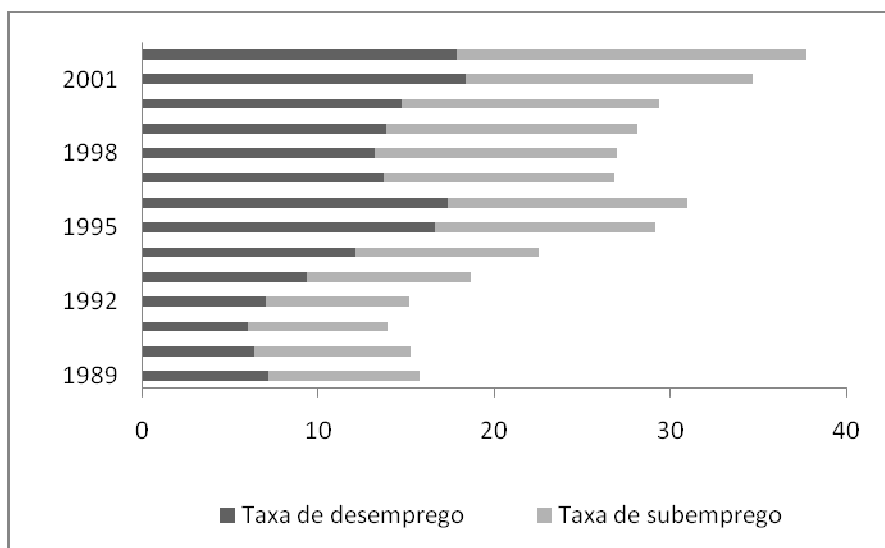


Elaboração própria. Fonte: M. González & J. Lindeboim, El Neoliberalismo a rojo vivo: mercado de trabajo en Argentina. In: *Cadernos do CEPED*, n. 8, com base em dados do INDEC, EPH.

Quadro II

Evolução das taxas de desemprego e subemprego 1974-2002 (%)

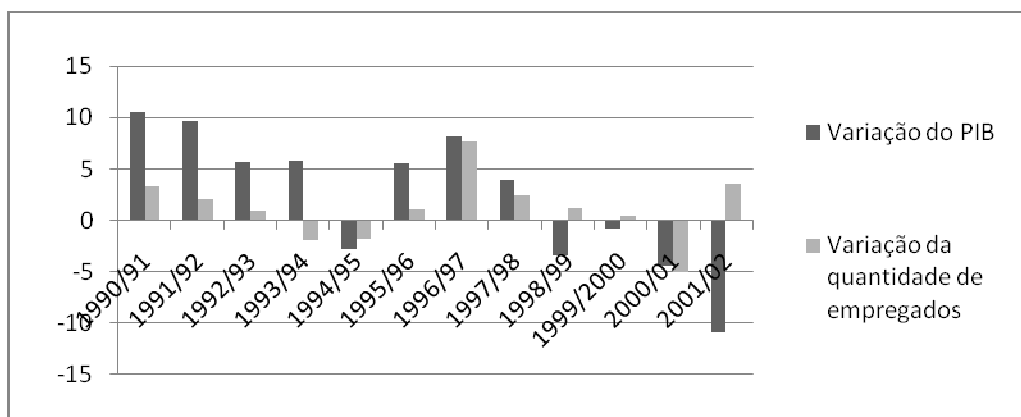
²¹¹ Episódio histórico, também chamado na Argentina El desastre de Cancha Rayada, batalha perdida pelas forças do General San Martín no Chile, para os espanhóis, em abril de 1817, pouco antes da vitória de Maipú. (Nota da Tradutora).



Elaboração própria. Fonte: INDEC, Informe à Imprensa da EPH (Encuesta Permanente de Hogares), 25/07/2002. Dados para os 25 aglomerados urbanos.

Quadro III

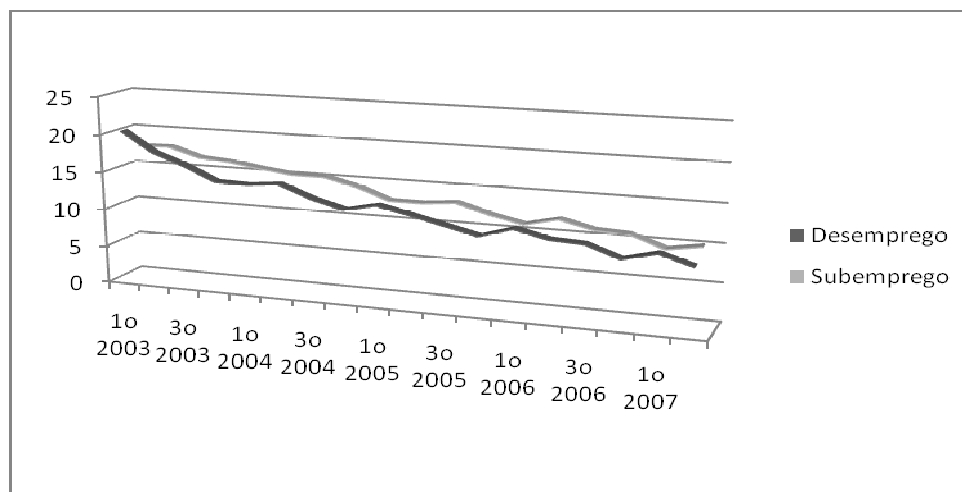
*Relação entre a variação do PIB e a de quantidade de trabalhadores empregados (%)
1990-2002*



Elaboração própria. Fonte: M. González & J. Lindeboim, *El neoliberalismo a rojo vivo: mercado de trabajo en Argentina* In: *Cuadernos del CEPED* n. 8, 2004.

Quadro IV

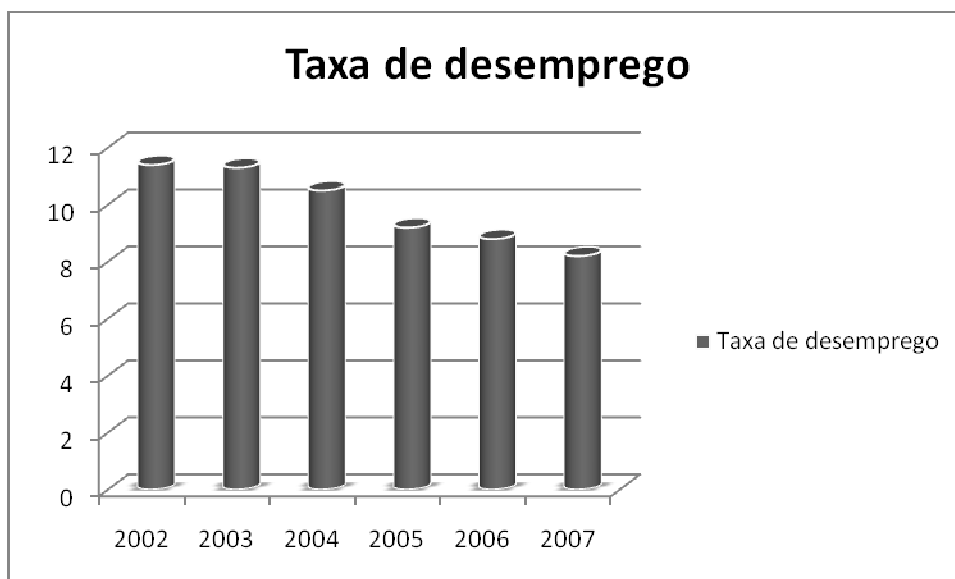
Evolução das taxas de desemprego e subemprego 1º trimestre 2003- 1º trimestre 2007



Elaboração própria. Fonte: INDEC

Quadro V

Evolução da taxa de desemprego na América Latina 2002-2007



Elaboração própria. Fonte: Relatório Anual da OIT – 2008

Quadro VI

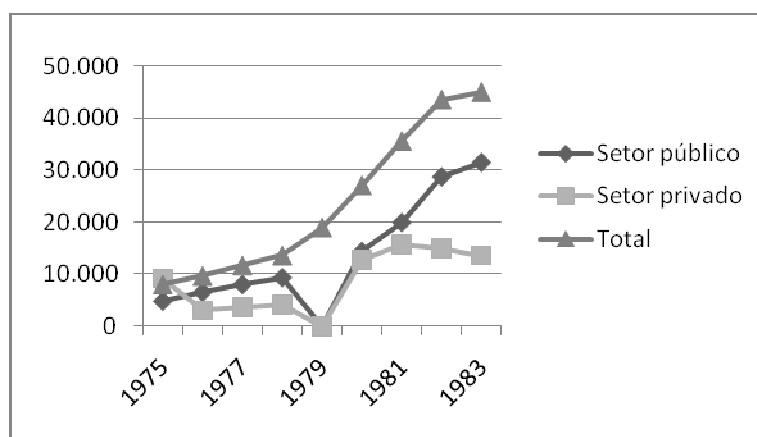
Evolução do PIB e das taxas de inflação (%)

| Ano | PIB | Inflação |
|------------|------------|-----------------|
| 1975 | -0,9 | 182,6 |
| 1976 | -0,2 | 444,0 |
| 1977 | 6,0 | 176,0 |
| 1978 | -3,9 | 175,5 |
| 1979 | 6,8 | 159,5 |
| 1980 | 0,7 | 100,8 |
| 1981 | -6,2 | 104,6 |
| 1982 | -5,2 | 164,7 |
| 1983 | 3,1 | 343,3 |

Fonte: Mario Rapoport, op. cit., sobre base de dados da CEPAL e do INDEC

Quadro VII

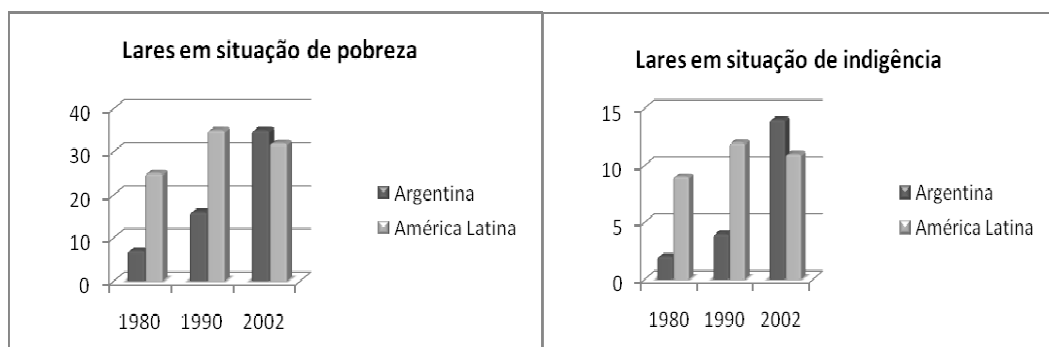
Evolução do endividamento externo 1975-1983 (em milhões de dólares)



Elaboração própria com base em dados extraídos de Mario Rapoport, idem.

Quadro VIII

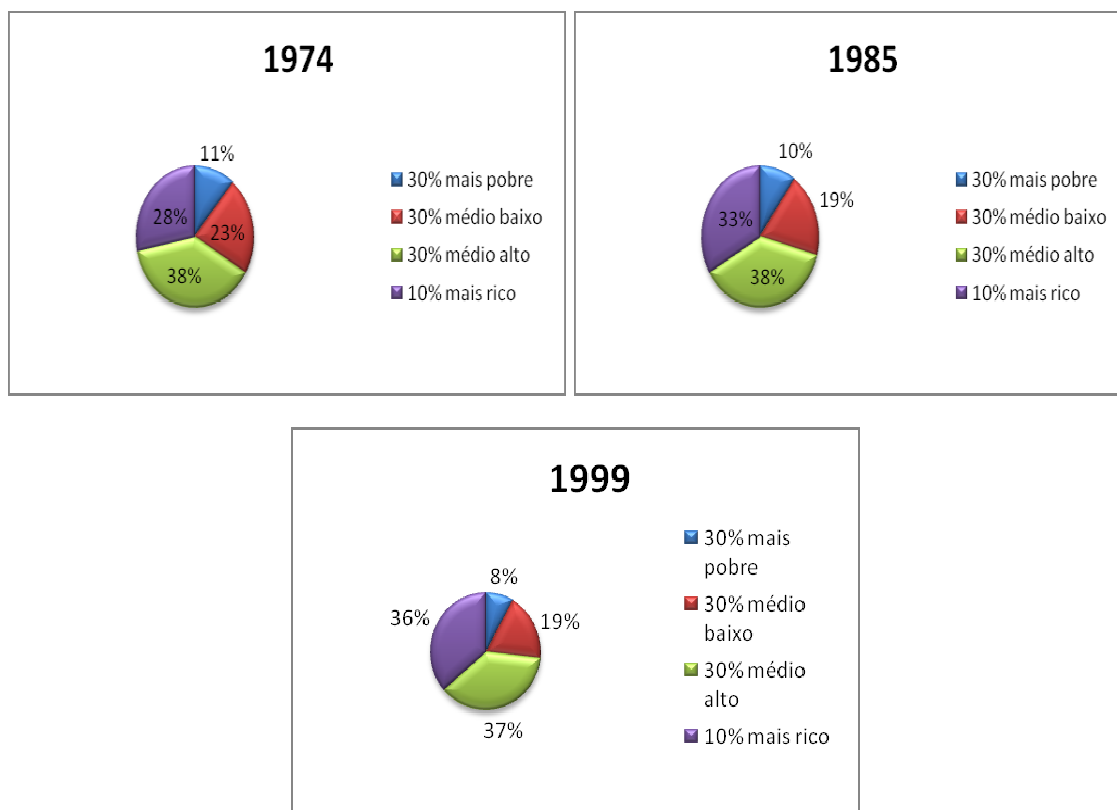
Lares em situação de pobreza e indigência 1980-2002



Elaboração própria. Fonte: CEPAL – Anuário Estatístico 2003

Quadro IX

Evolução da distribuição de renda na Argentina 1974-1999



Fonte: INDEC. www.indec.mecon.ar

Siglas

ANSSAL – Administración Nacional de los Seguros de Salud

ARI – (Partido) Afirmación para una República Igualitaria

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BCRA – Banco Central de la República Argentina

BM – Banco Mundial

CAME – Coordinadora de Actividades Mercantiles Empresarias

CCC – Corriente Clasista y Combativa

CENDES – Centro de Estudios del Desarrollo

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CEPED – Centro de Estudios sobre Población, Empleo y Desarrollo

CGT – Confederación General del Trabajo

CTA – Confederación de los Trabajadores Argentinos

EPH – Encuesta Permanente de Hogares

FCE – Facultad de Ciencias Económicas

FMI – Fondo Monetário Internacional

Frenapo – Frente Nacional Contra la Pobreza
Frepaso – Frente País Solidario
FPDS – Frente Popular Darío Santillán
FTC – Frente de Trabajadores Combativos
FTV – Federación de Tierra y Vivienda (Federação de Terra e Habitação)
GBA – Grande Buenos Aires
HIJOS – Hijos por la Identidad y la Justicia
INDEC – Instituto Nacional de Estadísticas y Censos de la República Argentina
LCC – London County Council (Conselho do Condado de Londres)
MST Teresa Vive – Movimiento Socialista de los Trabajadores
MTA – Movimiento de Trabajadores Argentinos
MTD – Movimiento de Trabajadores Desocupados
MTL Rebelde – Movimiento Territorial Liberación
MTR – Movimiento Teresa Rodríguez
MUP – Movimiento de Unidad Popular
ONG – Organização Não Governamental
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PCR – Partido Comunista Revolucionario
PJ – Partido Justicialista
PyMES – Pequeñas y Medias Empresas
SMATA – Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor
UBA – Universidad de Buenos Aires
UCR – Unión Cívica Radical
UIA – Unión Industrial Argentina
UNICEF – United Nations Children’s Fund (Fundo das Nações Unidas para as Crianças)
UNQ – Universidad Nacional de Quilmes
UTD General Mosconi – Unión de Trabajadores Desocupados General Mosconi
UTL – Unión de los Trabajadores legislativos
UTP – Unión de Trabajadores Piqueteros
YPF – Yacimientos Petrolíferos Fiscales

Agradecimentos

Para que essa dissertação de mestrado pudesse ser realizada, muitas pessoas contribuíram de diferentes formas e aqui registro brevemente meus agradecimentos para aquelas que acompanharam mais de perto essa pesquisa.

Em primeiro lugar, ao meu orientador Norberto Ferreras, que se mostrou disponível em todos os momentos para me ajudar a levar a frente esta pesquisa, desde os mais mínimos detalhes, e que também sempre me proporcionou autonomia para seguir meus caminhos na investigação.

Agradeço também aos professores Marcelo Badaró e Virgínia Fontes, interlocutores imprescindíveis em minha formação como historiadora, tanto quanto o professor Norberto Ferreras.

Pela participação na banca de qualificação com sua leitura atenta, agradeço ao professor José Ricardo Ramalho.

Aos amigos Andrezza Prevot, Paula Nabuco, Rita Colaço, Roselaine Navarro, Maíra Martins, Maya Damasceno e Demian Bezerra de Melo pelos diálogos encorajadores, que abrangiam desde questões diretamente ligadas à pesquisa a outras relacionadas aos percalços das exigências acadêmicas.

Ainda há aqueles que foram imprescindíveis para que eu travasse meus primeiros contatos com as organizações piqueteiras e que não podem deixar de figurar aqui: Fernanda Matheus, Joaquín Gómez, Cecilia Espinoza, Javier Nuñez, Marco Fernandes e Katia Marro. Eles também me ajudaram com várias indicações bibliográficas muito preciosas.

E como deixar de agradecer aos companheiros dos MTDs que me receberam de braços abertos e cuja generosidade foi indispensável para esta pesquisa? Sou eternamente grata ao *MTD Almirante Brown*, ao *MTD Lugano* e ao *MTR* e cito aqui os nomes das pessoas com quem mantive mais contato neste movimento: Gerardo, Ivana (La Colo), Eva, Ariel Ybarra (El Turu), Mirian Juárez, Adrián Trejo, D. Clotilde, Diosnel Pérez, Viviana García, Darío, Laura, Osvaldo, Pablo Pazemis e Carina Lourenzo. Obrigada ainda ao pessoal do *Barrios de Pie*, que também foi bastante solícito, mas cuja oportunidade de conhecer melhor foi prejudicada por meus problemas de agenda.

Last but not least, pelo apoio financeiro, moral e afetivo, presto meus agradecimentos incomensuráveis a Ilza David das Neves, minha mãe.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BASUALDO, Eduardo. *Sistema político y modelo de acumulación en la Argentina: notas sobre el transformismo argentino durante la valorización financiera (1976-2001)*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- BECCARIA, Luis & LÓPEZ, Néstor (org.). *Sin trabajo: las características del desempleo y sus efectos en la sociedad argentina*. Buenos Aires: Unicef / Losada, 1997.
- BIALAKOWSKY, Alberto L. et alli. “Proceso de trabajo y padecimiento en la exclusión social” In: *Herramienta*, n 15, Buenos Aires: Editorial Antídoto, 2001.
- BOMBAL, Inés González (org.). *Nuevos Movimientos Sociales y ONGs en la Argentina de la Crisis*. Buenos Aires: CEDES, 2003.
- BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre & MICELI, Sergio (orgs.). *Liber I*. São Paulo: Edusp, 1997.
- _____. Comprender In: BOURDIEU, P. (org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____. Introdução a uma sociologia reflexiva In: BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

- BURNETT, John, VINCENT, David & MAYALL David (orgs.), *The Autobiography of the Working Class: An Annotated, Critical Bibliography*, Brighton: The Harvester Press, 1984, 3v.
- CAMPIONE, Daniel & RAJLAND, Beatriz. Piqueteros y trabajadores ocupados en la Argentina de 2001 en adelante: novedades y continuidades en su participación y organización en los conflictos In: CAETANO, Gerardo. *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- CAMPO, Hugo del. *Sindicalismo y peronismo: los comienzos de un vínculo perdurable*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores Argentina, 2005.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHAUVEL, Louis. Clases y generaciones: La insuficiencia de las hipótesis de la teoría del fin de las clases sociales In: *Marx 2000: Las nuevas relaciones de clase*. Buenos Aires: K&ai Ediciones, 2000.
- CIEZA, H. Guillermo. *Borradores sobre la lucha popular y la organización*. Buenos Aires: Manuel Suárez Editor, 2006.
- COLLADO, Patricia. Metamorfosis del trabajo o metamorfosis del capital In: *Herramienta n 30*, Buenos Aires: Antídoto, 2005.
- COLLADO, Adriana & FEIJOO, Cecilia. Situación de la clase trabajadora: Tesis en torno al trabajo en la Argentina In: *Lucha de clases*, n. 5, Buenos Aires: Cooperativa Chilavert, 2005.
- CORTÁZAR, Julio. *História de cronópios e de famas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CORTÉS, Rosalía & GROISMAN, Fernando. *Migraciones, mercado de trabajo y pobreza en los últimos 25 años: ¿continuidad o cambio?*, www.redadultosmayores.com.ar/buscador/files/ARGEN017_Cortez.pdf
- COTARELO, Maria Celia. La protesta en la Argentina de los'90 In: *Herramienta n. 12*. Buenos Aires: antídoto, 2000.
- DELAMATA, Gabriela. *Los barrios desbordados: las organizaciones de desocupados del Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba, 2004.
- DINERSTEIN, Ana C. Recobrando la materialidad: el desempleo como espacio de subjetivación invisible y los piqueteros, In: *Herramienta*, 2003, n. 22, 2003. www.herramienta.com.ar
- FERNANDES, Marco. Lampejos de desalienação (mimeo.) (Publicação em alemão: Wind des Südens - Funken eines nicht-entfremdeten Bewusstseins inmitten des argentinischen Zusammenbruchs In: KRISIS. *Dead men working*. Hamburgo: Unrast Verlag, 2004.
- _____. Quando o desemprego dignifica o homem e a mulher: lições piqueteras sobre a difícil arte de organizar movimentos populares nas metrópoles neoliberais (mimeo.) (Publicação em alemão: Piqueteros oder Wenn Arbeitslosigkeit adelt In: *KRISIS Zeitschrift* (revista do Grupo Krisis), n.30, pp. 90-130. Editora Unrast, Münster, Maio de 2006.
- FERRARA, Francisco. *Más allá del corte de rutas: la lucha por una nueva subjetividad*. Buenos Aires: La rosa blindada, 2003.
- FERRERAS, Norberto. *No país da Cocanha: aspectos do modo de vida dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Campinas, Unicamp, 2001 (tese de doutorado).

- FLORES, Héctor Toty (org.). *De la culpa a la autogestión: un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*. Buenos Aires: Continente, 2005.
- _____. *Cuando con nosotros somos nosotros: la experiencia asociativa del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*. Buenos Aires: Continente, 2007.
- FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- FRYDMAN, Axel & SALVIA, Sebastián. Modo de acumulación y relaciones de fuerza entre capital y trabajo en la Argentina de los 90 In: *Herramienta* n. 26, 2004. www.herramienta.com.ar
- GALAFASSI, Guido. Argentina: Neoliberalismo, utilitarismo y crisis del Estado-nación capitalista In: *Herramienta*, n. 26, 2004. www.herramienta.com.ar
- GENTILI, Pablo & SADER, Emir (org.). *Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- _____. *Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2000.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere Vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Cadernos do cárcere Vol. 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *Cadernos do cárcere Vol. 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Cadernos do cárcere Vol. 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUTIÉRREZ, Leandro & ROMERO, Luis Alberto. *Sectores populares, cultura y política: Buenos Aires en la entreguerra*. Buenos Aires, Siglo veintiuno editores Argentina, 2007.
- GUTIÉRREZ, Gastón & MEYER, Laura. Las luchas obreras y los avances en la subjetividad In: *Lucha de clases*, n. 5, Buenos Aires: Cooperativa Chilavert, 2005.
- HALLBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990
- HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*, New York: Oxford University Press, 2005.
- HELLER, Agnes. *La revolución de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1998.
- _____. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HIRANO, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber*. Campinas: Unicamp, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Pessoas extraordinárias: Resistência, rebelião e Jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Revolucionários*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder – o novo significado da revolução hoje*. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.
- _____. (org). *Clase=Lucha: antagonismo social y marxismo crítico*. Buenos Aires: Herramienta, 2004.
- HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. São Paulo: Globo, 2001.
- LAVACA Cooperativa de trabajo. *Sin Patrón: fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores. Una historia, una guía*. Buenos Aires: Lavaca, 2004.
- _____. *Esquivando la cárcel y las 4x4: Al revés del Pepino*, www.lavaca.org.ar, acessado em 01/08/2008.
- LEFEBVRE, Henry. *Critique of everyday life, Vol I*. Nova Iorque: Verso, 2008.
- LINDEBOIM, Javier & GONZÁLEZ, Mariana. El Neoliberalismo a rojo vivo: mercado de trabajo en Argentina In: *Cuadernos del CEPED*, n. 8. Buenos Aires: FCE-UBA, 2004.
- LOBATO, Mirta & SURIANO, Juan. *La protesta social en la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- LOJKINE, Jean. *La clase obrera, hoy*. Cidade Autônoma do México: Siglo Veintiuno editores, 1988.
- LOPES, José Sergio Leite, *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo-Brasília: Marco Zero/Ed. Da UnB, 1988
- LOPES, José Sergio Leite & Rosilene Alvim, Famílias operárias, famílias de operárias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 14, ano 5, out.1990.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Ontología del ser social: el trabajo*. Buenos Aires: Herramienta, 2004.
- MARSHALL, Adriana. *El mercado de trabajo en el capitalismo periférico: el caso de Argentina*. Buenos Aires: CLACSO, 1978.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro I (O processo de produção do capital), vol. I e II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. Para a crítica da economia política In: *Marx – Os pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã – Feuerbach*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MASSETI, Astor. *Piqueteros: Protesta social e identidad colectiva*. Buenos Aires: De las Ciencias, 2004.
- MAZZEO, Miguel. *Piqueteros: notas para una tipología*. Buenos Aires: Manuel Suárez Editor, 2004.
- MENÉNDEZ, Luis & LÓPEZ, Néstor. Argentina: La insumisión de la utopía (Acercas del ¡Que se vayan todos!) In: *Herramienta*, n. 24, 2003/2004. www.herramienta.com.ar
- MERKLEN, Denis. *Pobres ciudadanos: las clases populares en la era democrática (Argentina, 1983-2003)*. Buenos Aires: Gorla, 2005.
- MÉSZÁROS, István. *Marx's Theory of Alienation*. New York: Harper Torchbooks, 1972.
- _____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial / Editora da Unicamp, 2002.
- _____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

- MINTZ, Sidney. *Worker in the cane: a Puerto Rican life history*, Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1974.
- _____. Encontrando Taso, me descobrindo In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 27, no. 1, 1984.
- MTD Aníbal Verón. *Darío y Maxi, Dignidad Piquetera: el gobierno de Duhalde y la planificación de la masacre del 26 de junio en Avellaneda*. Buenos Aires: Ediciones 26 de junio, 2003.
- MTD Solano & Colectivo Situaciones. *Hipótesis 891: Más allá de los piquetes*. Buenos Aires: De mano en mano, 2002.
- NASH, June & ROJAS, Juan, *He agotado mi vida en la mina: una historia de vida*, Buenos Aires: Nueva Visión, 1976.
- NEVES, Lúcia M. Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- NOVAES, Henrique. *O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- OGANDO, Ariel. “Desocupados y cortes de ruta en el noroeste argentino” In: *Herramienta*, n 15, Buenos Aires: Editorial Antídoto, 2001.
- OVIDEO, Luis. *Una historia del movimiento piquetero*. Buenos Aires: Rumbos, 2004.
- PALOMINO, Héctor. La Argentina hoy – los movimientos sociales, In: *Herramienta*, n. 27, 2004, www.herramienta.com.ar, acessado em 21/04/2006.
- _____. Los sindicatos y los movimientos sociales emergentes del colapso neoliberal en Argentina In: DE LA GARZA TOLEDO, Enrique (org.). *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- PANIGO, Demian Tupac & LORENZETTI, Andrea. Exclusión social en Argentina: presentación de un esquema de análisis multivariado aplicado al caso del Conurbano Bonaerense para el período 1991-1998. In: *Herramienta n. 12*. Buenos Aires: Antídoto, 2000.
- PERKs, Robert & THOMSON, Alistair. *The Oral History Reader*, Nova Iorque, 1998.
- PETRAS, James. El menemismo: El contexto internacional de la década de '90 In: *Herramienta n. 12*. Buenos Aires: Antídoto, 2000.
- _____. *América Latina: De la globalización a la revolución*. Rosario: Homo Sapiens, 2004
- PIALOUX, Michel & BEAUD, Stéphane. *Retour sur la condition ouvrière: Enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*. Paris: Fayard, 2004.
- _____. Entrevista: O “mundo operário sem classe operária”: diferenças dos tempos sociais e condição operária In: *Tempo social. Dossiê sociologia da condição operária*, São Paulo, 2006, vol. 18, n. 1.
- _____. Etnografia operária e sociologia. A composição de uma equipe In: ENCREVÉ, Pierre & LANGRAVE, Rose-Marie (orgs.), *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, CPDOC, 1989 ;
- _____. Memória e Identidade Social In: *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais In: *Revista Tempo*, vol. I, n. 2. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

- _____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Tosacana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- RANIERI, Jesus. *A Câmara Escura: Alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SALAMA, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- _____. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SEOANE, José (org.), *Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- SHINZATO, Federico & ZANZIOTH, Norberto (org.). *Las izquierdas en la política argentina: las izquierdas sientan posición sobre los principales aspectos de la política y la economía en la Argentina y el mundo*. Buenos Aires: Divino Tesoro, 2007.
- SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SVAMPA, Maristella & PEREYRA, Sebastián. *Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2004.
- SVAMPA, Maristella. Las fronteras del Gobierno Kirchner: entre la consolidación de lo viejo y las aspiraciones de lo nuevo In: *Cuadernos del CENDES*, n. 65, Buenos Aires: mai-ago 2007.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1982.
- THOMPSON, Edward P. *The making of the English working class*. New York: Vintage Books, 1966.
- _____. *Customs in common: studies in traditional popular culture*. New York: The New Press, 1992.
- _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- VILLANUEVA, Ernesto & MASSETTI, Astor (org.). *Movimientos sociales y acción colectiva en la Argentina de hoy*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2007.
- VILLELLA, Sonia. *De la olla al piquete: mujeres organizadas del Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD)*. Buenos Aires: Manuel Suárez Editor, 2007.
- VOLVONICH, Juan Carlos. "Procesos históricos y subjetividad" In: *Herramienta*, n 15, Buenos Aires: Editorial Antídoto, 2001.
- WEBER, Florence, *Le travail à-côté: étude d'ethnographie ouvrière*, Paris: Institut national de la recherche agronomique; Ed. de l'École des hautes études en sciences sociales, 1989
- _____. Nouvelles lectures du monde ouvrier: de la classe aux personnes In: *Genèses*, no. 6, Paris, dez. 1990.
- WERNER, Ruth & AGUIRRE, Facundo. *Insurgencia obrera en la Argentina 1969-1976: clasismo, coordinadoras interfabriles y estrategias de la izquierda*. Buenos Aires: IPS, 2007.

- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo – a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ZAPATA, Francisco. *Autonomía y subordinación en el sindicalismo latinoamericano*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ZIBECHI, Raúl. *Genealogía de la revuelta: Argentina – la sociedad en movimiento*. La Plata: Letra Libre, 2003.

Fontes

- Testemunhos orais recolhidos por nós entre fevereiro e março de 2008 na Grande Buenos Aires, Argentina, através de entrevistas de história de vida a militantes dos movimentos MTR, MTD Almirante Brown e MTD Lugano.

- Documentos escritos

Comunicados e resoluções:

Carta Abierta al Movimiento Obrero, julho de 2000;

Declaración de Principios del FUTRADE de La Matanza, agosto de 2001;

Declaración del plenario nacional de organizaciones de trabajadores ocupados y desocupados, 16/12/2000;

Llamamiento del I Congreso de trabajadores y desocupados del Norte de Salta, 09/12/2000.

Plataforma de reivindicaciones aprobada por el Congreso piquetero de la Capital Federal, 21/04/2001;

Programa aprobado en el I Encuentro de trabajadores desocupados de Neuquén, 24/05/1996;

Resolución de la II Asamblea Nacional Piquetera, 04/09/2001.

Presentes em Luis Oviedo, op. cit., 2004.

6 horas: declaración leída por las organizaciones piqueteras, 04/11/2004;

Ante el reciente anuncio de un plan de lucha piquetero (FPDS), 29/03/2005;

Comunicado del MUP-20, 29/11/2002;

Conclusiones del 1º Congreso de la COORDINADORA por un Espacio participativo y Solidario, 09/07/2000;

Convocatoria del Frente Darío Santillán por el Día de la Mujer, 08/03/2005;

Documento de la unidad piquetera, 03/09/2005;

Documento del movimiento piquetero para el Plan Nacional de Lucha del 2 de agosto, 02/08/2005;

El fondo nos sangra, Kirchner nos reprime (MTR-CUBa), 21/10/2005;

¡El gobierno nos quiere matar de hambre! (Documento conjunto), 11/10/2005;

¿Hacia dónde va el plan de lucha piquetero? (MTD Aníbal Verón), 18/10/2004;
Junto a Kirchner, por una Patria para todos (Barrios de Pie), 12/10/2004;
La historia de los máximos traidores del campo popular (MUP), 23/11/2002;
¿Qué es el MUP? (MUP), 12/09/2005;
MTD Aníbal Verón: Nuestro objetivo, el cambio social, 24/11/2004;
Repudio al FMI: Nuestra participación (MTR-CUBa), 25/10/2005;
Se conformó el Frente Popular Darío Santillán (MUP), 07/10/2004.

Presentes em *Nexos: Programa de articulación entre Universidad y Movimientos sociales*, <http://nexos.unq.edu.ar/>.

Los movimientos de Trabajadores Desocupados y la construcción del poder popular (MTD Almirante Brown) In: Herramienta, n. 21, 2003, www.herramienta.com.ar, acessado em 21/04/2006.

Conversación Colectivo Situaciones – MTD Solano / Septiembre – octubre 2001 (MTD Solano) In: MTD Solano & Colectivo Situaciones, op. cit., 2002.

Dados estadísticos:

- Anuário Estatístico da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) 2004: www.eclac.org;
- INDEC: www.indec.mecon.ar;
- Ministerio del Trabajo, Empleo y Seguridad de la República Argentina: www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/index.asp.

Jornais:

- El Clarín: www.clarin.com
- La Nación: www.lanacion.com.ar
- Página 12: www.pagina12.com.ar.

